



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LIZANDRA PIRIN

**SINDICALISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR**

Londrina
2006

LIZANDRA PIRIN

**SINDICALISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto

Londrina
2006

LIZANDRA PIRIN

**SINDICALISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Youko
Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. Roland Luiz Pizzolatti
Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC)

Londrina, 29 de setembro de 2006.

Dedico este trabalho ao Professor Marcos Henrique Broietti (*in memoriam*), por ter me incentivado à realização desta pesquisa.

Dedico também aos meus pais, Luis e Lucirde que me ensinaram o valor do trabalho na agricultura e a luta por uma vida digna em sociedade.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com a colaboração consciente e inconsciente, presente e virtual de familiares, amigos, colegas, instituições, docentes e meu namorado, ao longo desses dois anos, aos quais agradeço sinceramente.

Agradeço à minha orientadora Professora Dra. Ruth Youko Tsukamoto pela paciência e dedicação, possibilitando a consecução deste trabalho.

À minha família por sempre me apoiar na busca pelo aperfeiçoamento científico. Em especial aos meus pais, Luis e Lucirde, que foram o estímulo do início e uma ajuda constante, concreta e incansável, ao longo dos anos. Tudo o que empreendi até agora aponta à esperança de que tudo sirva para lhes mostrar que a educação que se esforçaram por me proporcionar foi de qualidade.

Ao meu namorado Leandro, que embora distante, sempre me incentivou para crescer científica e pessoalmente, compartilha comigo dos mesmos sonhos. Como escreveu o poeta Carlos Drummond de Andrade: “Namorado não precisa ser o mais bonito, mas ser aquele a quem se quer proteger e quando chega ao lado dele a gente treme, sua frio e quase desmaia pedindo proteção. A proteção dele não precisa ser parruda, decidida, ou bandoleira; basta um olhar de compreensão ou mesmo de aflição”.

Quero agradecer aos professores do curso de graduação e de pós, que me ensinaram com dedicação parte do que sei e o que é mais importante, ensinaram-me a aprender sozinha.

Aos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão e da FETRAF-SUL/CUT por me receberem cordialmente para a realização da pesquisa fornecendo os documentos, bem como para as entrevistas. Igualmente às famílias de agricultores entrevistadas que me receberam nas suas propriedades.

A CAPES por ter me proporcionado bolsa de estudos por um ano, que garantiu a consecução desta pesquisa.

Aos meus amigos de caminhada durante o curso de pós: Carlos Casaril que confeccionou o mapa do município de Francisco Beltrão, trabalho impreterível que garante melhor qualidade ao trabalho; à Viviane Passos e à Fabiane Domingos, ao Wolney Mattos, José Carlos G. Martins Jr. e Alex Lamounier pela amizade e alegria dos almoços de todos os dias.

Aos meus amigos e amigas, Sandra Brazil, Rodrigo Rafael, Claudia Cara, Elisangela Tavares, Mirna Noll e outros que presente ou virtualmente me animaram nesta caminhada.

À Aline Roman Savi companheira de trabalho que passou por essa mesma experiência, escrevendo sua dissertação e superando as dificuldades.

É muito difícil agradecer a todos sem esquecer, inevitavelmente, de alguém, mas aos que esqueci meu pedido de perdão e meus agradecimentos sinceros! Reitero aqui minhas palavras, sendo este um trabalho individual e muitas vezes solitário, de que não se pode empreendê-lo sem a ajuda dos que nos cercam e querem bem. A todos e todas, muito obrigada.

“Você se fez presente em todos os momentos firmes ou trêmulos.
E, passo a passo, pude sentir Sua mão na minha mão, transmitindo-me a segurança necessária para enfrentar meu caminho e seguir...

Sua presença é qualquer coisa como a luz e a vida, e sinto que, em meu gesto existe o Seu gesto, e em minha voz a Sua voz”.

(Vinícius de Moraes)

“Nada lhe posso dar que já não existam em você mesmo. Não posso abrir-lhe outro mundo de imagens, além daquele que há em sua própria alma. Nada lhe posso dar a não ser a oportunidade, o impulso, a chave. Eu o ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo, e isso é tudo” (Hermann Hesse).

PIRIN, Lizandra. **Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão-PR**. 2006. 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

RESUMO

Identifica as transformações ocorridas no sindicalismo rural a partir de seu surgimento oficial, estudando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Francisco Beltrão, localizado na mesorregião Sudoeste do Paraná, considerando a presença de agricultores familiares, sujeitos e atores da organização sindical. Em particular analisa como surgiu o sindicalismo rural brasileiro, bem como no município de estudo e sua articulação na organização da agricultura familiar. Para a consecução deste trabalho foi realizada a pesquisa em campo para coleta de dados, com entrevistas estruturadas com 7 sindicalistas e 40 agricultores familiares. Aponta como principais resultados: que o sindicalismo rural mudou sua base de dirigentes sindicais; a partir da década de 1990 o sindicalismo rural indica a opção por um novo modelo de desenvolvimento rural com vistas à agricultura familiar, contrapondo-se ao regime de trabalho assalariado que prioriza a agricultura patronal, sobretudo na região Sul do Brasil e; a articulação sindical desta região em torno da agricultura familiar promove discussões de pautas de reivindicações com o governo federal alcançando, em certa medida os objetivos devido à organização. Conclui-se que os agricultores familiares sob o amparo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar, alinhados à proposta da Central Única dos Trabalhadores, apresentam-se como alternativas para melhorar a qualidade de vida, as condições de trabalho e organização social, devido à articulação de defesa e união dos agricultores. Neste sentido, afirma a categoria dos trabalhadores na agricultura familiar e sua entidade de representação, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

Palavras-chave: Sindicalismo rural. Agricultura familiar. Transformações.

PIRIN, Lizandra. **Rural syndicalism and family farmers in Francisco Beltrão's municipality**. 2006. 209p. Dissertation (Master Degree In Geography, Environment And Development) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

ABSTRACT

It identifies the occurred transformations within the rural syndicalism from its official emergence, studying the Syndicate of Rural Workers of Francisco Beltrão's municipality, localized within the "mesorregião" [territorial divisions within the state] that comprise the southwest of Paraná state, considering the presence of family farmers, subjects, and actors from the syndicalist organization. Particularly, it analyses how the Brazilian rural syndicalism came up, as well as inside the municipality that covers this study, and its articulation with the family farm organization. For continuing this work, a research was carried out through the application of structured interviews to 7 members of the syndicate and 40 family farmers. The main results point out the following: rural syndicalism has changed its base of syndicalists leaders; from the nineties, the rural syndicalism indicates an option for a new rural development model, looking ahead to family farming, contrary to the waged work regime that precedences the capitalist farming, mainly within the region localized at the south of Brazil and; the syndicalist articulation of this region around family farming promotes discussions of guide lines with the Federal Government, reaching several goals, in such a way, because of the organization. It is concluded that family farmers who are over the shelter of the Syndicate of Rural Workers and the Syndicate of Family Farm Workers, in line with the propose of the Central Workers Union, are showed as alternatives for improving the quality of life, improving the labour conditions and the social organization because of the articulation of defense and union that comes from farmers. In this way, it affirms the family farm workers as a category and its representative entity, the Federation for Workers in Family Farming.

Keywords: Rural syndicalism. Family farming. Transformation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação da população em Francisco Beltrão	80
Gráfico 2 – Origem dos agricultores familiares entrevistados	98
Gráfico 3 – Condição dos agricultores familiares	101
Gráfico 4 – Utilização de tratores – agricultores familiares pesquisados	105
Gráfico 5 – Atividades desenvolvidas em Francisco Beltrão	106
Gráfico 6 – Principal atividade de renda dos agricultores familiares	112
Gráfico 7 – Acesso aos tipos de crédito rural	114
Gráfico 8 – Total de pessoal ocupado em Francisco Beltrão	116
Gráfico 9 – Renda dos dirigentes sindicais associada à propriedade	138

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Paisagem Comunidades de Km 4 e Linha São Marcos.....	94
Foto 2 – A Comunidade – Foto do centro comunitário de Linha São Marcos, constituído por Igreja e salão	97
Foto 3 – Binômio soja-milho	108
Foto 4 – Plantação de milho já em ponto de colheita	109
Foto 5 – Rebanho leiteiro	110
Foto 6 – A sede do STR Francisco Beltrão.....	147
Foto 7 – Criação da FETRAFSUL/CUT, março de 2001	163
Foto 8 – FETRAF-SUL/CUT – Congresso de Fundação, março de 2001	164
Foto 9 – I Congresso Sindical – março de 2004	166
Foto 10 – Criação da FETRAF-BRASIL, Luziânia (GO), 24/11/2005	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistematização dos momentos decisivos para o sindicalismo	
Brasileiro	54
Quadro 2 – Comparativo entre os modelos patronal e familiar da agricultura	63
Quadro 3 – Área máxima regional para as grandes regiões do Brasil	71
Quadro 4 – Relação das comunidades e o número de famílias entrevistadas	96
Quadro 5 – Representação da Articulação dos STRs Combativos desde 1978.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil – Estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT).....	73
Tabela 2 – Agricultura Familiar – Percentual do VBP produzido em relação ao VBP total do produto.....	74
Tabela 3 – Estabelecimentos rurais (números absolutos e %) e área ocupada (em hectares, % e área média) em 1969, Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	91
Tabela 4 – Número de estabelecimentos por estratos de área – categoria de produtores de Francisco Beltrão (1995/1996)	92
Tabela 5 – Condição do produtor e área ocupada no Município de Francisco Beltrão	93
Tabela 6 – Número de estabelecimentos de agricultores familiares por estratos de áreas no município de Francisco Beltrão.....	100
Tabela 7 – Utilização das terras em Francisco Beltrão/Paraná	102
Tabela 8 – Utilização das terras dos agricultores familiares pesquisados	102
Tabela 9 – Máquinas e instrumentos agrícolas no Sudoeste/PR.....	104
Tabela 10 – Máquinas e instrumentos agrícolas em Francisco Beltrão.....	104
Tabela 11 – Atividades desenvolvidas pelos agricultores pesquisados.....	107
Tabela 12 – Demonstrativo de subsistência e comercialização.....	110
Tabela 13 – Demonstrativo de criação de animais	111
Tabela 14 – Pessoal ocupado em Francisco Beltrão – dados INCRA/FAO (2000).....	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização da Estrutura Sindical no Estado Novo (1937-1945)	28
Figura 2 – Forças no controle das organizações populares	30
Figura 3 – Estrutura e administração do STR Francisco Beltrão.....	149
Figura 4 – A estrutura organizativa da FETRAF-SUL/CUT – organograma	170
Figura 5 – Microrregiões de atuação da FETRAF-SUL/CUT	173

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da mesorregião Sudoeste do Paraná e o Município de Francisco Beltrão	79
Mapa 2 – Município de Francisco Beltrão/PR	95
Mapa 3 – Localização estratégica dos municípios Francisco Beltrão-PR, Chapecó-SC e Erechim-RS	157

LISTA DE SIGLAS

- ANAMPOS** – Associação Nacional dos Movimentos Popular e Social
- ANPA** – Associação dos Pequenos Agricultores
- AP** – Ação Popular
- APS** – Associação Paranaense de Suinocultores
- ASSINTRAF** – Associações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- BB** – Banco do Brasil
- BNB** – Banco do Nordeste do Brasil
- CANG** – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- CANGO** – Colônia Agrícola General Osório
- CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base
- CGT** – Central Geral dos Trabalhadores
- CGT** – Comando Geral dos Trabalhadores
- CITLA** – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
- CLAF** – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONCLAT** – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
- CONCLAT** – Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- COOPERHAF** – Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
- CORLAC** – Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda
- COSAU** – Coordenação Sindical do Alto Uruguai
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRESOL** – Cooperativa de Crédito Rural e Integração Solidária
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DESER** – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
- DNTR** – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT
- DETRs** – Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais
- EMATER** – Instituto Paranaense de Assistência Técnica E Extensão Rural
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAF** – Federação da Agricultura Familiar
- FAO** – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCO – Fundos Constitucionais do Centro-Oeste

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo

FNE – Fundos Constitucionais do Nordeste

FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Pará e do Amapá

FETAGs – Federações de Trabalhadores na Agricultura

FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

FETRAFESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina

FETRAF-BRASIL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil

FETRAF-SUL/CUT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na região Sul ligada à CUT.

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

FT – Financiamento Total

GETSOP – Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável

PROAGRO – Programa de Garantia de Atividade Agropecuária

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PROVAP – Programa e Valorização da Pequena Produção Rural

ONGs – Organizações Não-Governamentais

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SER – Sindicatos de Empregados Rurais

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

SINTSEF – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço público Federal

STRs – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

VBP – Valor Bruto da Produção

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 O SINDICALISMO RURAL NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO	23
1.1 ANTECEDENTES DO SINDICALISMO BRASILEIRO	23
1.1.1 O Sindicalismo Vargasista	25
1.1.2 Os Conflitos e Lutas dos Trabalhadores do Campo na Década de 1950.....	31
1.2 O SINDICALISMO RURAL E SUA CONSOLIDAÇÃO.....	34
1.2.1 A Ditadura Militar e o Sindicalismo Rural	37
1.2.2 Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e sua Ação Oficial	39
1.2.3 A Ação da CONTAG.....	43
1.3 A MUDANÇA NAS BASES SINDICAIS: FINAL DA DÉCADA DE 1970	45
1.4 A DÉCADA DE 1980 E A CRIAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT	49
1.5 O SINDICALISMO RURAL E A ABERTURA COMERCIAL DA ECONOMIA	55
2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O SINDICALISMO RURAL NOS ANOS 1990	58
2.1 A CRIAÇÃO DA CATEGORIA “AGRICULTOR FAMILIAR”	58
2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E SUAS LINHAS DE CRÉDITO	62
2.3 A EXPRESSIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	69
2.4 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR – NOVOS ATORES	75
3 QUADRO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR	79
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO	79
3.1.1 A Colonização da Mesorregião Sudoeste e do Município de Francisco Beltrão	82
3.2 A Configuração Fundiária do Sudoeste Paranaense e do Município de Francisco Beltrão	89
3.2.1 Perfil dos Produtores Pesquisados no Município de Francisco Beltrão/PR	93
3.2.1.1 A Estrutura Fundiária.....	99
3.2.1.2 Principais Atividades Agrícolas	106

3.2.1.3 Acesso ao Crédito Rural.....	114
3.2.1.4 Categorias de Produtores no Município de Francisco Beltrão.....	115
4 O SINDICALISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO	119
4.1 A GÊNESE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO	125
4.2 O STR DE FRANCISCO BELTRÃO E SUAS LUTAS APÓS 1978, ARTICULADO COM OS SINDICATOS DA MESORREGIÃO	130
4.3 A ATUAÇÃO DOS DIRIGENTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS DA MESORREGIÃO SUDOESTE E DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO.....	136
4.4 SINDICALISMO RURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DOS DIRIGENTES	141
4.5 O TRABALHO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO	146
4.6 PERFIL DOS SÓCIOS DO STR DE FRANCISCO BELTRÃO	150
5 FETRAF-SUL/CUT: UMA NOVA TENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	155
5.1 GÊNESE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR (FETRAF- SUL/CUT)	155
5.1.1 A FETRAF-SUL/CUT e sua Nova Organização	163
5.2. A ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA FETRAF-SUL/CUT	169
5.3 AS LUTAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FETRAF-SUL/CUT.....	175
5.4 OS AGRICULTORES FAMILIARES E A FETRAF-SUL/CUT.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS.....	187
ANEXOS	194
ANEXO A – Questionário aplicado aos agricultores familiares	195
ANEXO B – Questionário aplicado aos dirigentes sindicais.....	200
ANEXO C – Edital de convocação	205
ANEXO D – Ata de fundação do sindicato dos produtores rurais autônomos de francisco Beltrão	206
ANEXO E – Ata da reunião dos presidentes dos sindicatos vizinhos a francisco Beltrão	208

INTRODUÇÃO

O sindicalismo rural brasileiro sofreu várias transformações desde sua oficialização na década de 1960, intensificadas na década de 1990, principalmente após a abertura comercial.

Os Sindicatos dos trabalhadores Rurais (STRs) passaram a amparar, desde 1971, todas as categorias de trabalhadores na agricultura: trabalhadores assalariados, pequenos proprietários rurais, arrendatários, parceiros, meeiros entre outros. Na década de 1980 os STRs lutaram por diversas questões, desde direitos previdenciários para os trabalhadores rurais assalariados até os pequenos proprietários rurais que utilizam apenas a mão-de-obra familiar. Além disso, os sindicatos foram importantes atores com relação à pauta de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Nos anos 1990, a abertura comercial que o Brasil passou foi impactante para o sindicalismo, tanto urbano quanto rural. Quando a categoria dos pequenos proprietários transformou-se na categoria dos agricultores familiares, ocorreram alterações nas lutas sindicais dos agricultores familiares: de reivindicações por melhores salários, os STRs passaram a lutar por melhores condições de comercialização e crédito, além de outras políticas públicas como educação e saúde.

Com o intuito de entender e identificar essas transformações ocorridas no sindicalismo rural desde seu surgimento oficial, realizou-se um estudo de caso no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Francisco Beltrão-PR. Esse STR surgiu no ano de 1963, denominado “Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão” e esteve atrelado ao Estado desde o Golpe Militar, em 1964, até o final da década de 1970. Período em que seus dirigentes permaneciam no cargo por vários anos, não permitindo uma renovação ideológica.

Na década de 1970 a atuação de entidades comprometidas com os agricultores articulou as “oposições sindicais”, que proporcionaram a mudança de base sindical nas eleições de direção do STR. O sindicato de Francisco Beltrão tornou-se um exemplo de combatividade e de reivindicação tanto no âmbito local quanto regional.

A partir da década de 1990 o sindicato passa a atuar de forma mais direcionada às necessidades dos agricultores familiares na área de políticas de crédito e comercialização. Além disso, este STR está articulado com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/CUT) que atua em toda a região Sul do Brasil.

Portanto, o sindicalismo rural no município de Francisco Beltrão, e por conseqüência na região Sul do Brasil, segue a tendência de articular a agricultura familiar em torno da FETRAF-SUL/CUT. Essa entidade, ligada à Central Única dos Trabalhadores, toma o lugar das federações estaduais de trabalhadores rurais nos três Estados do Sul.

Tendo em vista esse contexto, com este trabalho objetiva-se: a) verificar a origem do sindicalismo no Brasil, bem como no município de Francisco Beltrão; b) identificar as transformações ocorridas no sindicalismo rural incluindo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão; c) verificar as transformações ocorridas na estrutura sindical que amparava as várias categorias de trabalhadores na agricultura; d) analisar como o sindicalismo rural está atuando, hoje, articulado em torno da categoria dos Agricultores Familiares.

Para executar a pesquisa foi indispensável o respaldo de fontes primárias e secundárias. Como fontes teórico-metodológicas, realizou-se pesquisa bibliográfica para a mediação com os dados empíricos. Assim, buscou-se entender o sindicalismo rural oficial no Brasil a partir da sua conjuntura histórico-econômica e entender a categoria denominada *agricultor familiar*. Como fontes primárias, realizaram-se entrevistas pré-elaboradas com dirigentes sindicais do STR de Francisco Beltrão, bem como dirigentes sindicais da mesorregião Sudoeste do Paraná. Foram entrevistados os antigos e atuais dirigentes na tentativa de fazer um resgate histórico do sindicalismo local e regional. Além disso, foram averiguados documentos do STR como livros-atas e outros registros. Para caracterizar o quadro agrário do município de Francisco Beltrão e obter maiores informações sobre o papel do sindicato para estabelecer um perfil dos agricultores sindicalizados ou não, foram entrevistadas 40 (quarenta) famílias dentre as aproximadamente 60 comunidades rurais existentes no município, para compor uma amostragem qualitativa.

Todas essas informações, bem como as análises realizadas são apresentadas nos cinco capítulos em que este trabalho está estruturado. O primeiro capítulo versa sobre o sindicalismo no contexto histórico brasileiro, abordando a sua

gênese e formação, no Brasil, em 1931, até a consolidação do sindicalismo rural em 1962. Considerou-se, também, a criação da CONTAG, da CUT e o surgimento de um novo sindicalismo rural com a abertura comercial nos anos 1990.

O segundo capítulo trata da agricultura familiar e do sindicalismo rural a partir dos anos 1990, com a abertura comercial. Analisou-se a categoria dos agricultores familiares no Brasil, que têm o respaldo do governo e dos movimentos sociais, e sua importância nesta organização social.

No terceiro capítulo, enfatizou-se o estudo do local, Francisco Beltrão, contextualizando-o no processo de formação do território da mesorregião Sudoeste do Paraná. A partir daí, caracterizou-se o quadro agrário do município, destacando os agricultores familiares sócios do STR desse município.

No quarto capítulo, optou-se por trabalhar com a gênese do STR de Francisco Beltrão, suas lutas e articulação com os STRs da mesorregião Sudoeste do Paraná e dos demais estados da região Sul do Brasil.

Para o quinto capítulo, reservou-se a análise da rede estabelecida pelo STR de Francisco Beltrão com os da mesorregião Sudoeste e da região Sul, com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, ligada à CUT (FETRAF-SUL/CUT), no ano de 2001.

Este trabalho pretende destacar considerações pertinentes à organização sindical, à agricultura familiar, à articulação e interação destes atores, sujeitos dos processos sociais vivenciados.

1 O SINDICALISMO RURAL NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

1.1 ANTECEDENTES DO SINDICALISMO BRASILEIRO

O sindicalismo estreou suas atividades no Brasil no final do século XIX. O momento vivido no país era de substituição do trabalho escravo pelo assalariamento, principalmente por imigrantes europeus. Estes partiam de seus países de origem iludidos de que havia, no Brasil, uma abundância de terras para o trabalho e qualidade climática (VAINER, 2000). No entanto, os imigrantes que se aventuravam eram transformados em assalariados nas fazendas, como se fosse um “estágio preparatório”, antes de possuírem sua própria pequena propriedade. Assim ficou conhecida a imigração no Brasil, de “[...] *imigração colonizadora para a imigração de braços*” (VAINER, 2000, p.18 – grifo do autor).

De acordo com Antunes (1986), a esta altura já havia iniciado no país a introdução das atividades industriais, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, constituindo um incipiente mercado interno. Os núcleos operários destas duas cidades constituíram-se no berço das primeiras lutas operárias.

Contudo, devido à antiga situação de escravidão e a imigração cheia de ilusões, havia dificuldade de estabelecer no país uma identidade de classe para os trabalhadores, haja vista a imagem negativa do trabalho, sobretudo por causa do trabalho escravo (MATTOS, 2002).

A dificuldade era de que não havia condições de constituir uma classe em uma sociedade em que o costume era ter um escravo para trabalhar, sem o compartilhamento da divisão do trabalho. Os brancos não se uniram aos negros libertos em torno de uma classe trabalhadora.

Não é o bastante que muitos indivíduos compartilhem uma experiência comum em termos de condições de vida e de trabalho para que se constituam em uma classe. É preciso que os grupos de indivíduos identifiquem esta experiência como comum e seus interesses como convergentes entre si e opostos aos de outros grupos (MATTOS, 2002, p.12).

No Brasil, diante da negatividade do trabalho, “[...] trabalhava quem era escravo ou os livres que não possuíam escravos. Nossas classes dominantes não tinham como se apoiar numa tradição cultural ou religiosa de valorização do trabalho [...]” (MATTOS, 2002, p.12). Para garantir a disponibilidade de trabalhadores para o mercado de trabalho em formação usou-se a repressão como estratégia. Desta forma, coube aos próprios trabalhadores a empreitada da valorização do trabalho. A força organizativa destes promoveu a identificação como classe, com o intuito de agir coletivamente através das organizações sindicais por eles constituídas (MATTOS, 2002).

Outro fator que influenciou na dificuldade para a formação da classe trabalhadora, de acordo com Mattos (2002), foi a diferenciação entre os trabalhadores, devido a grande imigração: dificuldade de comunicação e, além disso, havia muitos negros ou mestiços que eram discriminados com profissões com baixa remuneração. Ainda, segundo o mesmo autor, já nos primeiros anos da década de 1900, no Rio de Janeiro, devido às más condições de vida das populações, ocorreram confrontos com a polícia, especialmente por conta de aumentos abusivos de tarifas públicas.

Foi nesse contexto que nasceram as primeiras organizações coletivas, os sindicatos e outras formas associativas que desempenhariam um papel relevante envolvendo a população operária. No Rio de Janeiro o operariado começou a organizar Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo – instituição que os auxiliava materialmente em momentos difíceis de greves ou de dificuldades econômicas. Posteriormente, os imigrantes que ficaram trabalhando nas vilas urbanas traziam da Europa informações sobre as organizações operárias, surgindo, assim, as “União Operárias”. Essas uniões eram uma reprodução das “Trade-Unions” inglesas (sindicatos), cujos benefícios eram as regularizações dos salários das categorias, proporcionando união e força operária (ANTUNES, 1985).

Os sindicatos formados a partir das União Operárias tornaram-se fortes frente à sociedade industrial. De acordo com Mattos (2002, p.23), a eles cabia “[...] representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo”.

Com a Revolução de 1930 houve a implantação do Estado Novo e a transição da economia agrário-exportadora para uma economia industrializante. As frações dominantes da sociedade aproveitavam para conciliar os interesses agrários

e urbanos emergentes e excluir definitivamente a participação efetiva da classe operária das decisões políticas da sociedade. A partir daí, inicia-se, uma nova fase do sindicalismo brasileiro (ANTUNES, 1985).

1.1.1 O Sindicalismo Varguista

O Pacto Populista se deu no início da década de 1930, quando o país estava vivendo grande crise econômica devido à superprodução de café e conseqüente desvalorização. Neste período, as oligarquias cafeicultoras foram desbancadas do poder nacional. Naquele período o ciclo de produção brasileiro se encerrava e a perspectiva para o país era de estagnação econômica e mesmo o retrocesso (FERES, 1990).

Para que a situação do país mudasse, as alterações na sua estrutura organizativa deveriam ser radicais, referentes à estrutura agrária, à industrialização do país e à formação de um mercado interno consumidor. Dessa forma, industriais e tenentes uniram-se com a preocupação de resolver a situação vigente (FERES, 1990).

A crise econômica aprofundava-se e o bloco organizado em defesa dos direitos sociais unia-se sob uma base heterogênea, a chamada Aliança Liberal, a qual representava uma ampla frente nacional de oposição, que visava à mudança da situação do país “pelo voto ou pela força”. A Aliança Liberal se converteu no primeiro grande partido político brasileiro, lançando-se à campanha política pela presidência da República. Seu candidato era Getúlio Vargas, com um programa renovador e apresentando uma série de promessas. O candidato opositor era o comunista Júlio Prestes, representante da oligarquia cafeicultora paulista. As eleições ocorreram com fraudes de todos os lados, no entanto, o candidato da Aliança Liberal perdeu as eleições, de forma que a derrota forçou a Aliança a dar sua cartada final: tomar o poder pela força (FERES, 1990).

Nesta ocasião, segundo Antunes (1990), houve uma separação do pacto de poder entre fazendeiros e banqueiros desolados em relação à economia mundial; o sistema agrário-exportador do café se fragmentava, estabelecendo um novo bloco de poder, formado pelos setores industriais.

A transição que caracteriza este período não foi, na verdade, *revolucionária*, pois 1930 marcou um momento de rearranjo do bloco de poder, rearranjo este feito *pelo alto*, excluindo qualquer participação efetiva das classes subalternas, e tendo um componente conciliador bastante nítido. A conciliação entre o velho e o novo, entre os vários segmentos representantes dos interesses agrários e mesmo dos setores urbanos emergentes, foi um componente que caracterizou o processo de transformações da sociedade brasileira quando, a partir de 1930, iniciou-se uma etapa de transição para o capitalismo industrial no Brasil (ANTUNES, 1990, p.66 – grifo do autor).

O novo bloco de poder vinculado ao governo, cujos interesses agrários não estavam mais atrelados ao setor cafeeiro, exigia, do Estado, medidas favoráveis à sua modernização e ao fortalecimento do mercado consumidor interno, fomentando, assim, a sua expansão.

De acordo com Sampaio, Broietti e Medeiros (2005), com a tomada de poder por Getúlio Vargas e a opção pela política industrializante criaram-se condições para o aprofundamento da urbanização, proporcionando o crescimento do mercado interno para os produtos agrícolas. A burguesia industrial utilizou o poder que tinha para a satisfação de seus interesses.

Com a intenção de ter controle das massas trabalhadoras, o novo governo, personificado pelo presidente Getúlio Vargas, instituiu uma série de medidas, começando pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto n.º 9433, de 26/11/1930) e da promulgação da chamada Lei de sindicalização (Decreto-Lei n.º 19770 de 19/03/1931). Assim, teve início o funcionamento da estrutura sindical oficial brasileira, cuja principal característica seria o atrelamento e subordinação das organizações trabalhistas aos aparelhos do Estado, com o objetivo de controlá-las e de enfraquecer a luta de classes (COLETTI, 1998).

Um dos primeiros atos do governo provisório foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cujo nome já revelava o tipo de integração previsto. Já em 1931 o governo decreta a regulamentação da sindicalização de empregados e empregadores: só seriam reconhecidos os sindicatos inscritos no Ministério, e para cada categoria de trabalhadores era permitida a organização em um sindicato único. O governo reservava-se o direito de intervir, fechar e dissolver os sindicatos quando considerasse necessário (FERES, 1990, p.314).

A partir de então, a estrutura sindical e suas ações passaram a ser regulamentadas e controladas pelo Estado. Muitos outros decretos e leis foram sendo criados ao longo dos anos 1930 e tiveram influência direta sobre a relação entre trabalhador e sindicato. Esses decretos referiam-se à política social, um conjunto de leis que tratavam do trabalho, as “leis trabalhistas”, mais conhecidas como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Verifica-se de acordo com Mattos (2002), que essa legislação social se compunha de quatro núcleos básicos de leis: as leis previdenciárias; as leis trabalhistas; as leis sindicais e as leis da justiça do trabalho.

A legislação previdenciária foi o embrião para o surgimento das aposentadorias, pensões ou indenizações; ela garantiu o mínimo de seguridade social ao trabalhador.

As leis trabalhistas, por sua vez, diziam respeito aos trabalhadores urbanos e regulavam a jornada e as condições de trabalho, as férias, os descansos semanais remunerados, os pisos salariais entre outros direitos. As leis que fundaram a Justiça do Trabalho tinham o objetivo de mediar os conflitos de natureza trabalhista corroborando com as leis sindicais.

[...] que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos no nível local, federações no âmbito regional e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com o poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções (MATTOS, 2002, p.35).

Diante de tais leis era difícil estabelecer formas de organização fora do sindicalismo oficial, que realmente contribuíssem às necessidades dos operários; a repressão era iminente perante o não cumprimento de regras impostas, além disso, o Ministério do Trabalho regia todos os estatutos sociais dos sindicatos.

Esse enquadramento sindical pelo Estado impedia os trabalhadores de estabelecerem relações reivindicatórias com o setor industrial em formação. Conseqüentemente, os sindicatos não cumpriam seu papel de defesa dos trabalhadores, contrariando sua principal função, a qual expõe Antunes (1985).

Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante [...] (ANTUNES, 1985, p.13).

O Estado varguista buscou controlar o movimento operário e sindical incorporando-o à aparelhagem estatal; o ponto de maior discórdia deste governo era o discurso de harmonia entre trabalhadores e empregadores. Segundo Mattos (2002), a intenção do governo Vargas era a superação do atraso econômico e social brasileiro pelo desenvolvimento industrial, porém, trouxe consigo o autoritarismo e provocou a crítica ao governo democrático.

A figura 1 demonstra a organização da estrutura sindical implantada na década de 1930, com o Estado Novo. Nela evidencia-se a importância do órgão máximo, o Ministério do Trabalho, que determinava todas as ações das demais instituições criadas pelo Estado: confederação, federação e sindicatos. Os trabalhadores ficavam subordinados à ação dos sindicatos que, atrelados ao Estado, não amparavam a classe trabalhadora.



Figura 1 – Organização da Estrutura Sindical no Estado Novo (1937-1945)

Fonte: Elaborado pela autora.

A principal herança do Estado Novo foi a estrutura sindical. No entanto, segundo Coletti (1998), apesar de muitas leis vigentes, não havia uma lei

que respaldasse os trabalhadores agrícolas e o sindicalismo rural. Somente no ano de 1944 o Estado Novo passou a regulamentar formalmente a sindicalização rural por meio do Decreto-Lei n.º 7.038, de 10/11/44. Assim, também ficou atrelada à estrutura sindical oficial determinada pela CLT.

No entanto, a regulamentação do sindicalismo rural formal junto à estrutura sindical urbana não levou de imediato o formalismo ao campo. Pois, de acordo com Coletti (1998), até 1960 não havia mais de dez sindicatos de trabalhadores agrícolas reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. A regulamentação das leis de trabalho ao campo, que poderia representar melhores condições de trabalho e de vida, nem foi posta em prática. Fato resultante da força das oligarquias rurais no bloco de poder constituído, que travavam o avanço das leis que respaldavam os trabalhadores.

No segundo mandato de Getúlio Vargas (1950-1954), o estrategema era ampliar a ação das leis trabalhistas: estender as leis para o meio rural. Uma Lei Agrária como “[...] uma CLT para o meio rural e um novo quadro legal para reforçar o combate ao latifúndio em defesa dos pequenos proprietários” (FERES, 1990, p.323).

O grande pano de fundo do governo Vargas era a implantação da indústria de base e das grandes empresas estatais, presas ao setor básico da economia, e pela questão da nacionalização da economia.

Essa era uma artimanha para a manipulação das massas, pois no meio rural acontecia o agravamento dos conflitos que se instauravam: o êxodo rural e o sindicalismo avançavam reclamando mais atenção aos trabalhadores que enfrentavam a exploração dos grandes proprietários.

[...] uma série de problemas que vinham preocupando a opinião pública nessa época: a carestia de alimentos nas cidades, o afluxo crescente de migrantes do interior do país rumo aos centros urbanos, com o conseqüente aumento da pobreza, visível através do aumento das favelas, aumento da violência urbana, *decomposição do antigo padrão* de vida das classes médias e do proletariado. Em suma, os sintomas de sempre, porém sentidos, então, em grau ampliado e inquietante (FERES, 1990, p.328 – grifo do autor).

De acordo com Feres (1990), durante as décadas de 1940 e 1950, a sindicalização tanto rural quanto urbana foi fiscalizada, porém, havia um crescimento de trabalhadores sindicalizados, principalmente em São Paulo Além disso, crescia o

número de greves operárias organizadas por comissões de fábricas, porém, rapidamente eram reprimidas.

Cabe ressaltar que os instrumentos para o controle da sociedade já estavam postos, a legislação vigente dava ao Ministério do Trabalho toda a liberdade de intervir nas entidades sindicais, depondo direções eleitas e substituindo por interventores. Além disso, ocorreu a cassação dos direitos políticos e instauração de Inquéritos Policiais Militares contra os principais líderes sindicais. Para aqueles que conseguiram escapar da prisão a alternativa foi o exílio ou a clandestinidade.

A repressão demonstrava o tipo de ditadura que se instaurara, pela figura 2, na qual pode-se observar as forças que se unificaram em torno do poder da época, em prol de impedir os avanços dos movimentos organizados dos trabalhadores do campo e da cidade.

Observando-se a figura 2, pode-se entender que a articulação dos militares, sua ligação com empresários que realizavam transações de capitais nacionais e estrangeiros. Esses eram apoiados pelos grandes latifundiários e políticos conservadores que detinham o poder político (ao centro), de forma que dominavam a frágil unidade dos trabalhadores urbanos e rurais.

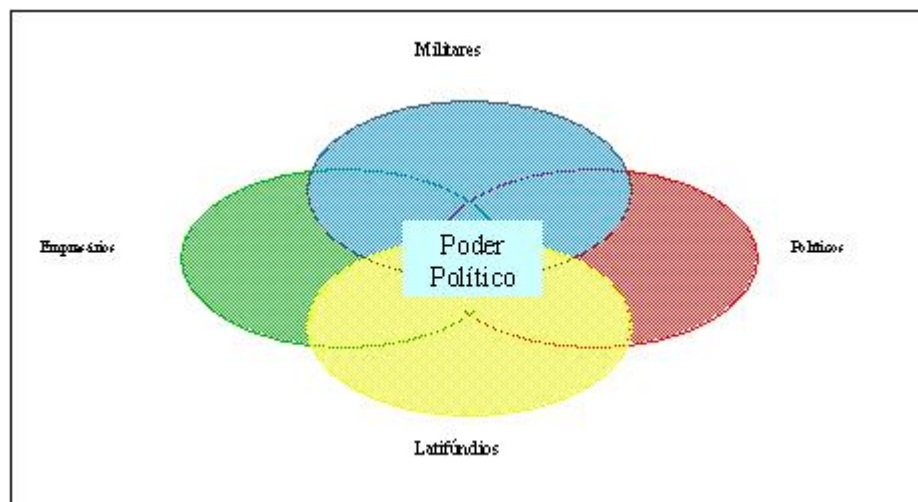


Figura 2 – Forças no controle das organizações populares.

Fonte: Organizado pela autora com base em Mattos (2002).

De acordo com Feres (1990), o governo posterior a Getúlio Vargas – que se suicidou em 1954 –, Juscelino Kubitschek de Oliveira, consagrou-se com a concretização do processo de industrialização, iniciado com o Estado Novo. No entanto, as condições de vida da população, durante esse governo não se alteraram e seu final marca o acirramento de lutas no campo. Os movimentos sociais iniciam mobilizações e lutas, procurando democratizar a sociedade. Mesmo não conseguindo atingir plenamente a toda a população, conseguiu-se estabelecer uma ligação importante entre as lutas e os anseios dos produtores rurais e os pólos de ação política e social nas cidades.

1.1.2 Os Conflitos e Lutas dos Trabalhadores do Campo na Década de 1950

A década de 1950 foi bastante carregada de conflitos nas relações de trabalho, tanto no campo quanto na cidade. Essas agitações resultavam da conjuntura política estabelecida a partir do Estado Novo, que ainda estava em vigor, pois, consolidava-se a implantação do setor industrial aprofundando a divisão do trabalho (THOMAZ JR., 1998).

De acordo com Coletti (1998), os conflitos no meio rural, nos anos de 1950, estabeleceram-se devido ao rompimento das relações de superioridade e dependência dos patrões em relação aos trabalhadores, surgindo, assim, vários movimentos sociais.

O que ocorre é que, nos anos 50 e início dos anos 60, esse processo de quebra nas relações de dominação e dependência pessoal assumiu proporções tão significativas que os antagonismos de classe no mundo rural, até então mascarados pela obrigação de lealdade dos trabalhadores para com os senhores de terras, explicitaram-se, resultando num intenso processo de luta de classes (COLETTI, 1998, p.40).

O desenrolar dessa explícita luta de classes foi a constituição do movimento das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, além de conflitos por terra isolados pelo território nacional.

As Ligas Camponesas surgiram em 1945 e lutavam por terras, porém, eram dependentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1947, quando o governo de Eurico Gaspar Dutra assumiu, declarou o Partido Comunista ilegal e, por conseguinte, as Ligas Camponesas foram interrompidas.

Assim, na metade da década de 1950 com o agravamento das relações de trabalho, ressurgiram as lutas de classe. A partir daí, manifestaram-se novamente as Ligas Camponesas, compostas por diferentes categorias de trabalhadores meeiros, foreiros¹, colonos, camaradas² e posseiros (THOMAZ JR., 1998).

Em 1955, no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão (PE), reuniram-se 140 famílias com quase mil pessoas, que ocupavam 500 ha de terra. Esse grupo constituía, nesse período a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que mais tarde denominou-se Liga Camponesa da Galiléia (COLETTI, 1998).

A Liga se consolidou e diante do seu sucesso na produção, os latifundiários da região organizaram ação de repressão aos trabalhadores. Os donos das terras queriam com o aumento do valor do foro, expulsar os foreiros das terras do engenho e a alteração dos dias de trabalho gratuitos dos produtores. A organização da Liga agiu contra esses abusos.

De acordo com Thomaz Jr. (1998), as Ligas Camponesas não eram controladas pelo Estado, de forma que desestabilizavam a ordem institucional, mas aproveitavam todos os meios para a condução de suas lutas. A defesa da Liga da Galiléia na justiça era feita por Francisco Julião Arruda de Paula, advogado e deputado em Recife. A vitória mais importante que obtiveram foi a desapropriação das terras do Engenho Galiléia, por meio de um projeto de Lei aprovado pela Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Depois desse marcante fato, as Ligas se espalharam para 40 municípios de Pernambuco e também outros estados do Nordeste, haja vista que sua organização não dependia de registro do Ministério no Trabalho, mas sim, de

¹ Pequenos produtores que pagam o foro ao dono da terra para lá permanecer e produzir.

² Trabalhadores assalariados.

um cartório de títulos e documentos, pois se constituía de uma sociedade civil de direito privado (COLETTI, 1998).

Essas organizações respondiam por uma ampla e diversificada categoria de trabalhadores que incluíam foreiros, meeiros³, rendeiros⁴ e pequenos proprietários. Esses produziam culturas de subsistência e comercializavam os excedentes produzidos em terra própria ou de outrem.

Contudo, as Ligas Camponesas sucumbiram diante da estrutura sindical, em três momentos que efetivaram a sua decadência: o primeiro foi das grandes vitórias obtidas em relação à desapropriação do Engenho Galiléia; o segundo se dá entre 1960 e 1962, em que as Ligas assumem um papel muito radical de querer reforma agrária “na lei ou na marra” e conceber, até mesmo, guerrilhas armadas para a sua garantia; e a partir de 1963, quando surge a sindicalização oficial rural e também por divergências políticas e ideológicas internas (COLETTI, 1998, p. 43),

Entretanto, não era só no Nordeste brasileiro, com as Ligas Camponesas que se davam os conflitos no meio rural. Outras lutas por terra se desencadearam na década de 1950, executadas por pequenos agricultores em vários estados no Brasil:

Citaremos aqui apenas alguns exemplos: os posseiros, ameaçados de despejo, desencadeavam longas batalhas em Formoso e Trombas (Goiás), no Sudoeste do Paraná e na Baixada da Guanabara; em Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo, houve sérios conflitos nos anos de 1959/60, envolvendo pequenos arrendatários e os proprietários das terras; greves no campo multiplicavam-se numa escala sem precedentes, no Rio Grande do Sul surgia o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) (COLETTI, 1998, p.44).

Embora essas lutas fossem eventos isolados, aconteciam em todo território brasileiro. Esses conflitos perpassavam o mesmo problema: posseiros e pequenos agricultores ocupavam terras devolutas, que eram griladas devido ao

³ Pequenos produtores que pagam a utilização das terras ao dono com metade da produção, seja em produtos ou em moeda.

interesse de grandes proprietários, muitas vezes por juizes e cartorários locais. As lutas travadas em todos os locais de conflito conseguiram atingir o objetivo de consolidar os posseiros nas terras (MORISSAWA, 2001).

Porém, de acordo com Morissawa (2001), na década de 1960, os conflitos e lutas dos trabalhadores do campo foram sendo abafados. Primeiro com a sindicalização rural oficial e, posteriormente, com o Golpe Militar de 1964.

1.2O SINDICALISMO RURAL E SUA CONSOLIDAÇÃO

O sindicalismo rural consiste na expansão das leis trabalhistas, que já existiam no meio urbano, para o campo, implantando a estrutura sindical oficial de Estado. Segundo Coletti, (1998), em 1962, a ordem de implantação maciça de sindicatos oficiais foi assinada pelas portarias 209-A e 355-A.

A última portaria agregou os produtores autônomos aos sindicatos oficiais de trabalhadores agrícolas. O argumento a essa determinação era o fortalecimento dessas entidades sindicais. A Portaria 355 -A permitia a existência de quatro sindicatos por base territorial: Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, Sindicato dos Trabalhadores na Pecuária e Similares, Sindicato dos Trabalhadores na Produção Extrativa Rural e Sindicato dos Produtores Autônomos – este último representava pequenos proprietários e trabalhadores autônomos (COLETTI, 1998).

O fim do governo de Juscelino Kubitschek (1961) culminou com crise econômica, cuja solução foi o arrocho salarial e, portanto, dever-se-ia combater o progresso do sindicalismo. Assim, seguindo as recomendações, o novo Presidente da República Jânio Quadros (1961), continuou-se a repressão. Com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu o vice-presidente João Goulart que promoveu, desta vez a consolidação do sindicalismo rural (MATTOS, 2002).

⁴ Pequenos produtores que pagam renda em dinheiro ou em produtos ao dono da terra.

De acordo com Feres (1990), a implantação do sindicalismo rural ao campo, que se deu no governo de João Goulart, e teria o papel de contornar a problemática das relações de trabalho instauradas nos governos anteriores.

[...] Goulart teria a função de coordenar o avanço do trabalhismo na direção de um combate frontal com o pacto oligárquico, desembocando num confronto aberto de classes. O sindicalismo urbano, que vinha minando o poder das oligarquias, deveria ser reforçado pela extensão da luta social e da organização sindical no meio rural. A pedra angular de seu governo seria, logicamente, o compromisso com as Reformas sociais e, principalmente a extensão das mesmas ao campo. E nesse contexto, em primeiro lugar, a Reforma Agrária (FERES, 1990, p.355).

Assim, com João Goulart no poder surgiu o sindicalismo do campo, que representava a barreira para impedir que as populações rurais se organizassem e melhorassem sua condição de trabalho e de vida (MATTOS, 2002).

De acordo com Feres (1990), no governo de João Goulart foi votado um pacote de medidas destinadas à resolução do problema agrário, denominada de *revisão agrária*. Deste pacote de medidas, segundo Coletti (1998), surgiu o Estatuto do Trabalhador Rural, a Lei n.º4.214, de 02/03/1963, que deveria respaldar os trabalhadores rurais. Porém, diante da sindicalização oficial, tratava-se apenas de um instrumento de posicionamento político do legislativo frente à questão.

[...] o ETR copiava o modelo do sindicalismo oficial urbano: exigia 'carta de reconhecimento' assinada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (art.119), criava a 'contribuição sindical' (art. 135), estabelecia como deveres dos sindicatos a colaboração com os poderes públicos e a manutenção dos serviços de assistência para seus associados (art.116) etc (COLETTI, 1998, p.53).

A efetiva sindicalização rural da década de 1960, caracterizada, segundo Coletti (1998), como corporativa, atrelada ao sindicalismo de Estado, vinha para controlar os trabalhadores rurais e os conflitos por eles organizados.

É nesse quadro de enfrentamento que o Estado "resolve por bem", institucionalizar a sindicalização rural. Não obstante "até 1960 não existiam mais do que 8 sindicatos rurais reconhecidos, dentre esses, três nos Estados de Pernambuco e Bahia e um no Rio de Janeiro e Santa Catarina (THOMAZ JR. apud MEDEIROS, 1998, p.3).

Além do crescimento geométrico de sindicatos rurais, estruturaram-se as Federações Estaduais de sindicatos de trabalhadores rurais e criou-se a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG (FERES, 1990).

Nesse contexto, destaca-se a presença da Igreja Católica que, tentando disputar espaço, achou na sindicalização rural a convergência dos trabalhadores rurais. Com uma sindicalização ‘cristã’ a igreja concorria com as Ligas Camponesas e com o Partido Comunista do Brasil (PCB) que havia criado a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), com a finalidade de unir os trabalhadores do campo e da cidade para lutar em prol da causa.

Essa disputa entre as organizações das Ligas, do PCB e da Igreja se dava pelo alarde de ameaça de expansão do comunismo no campo (COLETTI, 1998).

O “perigo da expansão comunista no campo” e a possibilidade de perda de sua influência no meio agrário fizeram com que a Igreja Católica iniciasse, no final dos anos 50, seu trabalho organizativo no meio rural exatamente por aqueles Estados mais ameaçados pela expansão das ligas e da Ultab. Assim, em 1960, o Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte criou um setor de sindicalização rural, cujo objetivo era a formação de sindicatos “cristãos” no campo (COLETTI, 1998, p.50).

A conjuntura de lutas por terra e por melhores condições de trabalho alarmava todos os setores mais conservadores da sociedade brasileira, de modo que se buscavam todas as possibilidades para o controle social.

No entanto, se por um lado a Igreja conservadora tentou engessar a luta dos trabalhadores do campo, por outro, alguns setores mais radicais “libertaram” a população pobre para a conquista de seus direitos e ideais.

O objetivo central desse sindicalismo cristão que se encontrava em gestação era o combate ao comunismo e o seu princípio básico era a negação da luta de classes e defesa da harmonia social. Entretanto, o sindicalismo cristão não se resumiria a essa postura conservadora: a Ação Popular (AP), surgida dos setores leigos ligados à igreja, fugiria à expectativa original da ação da igreja no campo e evoluiria para posições radicais de apoio à luta camponesa, desenvolvendo um importante trabalho através do Movimento de Educação de Base (MEB) (COLETTI, 1998, p.50).

Além disso, o sindicalismo cristão encontrou no sindicalismo de Estado a âncora e os subsídios para a sua instalação. Do ponto de vista da igreja católica os sindicatos oficiais eram necessários para isolar os trabalhadores da influência das Ligas Camponesas e dos comunistas, reduzia também, o impacto das lutas por reforma agrária.

A partir de então, cresceu rapidamente o número de sindicatos, sendo que, entre 1962 até meados de 1963, já existiam 800 entidades sindicais e cerca de 500.000 camponeses organizados nas Ligas em 10 Estados. Às vésperas do golpe militar de 1964, o número de sindicatos chegava a 1.200 e 42 Federações, *'sendo 11 de assalariados; 18 de produtores autônomos; 6 de pequenos proprietários; 1 do setor extrativo; e 6 ecléticas (de pequenos proprietários e produtores autônomos)'* (CESE, 1989, apud THOMAZ JR., 1998, p.3 – grifos do autor).

Com o golpe militar, a sindicalização, como um todo, sofreu rupturas no sentido de organização. As lideranças sindicais foram reprimidas e os sindicatos sofreram intervenção nas suas direções.

1.2.1 A Ditadura Militar e o Sindicalismo Rural

O golpe militar de 1964 resultou do fracasso da política fundiária do governo de João Goulart, que desencadeou a tensão social entre trabalhadores rurais e proprietários. Segundo Feres (1990), essa questão diz respeito à condução política responsável pela reforma agrária e à extensão dos benefícios sociais ao meio rural, cuja tentativa se dá desde a revolução de 1930, com um plano de estabelecer um pacto social baseado no monopólio da propriedade da terra, que não se realizou.

Dessa forma, de acordo com Feres (1990), os grupos sociais envolvidos, sempre controlados pelo Estado, não conseguiram assumir a direção de um movimento para estabelecer uma nova situação de hegemonia para uma das classes envolvidas, entregando, enfim, a condução aos militares.

O primeiro governo de Ditadura em 1964, constituiu-se sob o comando do Marechal Castelo Branco e durante todo o período de seu mandato ocorreu repressão política. Todas as ações dos sindicatos nesta época eram direcionadas pelas forças do Estado. Além disso, houve a aprovação da lei n.º 4.504, que levava o título de Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra nascia, portanto, subordinado ao projeto de desenvolvimento econômico do regime ditatorial militar, que privilegiava a constituição de grandes empresas rurais e favorecia, de um lado, a concentração de terras e de capital, de outro, a expropriação e expulsão dos trabalhadores do campo (COLETTI, 1998, p.61-62).

O Estatuto da Terra se constituía em outra forma de controle social, trazendo à tona a questão fundiária e a bandeira da reforma agrária dos trabalhadores. A aprovação do estatuto era uma estratégia para que o Estado mantivesse o domínio das discussões e reivindicações ligadas a terra, embora o aparato legal para realizar a reforma agrária, fosse era apenas mais um símbolo (FERES, 1990).

O Estatuto da Terra pretendia ser o ponto final de uma luta política em torno da reforma agrária, que iniciada em 1930, atingiu seu ponto de solução a partir das posições e dos interesses vitoriosos dos ruralistas brasileiros e do poder político a seu serviço – a ditadura militar e um Congresso Nacional de existência simbólica (FERES, 1990, p.406).

Portanto, foram tomadas duas providências para o enquadramento das lutas dos trabalhadores: aprovou-se o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, que na verdade não respaldariam os trabalhadores (COLETTI, 1998). Para completar o enquadramento, foi tomada a terceira providência alterando o enquadramento sindical rural.

A determinação sobre esta questão, segundo Coletti (1998, p.201), foi a portaria n.º71, de 1965, deliberada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, que “[...] estabeleceu a existência de um único ‘sindicato de trabalhadores rurais’ para cada base territorial”. Desta forma, não seria mais permitida a existência

de quatro sindicatos por base territorial. Além disso, foi decretada Lei que dispunha sobre a contribuição sindical rural.

O Decreto-Lei nº1.166, de 15 de abril de 1971, que dispôs sobre o enquadramento e sobre a contribuição sindical rural, por sua vez, definiu como ‘trabalhador rural’ tanto os assalariados rurais quanto os pequenos produtores – pequenos arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários, que explorem, individualmente ou em regime de economia familiar, imóvel rural não-superior à dimensão do módulo rural da respectiva região, podendo contar, *eventualmente*, com ajuda de terceiros (COLETTI, 1998, p.201 – grifo do autor).

Nesse período, foram lançadas as bases para a estruturação sindical oficial rural, unindo diversos trabalhadores na mesma categoria, como se o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) fosse um “guarda-chuva”. Em muitos locais os STRs tinham em seus quadros de associados pescadores e até mesmo patrões (pequenos proprietários e ou produtores), além de empregados, alguns assalariados (THOMAZ JR, 1998),

As ações dos STRs da época eram questionadas, pois agrupavam várias categorias. Havia cobranças com relação à sua atuação na defesa de mais de uma categoria a partir do enquadramento sindical oficial.

1.2.2 Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e sua Ação Oficial

A partir da instituição do enquadramento sindical único, os trabalhadores das diversas categorias: assalariados, parceiros, meeiros, arrendatários e pequenos produtores estariam todos sob o mesmo amparo. Porém, esta portaria do Ministério do Trabalho criou duas categorias de enquadramento sindical. A primeira por sindicatos de trabalhadores rurais, englobando “assalariados”, “parceiros”, “arrendatários”, “pequenos proprietários”, entre outros; e a outra categoria formada pelos sindicatos rurais, estes compostos do setor patronal (MEDEIROS, 1997).

De acordo com Thomaz Jr. (1998, p.4), a primeira categoria de sindicatos apareceu “[...] no bojo de um amplo processo de mobilização pela regulamentação de contratos de arrendamento e parceria, por direitos trabalhistas e, por reforma agrária [...]”. Essas reivindicações se constituiriam como uma identidade para os trabalhadores rurais, não fosse a inexpressividade numérica dos assalariados na ordem das prioridades políticas, como os direitos trabalhistas e campanhas salariais.

Essa lógica decorre do fato de os assalariados não se fazerem representar nas direções políticas das entidades como os STRs, as federações e a CONTAG, de modo que, reflete nacionalmente a hegemonia, nas direções sindicais, de pequenos produtores, de arrendatários, de parceiros e assalariados, respectivamente.

Tendo em vista que a esmagadora maioria dos sindicatos era dirigida por pequenos produtores, a pergunta que se colocava era a seguinte: como poderiam esses dirigentes defender os interesses dos assalariados rurais, se eles, enquanto pequenos produtores e durante certa época do ano, assalariavam esses trabalhadores, ou seja, tornavam-se seus patrões?(COLETTI, 1998, p.202).

A resposta à questão apresentada por Coletti (1998) é complexa. Medeiros (1998) afirma que os pequenos proprietários passam a ser disputados pelas duas categorias de sindicatos. Isso porque o emprego de mão-de-obra seria elemento definidor do enquadramento pelo decreto-lei nº. 1166, de 1971, do Ministério do Trabalho, que estabeleceu que pequenos produtores se enquadrariam como trabalhadores rurais.

Para Venceslau (apud COLETTI, 1998), a resposta à questão também é complexa, uma vez que as demandas de ambas as categorias, pequenos produtores e assalariados, são distintas. Os assalariados lutam por melhores condições de trabalho e salários melhores; já os pequenos proprietários estão preocupados com os preços mínimos, com o crédito e com a comercialização dos produtos. Nesse sentido, o autor conclui que o meio rural é bastante diferenciado e as formas de organização das categorias também devem se constituir assim.

No entanto, como já foi mencionado, na década de 1960, sobretudo após o golpe militar, os sindicatos estavam todos sob a ação estatal. Sua prática era

atuar conforme determinação do Estado, pois este detinha a discussão sobre a reforma agrária, deixando as forças de luta dos trabalhadores mais fracas. Com isso, a CONTAG constituía-se no caminho para o legalismo do controle estatal dos trabalhadores, pois de acordo com Medeiros (apud COLETTI, 1998, p.66), “[...] o ponto de partida dessa *concepção legalista* da Contag era o de que os direitos já estavam estabelecidos em lei, ou melhor, no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra, bastando serem respeitados” (grifo do autor).

Representativamente, os sindicatos não tinham o poder de decidir sobre suas ações, mesmo que alguns dos dirigentes pretendessem estabelecer qualquer tipo de relação sem assistencialismo ou de crítica ao Estado, seria impossível, já que as providências para seu “afastamento” seriam tomadas.

[...] justificando a prática dos dirigentes no contexto dos anos de estabilidade do regime ditatorial militar (sobretudo 1968-1978), observa que era preciso muito *cuidado* e muita *cautela* para permanecer à frente das entidades sindicais. Essa situação teria gerado um determinado tipo de dirigente sindical, cuja estratégia de sobrevivência baseava-se na ação *prudente*, que significava, antes de tudo, jamais desafiar o Estado (NOVAES, 1987 apud COLETTI, 1998, p.67 – grifos do autor).

Conforme Coletti (1998), os dirigentes sindicais ou eram conduzidos às direções sindicais oficiais ou mantidos à frente dos sindicatos devido à sua atitude de prudência. O que significava manter a estrutura de dependência do sindicato ao Estado, optando pelo legalismo, que levava ao imobilismo. O imobilismo foi estratégico, pois, quando se pensou o enquadramento sindical, determinou-se a contradição de classes sociais antagônicas. Portanto, o sindicalismo oficial rural, que se pautou no legalismo, consolidou entre os dirigentes a idéia de que a luta deve ocorrer por meio das leis, as quais são “imóveis”.

[...] quem garante a existência e sobrevivência dos sindicatos, federações e confederações oficiais, através do reconhecimento, da outorga da representatividade e dos impostos sindicais em última instância, é o Estado e não os trabalhadores e nem tampouco os patrões. No limite é possível, inclusive, existir sindicatos oficiais sem trabalhadores e dos chamados “sindicatos de carimbos” são uma prova concreta dessa possibilidade. Ora é exatamente dessa relação de dependência fundamental entre sindicalismo oficial e estado que decorre a definição de peleguismo (COLETTI, 1998, p.79-80)

A definição apresentada por Coletti (1998) está de acordo com a política realizada entre patrões e sindicatos, a qual pretende beneficiar o patrão e não o trabalhador. Segundo o autor, o mecanismo mais cruel implantado pelo Estado, impedindo qualquer ação de organização e luta dos trabalhadores, foi a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), mais conhecido como Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL).

Esse mecanismo foi criado com o Estatuto do Trabalhador Rural, que tinha como meta estabelecer benefícios previdenciários para os trabalhadores rurais como: aposentadoria por velhice, por invalidez, auxílio doença entre outros. Porém, estes benefícios só entrariam em vigor a partir de lei complementar em 1971, que criava o PRORURAL cuja execução cabia ao FUNRURAL (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

A inclusão desses serviços previdenciários no interior dos sindicatos de trabalhadores rurais visava, segundo as próprias palavras do então Ministro do Trabalho, Júlio Barata, a converter o assistencialismo no principal ou, pelo menos, em um dos principais papéis desempenhado pelas entidades sindicais rurais (COLETTI, 1998, p.70).

O programa audacioso do Estado fez surgir milhares de sindicatos burocráticos. De acordo com Coletti (1998), esses sindicatos não tinham qualquer vínculo de luta pelos direitos dos trabalhadores, o que se deveu, possivelmente, pelos convênios estabelecidos entre os sindicatos e o PRORURAL, “[...] através dos quais os sindicatos foram transformados em verdadeiros postos de saúde e agência de encaminhamento de aposentadorias e pensões, *a serviço do governo*” (COLETTI, 1998 – grifo do autor).

Portanto, a ação dos sindicatos durante a ditadura não era de respaldo aos trabalhadores, seja dos rurais ou dos urbanos, haja vista a influência do plano econômico implementado, que tinha as bases nos empréstimos internacionais, impulsionando altos índices de crescimento econômico e ganhando o apelido de “Milagre Econômico”.

Segundo Mattos (2002), o alicerce para o milagre era a recessão provocada pelo governo João Goulart (1962-1964), causando a centralização de

capitais ao redor dos grandes grupos monopolísticos e do sistema financeiro, e a retomada de investimentos públicos em grandes obras indutoras de atividades econômicas, além do arrocho salarial e exploração da força de trabalho.

O controle por parte do Estado sobre os sindicatos era, pois, essencial para que o bloco no poder pudesse permanecer. Desta forma, pode-se afirmar que a prática sindical oficial rural foi a extensão do sindicalismo urbano, pautada, sobretudo após o golpe militar e na década de 1970, no “[...] legalismo, prudência, imobilismo, clientelismo e assistencialismo convertido num fim em si mesmo – caracteriza-se por ser, *embora não-exclusiva, hegemonicamente conservadora*” (COLETTI, 1998, p.75 – grifo do autor).

Para a ação dos sindicatos oficiais terem eficácia, o Estado contou com importante instrumento. Assim, a CONTAG exerceu o papel de órgão subordinador das federações e dos sindicatos.

1.2.3 A Ação da CONTAG

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em dezembro de 1963, a partir das Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) que já existiam, foi reconhecida em janeiro de 1964 pelo decreto nº.53.517. Participaram do processo de criação dessa confederação trabalhadores rurais de diferentes correntes políticas e setores ligados à Igreja Católica, porém, após sua criação foi liderada pelos militantes do PCB (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003; COLETTI, 1998).

Segundo Cordeiro; Schmitt; Armani (2003), com o golpe militar de 1964, logo a CONTAG sofreu intervenção política, devido à participação do PCB na direção da mesma. Portanto, mesmo surgindo “fora” do aparelho estatal, a CONTAG não conseguiu fugir da ação do bloco no poder, pois o governo militar, verificando o poder das organizações, tanto sindicais quanto camponesas, baixou determinações com o fim de reprimí-las; no caso dos sindicatos, com intervenções, e nas direções e às Ligas Camponesas, extinguindo-as.

A CONTAG, de acordo com Thomaz Jr. (1998), defendeu o sindicalismo estatal, fundamentando-se nas leis, principalmente no Estatuto da Terra

e Estatuto do Trabalhador Rural. As reivindicações ou denúncias realizadas eram representadas por cartas às autoridades competentes, como o Ministério do Trabalho.

Tratava-se, sobretudo, da chamada prática sindical do “envio de correspondências”, através da qual a ação sindical *limitava-se* a denunciar, respeitosamente, o problema às autoridades governamentais, esperando do estado (ditatorial militar) a resolução (espontânea) de pendências ou conflitos envolvendo os trabalhadores do campo (COLETTI, 1998, p.66-67 – grifo do autor).

Essa prática, conforme apontou Coletti (1998), era conhecida como peleguismo, freqüente no sindicalismo da CONTAG. Porém, conforme Cordeiro; Schmitt; Armani (2003), essa entidade teve um papel importante no processo de redemocratização do país. Sua ação se baseou nas bandeiras de reforma agrária e ampliação dos direitos sociais, além de realizar campanhas de greves mobilizando assalariados em várias regiões do país.

De acordo com os mesmos autores, a CONTAG, a partir do início da década de 1980, quando ocorreu uma mudança nas bases sindicais e com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sofreu um tensionamento amplo, tanto no que se refere às suas bandeiras de luta, quanto às suas relações com o Estado. Na década de 1990, portanto, devido às diferentes conjunturas vividas, a CONTAG diversificou suas frentes de luta e, em 1995, por decisão em Congresso Nacional, definiu-se pela sua filiação à CUT.

Neste sentido, a partir do final da década de 1970, com o processo de mudança nas bases sindicais, começa a transformação da CONTAG de estrutura histórica apoiada no Estado, para uma entidade mais voltada à luta dos trabalhadores.

1.3 A MUDANÇA NAS BASES SINDICAIS: FINAL DA DÉCADA DE 1970

O panorama sociopolítico brasileiro da década de 1970 era problemático desde o golpe militar. O país, segundo Mattos (2002), vivia a recessão, a centralização de capitais por grandes grupos monopolísticos e do sistema financeiro, bem como a retomada de investimentos públicos em grandes obras indutoras de atividades econômicas. Esses fatos causaram o arrocho salarial e a exploração da força de trabalho. O país se encontrava endividado, fato que desencadeou uma crise que se estenderia por toda a década de 1980.

Na década de 1970, os militares já demonstravam sua intenção de voltar aos quartéis. Isso devido à sua impopularidade provocada pelo autoritarismo, junto da falência dos planos econômicos impostos a partir de 1964. Assim, a retirada lenta e gradual, dos militares seria a única forma de “[...] salvaguardar os interesses dos grupos hegemônicos que, até então, se haviam apoiado na ditadura” (FERES, 1990, p.449).

Nesse processo de “desmanche” do governo militar três fases podem ser consideradas: a primeira foi a explosão de movimentos de protestos contra a degradação das condições de vida da maior parte da população. Segundo Feres (1990, p.449 – grifo do autor), a questão dos *direitos humanos* e da reivindicação dos *direitos da cidadania* contou muito para a ação dos trabalhadores. Várias foram as instituições e entidades que apoiavam e lutavam junto aos trabalhadores por estes direitos, entre elas: as Igrejas (Católica e Luterana), órgãos de imprensa, grupos de intelectuais entre outros.

A segunda fase ficou marcada com um estratagema do governo do General Ernesto Geisel, no período de 1978-1982: o plano de transição política, que ficou conhecido como abertura democrática – cuja intenção era impedir a estruturação política institucional do movimento social, que amedrontava e era patrocinada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A terceira fase foi marcada por conchavos dentro do quadro partidário existente, objetivando o favorecimento e a permanência das forças ligadas à ditadura no poder. Em 1984, o setor representado pelo movimento social tentou acelerar o processo de transição fazendo campanha por eleições diretas e imediatas. O movimento ficou conhecido como “Diretas Já!”.

Como assinala Bresser Pereira (1995), faz-se necessário esclarecer que, desde a Revolução de 1930, apresentaram-se pactos de poder político nos governos brasileiros. Dessa forma, observa-se que ocorreu uma coalizão de classes em 1930, constituída pela burguesia industrial, classe média burocrática, trabalhadores e setores da velha oligarquia, unidos com o fim de industrializar o país para substituir importações. Posteriormente, com o Estado Novo (1937-1945), constituiu-se o chamado “pacto populista”, composto pela burguesia, pela burocracia militar e civil que excluiu os trabalhadores e a maior parte da classe média, objetivando o controle social e político. Esse pacto durou mais que qualquer outro, devido, justamente, ao populismo em torno dos políticos, e o monitoramento sobre as classes sociais (Sindicalismo de Estado). O terceiro pacto que aparece é ainda mais controlador, a ditadura militar, que implantou o ‘pacto burocrático-autoritário’, que engessou as forças dos movimentos sociais e iludiu a população com a política de entrada de capitais. Estratégia que serviu para capitalizar grandes empresas multinacionais e vender a mão-de-obra brasileira mais barata, repercutindo no arrocho salarial e em crises econômicas sucessivas.

Portanto, estando o país sob o pacto burocrático-autoritário, o cenário da década de 1970 era da tentativa do governo militar de validar seu governo, uma vez que se encontrava em uma eminente crise estrutural e econômica. Para que a validação do seu governo acontecesse os militares possuíam artifícios que garantiam posições autoritárias para acalmar a população e os sindicatos, de maneira que, para estes, a forma encontrada foi a atuação assistencial, combinada com o ideário de crescimento econômico para uma posterior política de redistribuição (MATTOS, 2002).

Ainda de acordo com Mattos (2002), na década de 1960, ocorreu um grande salto quantitativo de sindicatos no campo, principalmente. Porém, o crescimento urbano se deu menos significativamente. No início da década de 1970, o sindicalismo começou a realizar movimentações contra a ditadura, mesmo que na clandestinidade.

Segundo Graziano da Silva (1998), para se entender a situação do Brasil, no campo, deve-se retomar a década de 1950, em que se vivia o expansionismo industrial. De 1930 a 1960 o país viveu o período de integração dos mercados nacionais: de alimentos, de trabalho e de matérias-primas. Nos anos 1950, portanto, ocorreu a constituição do setor de bens de capital e insumos

básicos, chamado de D1. Neste período, inicia-se o processo de industrialização da agricultura, que desencadeou uma série de mudanças no bojo da agricultura: a proletarização rural e o acúmulo de capital no campo.

Conforme Ferreira (1987), a modernização da agricultura conduziu à extrema concentração da renda no meio rural e da propriedade da terra, concomitante a duras alterações nas relações de trabalho que passaram a ser marcadas pelo assalariamento contínuo do pessoal ocupado na agricultura.

De um lado ocorreu o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, pois a concentração da propriedade determinava que os trabalhadores se assalariassem e isso aprofundava a divisão social do trabalho quando combinado a tecnologias. Por outro lado ocorreu o êxodo rural, decorrente da divisão social do trabalho. É por este viés que a modernização da agricultura vem para privilegiar a agricultura empresarial, altamente dependente de tecnologias.

Em todo o país, a partir do final dos anos 1960, o processo de modernização da agricultura gerou mais conflitos. No entanto, como se sabe, já ocorriam, desde a década de 1950, conflitos em várias regiões do Brasil referentes às questões de terra e ao novo padrão agrícola que agravavam a situação. “As contradições geradas pelo processo de modernização da agricultura fazem emergir, nesse período, uma multiplicidade de identidades, que surgem como o resultado de um conjunto extremamente heterogêneo de trajetórias sociais de exclusão” (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003, p.108).

Portanto, as lutas contra o regime militar, contra a política modernizante, sem legitimação, começam por diversos setores da sociedade. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (SINTSEF), ainda no ano de 1960, com a realização do III Congresso Sindical Nacional ocorreu a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), cujo propósito fora o de combater o peleguismo, no entanto, sem muito êxito.

Neste sentido, e com propósito de melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do campo e da cidade, os setores mais importantes da sociedade, vinculados à Teologia da Libertação, ala progressista da Igreja Católica, e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizaram-se para lutar pela regulamentação dos direitos dos trabalhadores (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003).

A CPT foi criada em 1975, pela Igreja Católica, a partir da luta contra o avanço do bloco de poder em direção à Amazônia e contra o massacre de índios e pequenos produtores, cuja impunidade para militares e pistoleiros era evidente⁵.

As lutas específicas destas diferentes organizações e movimentos encontram-se, neste período, estreitamente vinculadas ao processo de redemocratização política do país, processo este que mobilizou um campo bastante amplo de alianças na sociedade civil, no interior do aparelho do Estado e no mundo da produção (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003, p.108).

A situação vigente na década de 1970 era de crise política e econômica. Conforme enfatizado anteriormente, segundo Feres (1990), o governo militar sinalizava “a volta aos quartéis”, porém, o controle da sociedade devia estar sob sua guarda.

De acordo com Mattos (2002), os militares, para manterem sob o controle do bloco no poder a transição do governo militar ao democrático, decretaram, em abril de 1977, um pacote de medidas fechando temporariamente o Congresso. Esse pacote ainda definiu eleições indiretas para um terço do Senado, alterou a composição do colégio eleitoral para as escolhas presidenciais e, por fim, manteve escolhas indiretas para governadores. Além disso, a anistia declarada privilegiou, sobretudo, os indivíduos que tinham agido nas atividades de repressão e tortura aos revolucionários do regime militar.

Segundo Cordeiro; Schmitt; Armani (2003), nesse período também ocorreu a revitalização da estrutura sindical oficial, desta vez, com papel importante na luta pela reforma agrária e a afirmação dos direitos aos trabalhadores rurais.

Neste sentido, a organização entre os setores da Igreja Católica que defendiam os trabalhadores, a CPT e alguns sindicalistas promoveu o preparo de movimentos contra a condição de controle do Estado frente à classe trabalhadora.

A organização dos movimentos sociais combateu com vigor tais incoerências, pois, em 1978, ocorreram greves no meio urbano, fechando fábricas.

⁵ Entrevista com Dom Tomaz Balduino, *In: Estudos Avançados*, n.43, 2001.

O ano de 1978 inaugurou, com a onda de greves detonada a partir do ABC paulista, uma fase nova de afirmação das organizações coletivas dos trabalhadores no cenário político e social, iniciando uma nova etapa nas relações de trabalho e na dinâmica política brasileira (MATTOS, 2002, p.67).

Posteriormente, aconteceu a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e mais tarde da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Em 1984 houve a campanha pelas “Diretas já!”, e fortaleceu-se o movimento sindical também no processo da Constituinte, em 1988 (MATTOS, 2002).

Nesse contexto, surge o novo sindicalismo, ou sindicalismo autêntico e combativo, que afirmava não se deixar encerrar pela estrutura sindical organizada pelo governo. Tanto o sindicalismo urbano quanto o sindicalismo rural se transformam num sindicalismo ativo. Sindicatos de Trabalhadores Rurais, antes dominados por direções vinculadas ao Estado tiveram suas direções retomadas por trabalhadores com ideal do sindicalismo combativo.

A partir, portanto, do ano de 1978 aconteceram mudanças nas bases sindicais em todo o país. De acordo com Brancher (2000), no campo, os movimentos sociais e os setores organizados da Igreja (Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e a CPT) promoveram as oposições sindicais. Essas oposições se constituíam de trabalhadores sindicalizados assumindo um sindicalismo sem o atrelamento ao Estado e em defesa da classe trabalhadora, diferentemente do que vinha ocorrendo.

Com o propósito de criar um novo sindicalismo rural, os trabalhadores organizados participaram da criação de outros movimentos sociais defensores de seus direitos e, além disso, da criação da CUT.

1.4 A DÉCADA DE 1980 E A CRIAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT

Os anos de 1979/1980 foram marcados por manifestações de greves em todo o país. Em sua maioria por reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. Entretanto, a força alcançada para essas movimentações grevistas resultou na unificação das classes, efetivada pela organização sindical.

Se, já no ano de 1979/1980 haviam fundado, no ABC paulista, o Partido dos Trabalhadores (PT), novos e maiores esforços foram feitos para reunir o sindicalismo combativo em torno de uma central sindical.

Destes esforços terá origem a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Reunindo, quando de sua criação em 1983, os sindicatos identificados com as propostas do “novo sindicalismo” e as oposições sindicais que lutavam para afastar os pelegos dos sindicatos – tendo como melhor exemplo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – a CUT esteve por trás de boa parte das ações de retomada das mobilizações do período (MATTOS, 2002, p.82).

Porém, de acordo com Bittencourt (2000), além dos trabalhadores do ABC paulista na organização e criação da Central, outras categorias de trabalhadores das áreas rurais e urbanas estavam unidas, como os agricultores familiares. Essas categorias, pelo que esclarece o autor, também, estavam descontentes com a situação de trabalho e de condições de vida de Sul a Norte do país.

Das forças das categorias da classe trabalhadora e do apoio da Igreja Católica, de acordo com Bittencourt (2000), originou-se a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em 1981, no município de Praia Grande/SP. Mais tarde surgiu a Associação Nacional dos Movimentos Popular e Social (ANAMPOS), cujo papel era articular os movimentos popular e sindical.

Com a articulação da ANAMPOS é criada a Pró-CUT, em 1982. Esta, segundo Bittencourt (2000, p.75), “[...] tinha como principais funções articular e organizar as lutas dos trabalhadores em todo país, bem como coordenar o processo de criação de uma central sindical – CUT”. A partir desse embrião foram indicados para compor a Pró-CUT dirigentes das categorias que tinham maior expressividade, incluindo representantes da CONTAG e das oposições sindicais de trabalhadores rurais de todo o país.

Eis que no dia 28 de agosto de 1983, no município de São Bernardo do Campo/SP, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), “[...] dando continuidade a um longo processo de estruturação das instâncias sindicais em todos os estados e dos ramos (nacional e estaduais) e da organização das lutas e greves [...]” (BITTENCOURT, 2000, p.75).

Concretizava-se, assim, a unificação da luta de todas as classes num sindicalismo dito “autêntico, novo e combativo”, dentro de um governo militar, do General João Batista Figueiredo. A CUT caracterizava-se, desde então, como uma central sindical classista e de massas, tendo por princípio a defesa dos trabalhadores⁶.

Contudo, houve bastante discórdia entre os sindicalistas, para fundar a entidade, pois, para consolidá-la, reuniram-se os dirigentes sindicais que se afirmavam “autênticos” e os grupos de oposições sindicais. Nestes dois grupos existiam diferenças, notavelmente, em relação ao comprometimento ou à refutação da estrutura sindical oficial (MATTOS, 2002).

A CUT, quando de seu surgimento, não se unificou como entidade de luta de classe, isso porque quando se organizou o CONCLAT de 1981, as lideranças que formariam a Central tinham adversários no mesmo grupo. Mesmo os sindicalistas que se opunham à ditadura eram vinculados às organizações de esquerda como PCB, PC do B e MR8. Havia ainda alguns sindicalistas ‘pelegos’ que se denominavam modernos e alinhavam-se a uma corrente identificada como “unidade sindical” (MATTOS, 2002).

Esses sindicalistas ‘pelegos’ defendiam a superação da ditadura por meio da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, essencial em relação às reivindicações econômicas dos trabalhadores. Dessa maneira tentaram adiar ao máximo a consolidação da CUT. De acordo com Mattos (2002, p.83), “[...] como forma de organização defendiam uma Central de direções sindicais, enquanto a palavra de ordem dos que fundaram a CUT era ‘Construir a CUT pela base’”.

Portanto, a articulação do sindicalismo autêntico não impediu o surgimento de outra central sindical. Idealizada pelos setores ‘pelegos’ do sindicalismo urbano e rural, federações e confederações como a CONTAG, e num plágio evidente, organizaram a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (também CONCLAT), no ano de 1983. Posteriormente, a sucessora do CONCLAT oficial do Estado seria a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Então, a partir

⁶ “Classista porque não reduz o trabalhador a um vendedor da força de trabalho, ainda que parta desta condição imposta pelas relações capitalistas de trabalho para desenvolver sua ação sindical” (SINTSEF, S/D).

desse fato, os sindicatos vinculados à CUT romperam com a CONTAG e já tiveram a participação garantida na diretoria da CUT (BITTENCOURT, 2000; MATTOS, 2002).

A partir da fundação da CUT, a participação representativa da classe foi significativa, pela adesão progressiva dos sindicatos à sua proposta, pois cerca de 912 entidades participaram do Congresso em 1983. A estratégia foi estender a entidade para todos os Estados da federação, principalmente com a ação dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs).

Porém, segundo Mattos (2002), em 1991 havia 1300 entidades filiadas à CUT, já para o ano de 2000 esse número havia crescido para 3088 entidades.

A representatividade da CUT pode ser medida não apenas pelo número de filiações, mas também pelo papel representado pela central no debate político nacional e por sua capacidade de levar, ao longo dos anos 1980, milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais (MATTOS, 2002, p.84).

O principal programa da CUT, conforme Boito Jr (1999) tinha palavras de ordem como: não-pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo; reforma agrária sob o comando dos trabalhadores e a não-privatização das estatais.

A central também promoveu mudanças na Constituição de 1988. As propostas de emendas versavam sobre reforma agrária e sobre os direitos dos trabalhadores. Porém, no que concerne à estrutura sindical os avanços foram menos expressivos, pois houve o fim do controle do Ministério do Trabalho. Assim os sindicatos não teriam mais o “estatuto padrão”, igualmente, não haveria a proibição da sindicalização dos funcionários públicos e a possibilidade de criação de novas centrais sindicais. No entanto, prevaleceu a unicidade sindical, o monopólio de representação, o imposto sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho (MATTOS, 2002).

Naturalmente a permanência da estrutura sindical oficial corporativista foi o limite assegurado para que as pressões dos sindicatos não tivessem validade, haja vista que a Justiça do Trabalho é quem decide em casos de

dissídios coletivos, sem qualquer negociação trabalhista. Portanto, a mesma estrutura sindical organizada na década de 1930 (figura 1), configura-se como atual.

Além disso, apenas em 2006 foi criada a Medida Provisória n°. 293, de 08 de maio que “dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica” (AGORA É LEI, 2006, p.1). Para que as centrais sejam reconhecidas o governo criou ainda mecanismos para a efetivação do papel das entidades. Assim, cabe a cada central:

Exercer a representação dos trabalhadores, por meio das organizações sindicais a elas filiadas, e participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo que possuem composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores (AGORA É LEI, 2006, p.1).

Para cumprir com estas atribuições as centrais sindicais devem cumprir alguns requisitos: contar com a filiação de pelo menos cem sindicatos das cinco regiões do país; ter, de três regiões do país, 20 sindicatos filiadas cada uma; filiação de sindicatos de pelo menos cinco setores de atividades econômicas; e filiação de trabalhadores aos sindicatos integrantes da sua estrutura organizativa de, pelo menos, dez por cento do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional (AGORA É LEI, 2006). A partir dessa medida provisória as centrais sindicais estarão aptas a realizar negociações com empresas e governos.

A seguinte sistematização (Quadro 1) resume os momentos históricos que influenciaram e determinaram o atual sindicalismo no Brasil. A Revolução de 1930 e o golpe de Getúlio Vargas foram decisivos, pois a partir daí foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que regulamentava toda e qualquer ação sindical a partir da Lei de sindicalização de 1931. Posteriormente, ocorreram a formalização do sindicalismo rural, que foi efetivamente posta em prática em 1962, com o fim de extinguir com os conflitos instaurados no campo, e o Golpe Militar, que visava o controle total do Estado.

Até 1978, o sindicalismo estava atrelado ao Estado, a partir desse ano, algumas entidades populares buscaram a mudança de tal condição pela organização de oposições sindicais nas eleições. Assim, em 1978, muitos sindicatos mudaram suas bases de dirigentes, de modo que aboliram a presença enfática do

Estado. Esse movimento ficou conhecido como ‘sindicalismo combativo’ ou ‘novo sindicalismo’. Em seguida surgiu a CUT, lutas como as Diretas Já! e a aprovação da Constituição Federal com ganhos à população.

Ano	Momentos históricos
1930	Revolução de 1930 – Getúlio Vargas assume por golpe militar.
1930	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto –Lei n.º9.433 de 26/11/1930.
1931	Lei da Sindicalização – Decreto – Lei n° 19.770 de 19/03/1931.
1937-1945	Instauração do Estado Novo – Ditadura de Getúlio Vargas
1944	Regulamentação formal da sindicalização rural – Decreto – Lei n.º 7.038 de 10/11/1944, não levou efetivamente ao campo a sindicalização rural.
1955	Ligas Camponesas – impulso às lutas sociais no campo.
1962	Sindicalização oficial e maciça – Portarias n°209-A e 355 – A
1963	Criação do Estatuto do Trabalhador Rural Lei n°4.214 de 02/03/1963.
1963	Criação da CONTAG.
1964	Golpe Militar
1964	Criação do Estatuto da Terra Lei n°4.504 de 1964.
1965	Instituição da Lei de Unicidade sindical – Portaria n° 71.
1971	Enquadramento sindical de pequenos agricultores nos STRs - Decreto Lei n° 1166.
1975	Criação da CPT
1978	Oposições sindicais
1983	Criação da CUT
1984	Diretas Já
1988	Aprovação da Constituição Federal
1990	Abertura Comercial.

Quadro 1 – Sistematização dos momentos decisivos para o sindicalismo brasileiro.

Fonte: Organização da autora, 2006.

Nos anos 1990, o sindicalismo sofreu grandes mudanças ideológicas, sobretudo o sindicalismo “cutista”, devido à abertura comercial implementada pelo governo de Fernando Collor de Melo. As conseqüências desse processo de abertura da economia foram a reestruturação produtiva na indústria e até mesmo na agricultura.

1.5 O SINDICALISMO RURAL E A ABERTURA COMERCIAL DA ECONOMIA

A abertura comercial repercutiu de forma intensa no movimento sindical brasileiro, tanto urbano quanto rural, do início do governo Collor (1990), que optou pela política neoliberal para o desenvolvimento do país.

A implantação do neoliberalismo no Brasil não se deveu meramente à política econômica e suas peculiaridades, mas por fatores também externos como a conjuntura internacional, a política interna e fatores ideológicos.

A ideologia sugere que os objetivos do neoliberalismo são reimplantar o livre jogo das forças de mercado, garantir a concorrência, a soberania do consumidor e difundir o progresso e a riqueza em cada país e em escala internacional – ou global (BOITO JR., 1999, p.125).

Para o sindicalismo rural brasileiro, a década de 1990 foi bastante decisiva, pois, a abertura comercial promoveu várias mudanças no setor agrícola, repercutindo nas relações de trabalho do campo e no movimento sindical.

De acordo com Bittencourt (2000), uma transformação bastante significativa para o movimento sindical foi a filiação da CONTAG à CUT, em 1995, no VI Congresso Nacional. Historicamente, a CONTAG tem a característica de atrelamento ao Estado, porém, quando assinala sua filiação à CUT, acontece uma ruptura conceitual.

A filiação da CONTAG à CUT representa uma soma de esforços contra a implantação do modelo neoliberal. Juntas, a CONTAG e a CUT poderão desencadear uma ampla mobilização para barrar a consolidação desse modelo e apresentar alternativas às reformas estruturais que o País necessita (ANAIS..., 1995, p.95).

A adesão da CONTAG a uma nova proposta de desenvolvimento rural se deu para contrapor o modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira implantado no país. A Confederação denunciava que cerca de 30 milhões de pessoas abandonaram o campo nos últimos 30 anos. Além disso, o padrão

tecnológico é extremamente caro e insustentável às famílias que ainda persistem no meio rural.

Este modelo aprofunda a exclusão social, gera desemprego, concentra terra e renda e é responsável pela violência no campo e pelo assassinato de trabalhadores e lideranças sindicais, revelando-se incapaz de apoiar a superação da fome e da miséria no País (ANAIS..., 1995, p.95).

Desta forma, filiando-se à CUT em 1995, a CONTAG fez a escolha de trabalhar por um novo modelo de desenvolvimento da agricultura, assentado na base da economia familiar, na agroecologia e na preservação do ecossistema.

Priorizar a agricultura em regime de economia familiar pressupõe a existência de uma política agrícola diferenciada, que terá como prioridade o atendimento a esses agricultores, utilizando instrumentos tais como: garantia de preços mínimos, seguro agrícola, compra de produtos para os estoques governamentais etc.; o incentivo ao cooperativismo e ao associativismo e outras formas organizadas de atuar na produção e na comercialização dos produtos agrícolas através de recursos financeiros e técnicos; [...] (ANAIS...,1995, p.95).

Observa-se com isso, a mudança das bases do sindicalismo de trabalhadores rurais, enquadrando, também, os agricultores familiares. Neste sentido, a CUT e a CONTAG, em 1996, lançam o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Neste há a justificativa pela opção da agricultura familiar.

De acordo com Projeto CUT/CONTAG (1998), a opção pela agricultura familiar é um ao regime de trabalho assalariado, que prioriza a agricultura patronal, traço marcante dos países subdesenvolvidos. Esse projeto tem o objetivo de provar que os países desenvolvidos optaram pela agricultura familiar. Como respaldo teórico para esta tese o Projeto cita a obra: “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” de Ricardo Abramovay (1992), que estuda a agricultura familiar nos países desenvolvidos.

Nos países desenvolvidos, o diferencial para a agricultura familiar é o intenso incentivo do governo implementando políticas agrícolas e comerciais, não

tendo, por parte dos agricultores, a luta, a reivindicação (PROJETO CUT/CONTAG, 1998).

Nessa perspectiva, o enquadramento sindical da CUT se amplia, acolhendo também os agricultores familiares, pois o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) luta pela ampliação de suas bases. Essa questão passa a ser discutida na própria CONTAG, pois sua adesão pela agricultura familiar representa lutar por políticas diferenciadas.

O enquadramento sindical atual não é mais do interesse do próprio MSTR. Um passo importante para a redefinição da sua base sindical, foi a decisão pela cobrança da contribuição sindical dos agricultores familiares, sem assalariados rurais e que possuem até 4 módulos fiscais. Isto significa a disputa pela representação de parcela desse segmento que, pela legislação, encontra-se na base sindical patronal. Essa decisão provoca, além da contestação do enquadramento sindical legal, a ampliação da categoria trabalhador rural. Busca assim, o direito de definir o enquadramento sindical, a partir dos critérios da legitimidade de representação (ANAIS..., 1998, p.23).

O enquadramento dos agricultores familiares retoma a discussão travada na década de 1970, quando o Ministério do Trabalho baixou o Decreto-Lei nº.1166. Esse decreto definiu como “trabalhador rural” tanto os assalariados como os agricultores familiares: pequenos proprietários, meeiros, parceiros e arrendatários. Contudo, A CONTAG, estando filiada à CUT, tem mais abertura para a discussão sobre a organização sindical, tanto que, no 7º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em 1998, já sinaliza para a discussão de sindicatos por categorias ou por ramos de produção.

Nesse sentido, de acordo com Bittencourt (2000), a CONTAG e as Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) criam atritos com alguns sindicatos de trabalhadores cutistas, de forma que a agricultura familiar tende a se separar da base contaguiana.

Uma tendência específica para essa separação diz respeito às políticas agrícolas diferenciadas para esta nova categoria de agricultores familiares que, sobretudo na região Sul do Brasil, organizam-se de forma distinta.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O SINDICALISMO RURAL NOS ANOS 1990

2.1 A CRIAÇÃO DA CATEGORIA “AGRICULTOR FAMILIAR”

O sindicalismo rural da década de 1990 apresenta-se sob um novo aspecto, efeito da mudança do modelo de economia fechada, baseada na substituição de importações, para uma economia aberta nos setores comercial, tecnológico, financeiro e de investimento.

Segundo Dias; Amaral (1999), no governo de Fernando Collor, concretizou-se a mudança do modelo econômico. Formularam-se novos planos econômicos, que se encarregaram de realizar as reformas para a abertura da economia: tais como a eliminação de todas as proibições de importações, definição acelerada do cronograma para redução de tarifas alfandegárias e o desmantelamento de órgãos e monopólios estatais que normatizavam a comercialização de produtos, entre outras medidas.

Em relação às medidas de reestruturação do Estado, Cordeiro; Schmitt; Armani (2003) afirmam que foram extintos órgãos que controlavam políticas para alguns produtos como a cana-de-açúcar e o café. A EMBRATER, empresa que congregava os serviços de extensão rural foi extinta em 1991. A partir daí, os estados assumiram as obrigações de acompanhamento técnico aos agricultores. A redução de tarifas alfandegárias repercutiu na economia nacional com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1994, o qual envolve os países sul-americanos como: Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia. Fator que ampliou as possibilidades de relações comerciais com os países vizinhos membros do acordo, aos quais o Brasil se tornou um importador de produtos agrícolas.

A década de 1990 se configurava problemática em relação à década anterior, com a extinção da EMBRATER e a inflação crescente (NUNES, 2005). Nos anos 1980 o Estado havia promovido uma política de modernização agrícola baseada em crédito e em investimentos em pesquisa e assistência técnica. O acesso ao crédito era reduzido e a assistência técnica era fornecida por alguns governos estaduais através de programas de financiamento com equivalência-produto. Porém, aos agricultores que necessitavam de empréstimos para financiar a

produção agrícola restavam os financiamentos particulares em empresas cerealistas e cooperativas. A alta da inflação não estimulava o aumento da produção pelos agricultores familiares e a abertura comercial concomitante (MERCOSUL), diminuía a renda agrícola.

Conforme Schneider (2003), os acordos firmados pelo MERCOSUL não beneficiavam os pequenos agricultores, principalmente os da região Sul do Brasil. Neste sentido, surgiu a expressão “agricultura familiar”, que se relacionava aos embates que os movimentos sociais travaram especialmente com o sindicalismo rural ligado à CUT. Esse sindicalismo discutiu acerca do espaço e do papel dos pequenos produtores rurais, em especial os da região Sul do Brasil com a criação do MERCOSUL.

Devido à alta da inflação e à abertura econômica, as organizações sindicais articuladas em torno da agricultura familiar, do Departamento Nacional dos Rurais da CUT (DNTR) e da CONTAG, reivindicaram um programa de crédito específico à categoria, consolidando-se o PRONAF. No ano de 1993 o Fórum Sul dos Rurais da CUT realizou um seminário em Chapecó-SC, com o lema: “Crédito de investimento – Uma luta que vale milhões de vidas”, que apontou o crédito como a bandeira de luta central do movimento sindical naquela ocasião, podendo se desdobrar em outras conquistas de políticas aos agricultores familiares como: assistência técnica, crédito fundiário, pesquisa, educação diferenciada, infraestrutura e habitação. Neste seminário definiu-se que o crédito subsidiado teria como objetivos “[...] recuperar e implementar a infra-estrutura necessária aos pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo os seus sistemas de produção e capacitando-os para competirem com os produtores dos países do Mercosul” (NUNES, 2005, p.17-18).

Com o movimento sindical mobilizado por políticas de crédito, teria de definir a categoria de trabalhadores que ampararia. Com o decreto-lei nº.1166 de 1971, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) criados nos anos 1960-1970, congregavam diferentes categorias no seu quadro de sócios (trabalhadores assalariados, parceiros, meeiros e pequenos proprietários), mas com o novo sindicalismo rural e com a criação da CUT iniciavam os debates acerca da aglutinação dessas categorias sob o amparo do mesmo sindicato. Porém, somente com a criação do MERCOSUL e a crise econômica, a afirmação da categoria dos trabalhadores na agricultura familiar teria créditos (NUNES, 2005; COLLETI, 1998).

[...] a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos. Além disso, a consolidação do Mercosul forçou as organizações de pequenos produtores a buscarem inspiração na formação de outros blocos (sobretudo o processo que levou à formação da União Européia), o que trouxe à tona um grande conjunto de informações sobre políticas para os agricultores familiares (SCHNEIDER, 2003, p.30).

A partir daí, as entidades representativas desse *novo* grupo social, recém-criado, apostaram em ações e propostas políticas como: “[...] a proteção social, política e econômica dos agricultores familiares” (SCHNEIDER, 2003, p.30). E mesmo que essas ações promovidas pelo movimento sindical rural tenham produzido resultados fragmentados politicamente, consolidaram-se como marco decisivo em defesa do discurso da agricultura familiar.

Formou-se, portanto uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sindicais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades (SCHNEIDER, 2003, p.31).

Com o entendimento de que o termo agricultura familiar englobava os pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados, os sindicatos e movimentos sociais passaram a unificar essa miríade de categorias sociais sob a mesma denominação (SCHNEIDER, 2003).

A emergência do "agricultor familiar" enquanto um personagem social sinaliza também um movimento de renovação do discurso das organizações de trabalhadores do campo em relação à importância da agricultura familiar no Brasil, e seu papel econômico, social e ambiental, na geração de emprego e renda, na produção de alimentos e no processo de construção de um desenvolvimento rural sustentável. O abandono de termos como "pequeno produtor", "camponês", "minifundiário", "produtor rural", e sua substituição pela noção de "agricultor familiar", coincide, portanto, com um processo de afirmação econômica, social e política desta categoria de agricultores (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003, p.34-5).

Com a abrangência da noção de agricultura familiar, as entidades de sua representação conceberam a existência de uma base social maior, de modo que se concretizaria sua ampliação e legitimidade política. Essa legitimidade se dá, especialmente pelo enfraquecimento de outros termos usados, como “trabalhador rural” ou “pequeno proprietário” (SCHNEIDER, 2003).

Assim, a adoção da expressão “agricultor familiar” parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), cuja expressão política havia se fragilizado ao longo da década de 1980 (SCHNEIDER, 2003, p.31).

Reitera-se que essa configuração foi concebida em face dos novos desafios do sindicalismo rural, com ressalva para a abertura econômica comercial, à falta de crédito, além das quedas excessivas nos preços dos principais produtos agrícolas. De acordo com Schneider (2003), o agrupamento em torno do termo agricultor familiar de um conjunto de categorias sociais seria mais confiável do que se estes fossem identificados como pequenos produtores ou como trabalhadores rurais.

De acordo com Projeto CUT/CONTAG (1998), diante do desafio de enfrentar a abertura da economia com políticas de amparo à classe trabalhadora, o sindicalismo rural buscou uma nova opção de desenvolvimento. Então, é a partir de 1995, com a filiação da CONTAG à CUT, que se promove a criação de um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o qual o sindicalismo rural faz a opção por trabalhar com a categoria “agricultura familiar”.

A opção por uma agricultura tocada predominantemente por trabalho assalariado (isto é, pela agricultura patronal), é uma das características mais marcantes dos países subdesenvolvidos. Quem tiver a oportunidade de examinar os fatos, logo perceberá que o caminho trilhado pelas nações mais desenvolvidas foi exatamente o inverso (PROJETO CUT/CONTAG, 1998, p.15).

Abramovay (1992) esclarece, contudo, que o desenvolvimento da agricultura familiar nos países capitalistas foi incentivado pelo Estado, que

implementou políticas agrícolas, não por reclamações dos agricultores, mas por interesse do mercado capitalista. Visto que, se os alimentos estivessem mais baratos, a população poderia adquirir mais bens de consumo duráveis, impulsionando a expansão do capitalismo. O autor também destaca que a diferenciação de ambiente social, econômico e cultural da agricultura nos diversos países, deveria ser incorporada pelas famílias com o fim de adaptar-se e inovar com relação à produção e à sociedade, num sentido de evolução social.

Nesse sentido, no Brasil, o movimento sindical procurou, por meio do desafio de enfrentar a abertura econômica e as divergências com o governo, aliar-se para reativar seu poder de negociação. Portanto, o sindicalismo rural, articulado, refletiu numa maneira de se aproximar e negociar com o governo com o intuito de obter benefícios. Em 1993 elaborou-se um projeto para uma política diferenciada de crédito para os agricultores familiares. Apresentada ao governo, foi implementada com algumas restrições, porém, já determinando a categoria de agricultor familiar.

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E SUAS LINHAS DE CRÉDITO

De acordo com Andrade da Silva (1999), ainda em 1987, com a elaboração da Constituinte, as entidades representativas dos movimentos sociais elaboraram uma proposta de lei agrícola para o crédito, voltada à agricultura familiar. No entanto, em 1993, o movimento sindical rural, representado pela CONTAG, apresentou uma proposta de crédito de investimento subsidiado que contemplava a necessidade e a diversidade cultural existente na agricultura familiar.

Em 1993 o movimento sindical rural, impulsionado pela atuação dos setores ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), apresentou ao Governo Federal uma proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores familiares, apontando para a necessidade de um programa de política agrícola capaz de contemplar a diversidade social e econômica da agricultura familiar brasileira (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003, p.36).

Para contemplar essa reivindicação, o Ministério da Agricultura e Abastecimento criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). O programa consistia numa linha de crédito (com juros de 4% a.a., sem correção monetária), com acesso restrito aos agricultores familiares, que eram classificados conforme o tamanho do estabelecimento e da mão-de-obra utilizada. Este programa teve alcance reduzido, principalmente devido às rígidas exigências das instituições financeiras em relação ao público-alvo (ANDRADE DA SILVA, 1999).

No ano de 1994, um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) lançou propostas de vários instrumentos políticos para a agricultura familiar. Esse documento foi a base para a elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, e a determinação da categoria de “agricultor familiar”.

A pesquisa INCRA/FAO (1994) estabeleceu um comparativo entre os agricultores familiares e os agricultores patronais, que ficou conhecido e é adotado para a sua representação.

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários.
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação.
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de “terreno” e de “momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Quadro 2 – Comparativo entre os modelos patronal e familiar da agricultura

Fonte: INCRA/FAO (1999, p.2).

A partir desse quadro, pode-se perceber a diferença entre as duas categorias de agricultores, pois a gestão é separada do trabalho na categoria patronal, ou seja, a gestão é organizada com base na centralização, e o trabalho delegado para outrem (assalariamento). Além disso, a especialização está presente com a monocultura atrelada a tecnologias de insumos, maquinários etc. Já para a

categoria familiar, a gestão e a organização estão intimamente relacionadas com o trabalho, já que são os próprios proprietários que executam, ou seja, a mão-de-obra utilizada é familiar. A produção da categoria familiar é mais diversificada. As decisões sobre o quê e onde plantar são tomadas imediatamente a necessidade. Com relação à questão da durabilidade dos recursos naturais, propõe-se que os agricultores familiares se voltem à produção com métodos agroecológicos.

Segundo Andrade da Silva (1999), a definição de agricultor familiar ainda está atrelada a três modalidades estabelecidas pelo documento FAO/IN CRA (1994):

(a) agricultura familiar consolidada, constituída por aproximadamente 1,1 milhão de estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e a políticas públicas; a maioria funciona em padrões empresariais e alguns até integram o *agribusiness*;

(b) agricultura familiar de transição, constituída por cerca de 1,0 milhão de estabelecimentos familiares com acesso apenas parcial aos circuitos da inovação tecnológica e do mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais e que não estão consolidados como empresas, apesar de apresentarem grande potencial de viabilização econômica; e

(c) agricultura familiar periférica, constituída por aproximadamente 2,2 milhões de estabelecimentos rurais geralmente inadequados em termos de infra-estrutura e cuja integração produtiva à economia nacional depende de programas de reforma agrária, de créditos, de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, e de agroindustrialização e comercialização, entre outros (ANDRADE da SILVA, 1999, p.6 – grifo do autor).

Assim, com a categoria familiar definida e apreendida tanto pelo movimento sindical quanto pelo Estado, foram lançadas as bases de uma nova política pública para os agricultores familiares, como o PRONAF, que se diversificou em linhas de créditos para atender melhor os agricultores familiares.

A partir daí o PRONAF tem com o escopo de fortalecer a agricultura familiar como categoria social, mediante o apoio financeiro, capacitação e apoio à

infra-estrutura social e econômica, fortalecendo, também, municípios e regiões densamente caracterizadas pela agricultura familiar (NUNES, 2005).

De acordo com Cordeiro; Schmitt; Armani (2003), embora o PRONAF tenha sido o resultado de mobilizações dos agricultores, como o Grito da Terra Brasil, liderado pela CONTAG, o governo também tinha o interesse de fortalecer o programa Comunidade Solidária.

O programa constituía-se um instrumento de agrupamento das regiões menos desenvolvidas do Brasil, por municípios, de forma que visava o desenvolvimento e crescimento econômico. Conforme Silva (1999), a partir desse recorte metodológico o PRONAF foi instituído para executar o projeto de desenvolvimento estabelecido com o conjunto dos agricultores familiares; porém, com prioridade aos segmentos em transição e aos agricultores periféricos, desde que, para esse último, o recurso fundiário não representasse fator impeditivo ao seu desenvolvimento. As prioridades para o desenvolvimento são as regiões e os municípios mais pobres que fazem parte do Programa Comunidade Solidários, assim, enfatizados pelo PRONAF – Infra-estrutura.

A sustentação do PRONAF em escala nacional é a potencialidade que a agricultura familiar tem para gerar postos de trabalho. Além disso, o documento de criação do PRONAF destaca como seu objetivo geral "[...] propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares" (ANDRADE DA SILVA, 1999, p.6).

Vale destacar que a idéia-força que sustentou a criação do PRONAF na esfera governamental foi o reconhecimento da capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra, o que a transformou em opção privilegiada para combater parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural (ANDRADE DA SILVA, 1999, p.6).

Ressalta-se que os objetivos específicos de criação do PRONAF visam estabelecer políticas públicas condizentes com a realidade da agricultura familiar; possibilitar a infra-estrutura rural para o melhor desempenho produtivo, e à qualidade de vida à população; fornecer melhores condições de serviços de apoio

aos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares de forma a propiciar a introdução de novos padrões tecnológicos e de gestão; favorecer o acesso aos mercados de produtos e insumos.

Para atender a essas especificidades, o PRONAF está estruturado em três linhas de atuação: (i) Financiamento da produção agrícola familiar – Crédito Rural, subdividindo-se em diferentes modalidades de crédito: custeio, investimento, crédito rotativo – custeio, crédito integrado destinado ao financiamento de associações e cooperativas, crédito destinado à geração de renda e PRONAF Florestal; (ii) instalação e melhoria de infra-estrutura e serviços nos municípios e; (iii) capacitação e profissionalização de agricultores familiares e técnicos (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003).

O Programa concentra os esforços e resultados no crédito desde a sua criação. As modalidades de crédito rural são diferenciadas para os agricultores familiares com as seguintes características: a) com renda familiar proveniente da atividade agropecuária, variando de acordo com o grupo em que o beneficiário se classifica (30% no grupo B, 60% no grupo C, 70% no grupo D e 80% no grupo E); b) possuem ou cultivam estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (específicos de cada região), ou até seis módulos quando se tratar de atividade pecuária; c) exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizam mão de obra predominantemente familiar; e) moram no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuem renda bruta familiar de até R\$ 60.000,00 por ano; g) pescadores artesanais, pequenos extrativistas e pequenos aqüicultores se incluem no público-alvo do PRONAF (NUNES, 2005).

Para serem contemplados pelo crédito rural PRONAF, os agricultores familiares deverão apresentar uma Declaração emitida por uma entidade, das que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem cadastradas, algumas delas são: CONTAG, FETRAF-SUL/CUT e Associação dos Pequenos Agricultores – ANPA (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003),

De acordo com Andrade da Silva (1999), os recursos para o PRONAF – crédito rural são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), das exigibilidades bancárias e dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE). Os financiamentos são realizados pelos Bancos do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e bancos estaduais e privados. Para obter o crédito, seja custeio ou investimento, os agricultores devem obedecer algumas

características básicas que garantam a viabilização do recurso, pois o agricultor familiar deverá quitar seu financiamento, cujos encargos financeiros variam entre 5,75% até 12% a.a., porém, são previstos rebates de 50% sobre os mesmos se quitados até o vencimento:

- a obrigatoriedade, por parte do agricultor familiar, em apresentar ao agente financeiro a declaração de aptidão, que comprova sua condição de agricultor familiar, a qual deve ser requerida junto aos sindicatos de trabalhadores rurais ou patronais; - a utilização de garantias financeiras simplificadas, preferencialmente: (i) para custeio: penhor da safra e adesão ao seguro; e (ii) para investimento: penhor censual ou alienação fiduciária do bem financiado (ANDRADE da SILVA, 1999, p.9).

Nesta linha de crédito rural existem diferentes grupos para o enquadramento dos agricultores familiares: A, B, C, e D. Assim, cada um dos grupos se especifica: PRONAF grupo A – investimento – é o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária, destinando-se à estruturação de suas unidades produtivas, com juros de 1,15%, com bônus de rebate de até 40% sobre o capital, com prazo de até 10 anos e carência de até 5 anos. Além disso, existe o PRONAF grupo A/C custeio, que se destina aos assentados da reforma agrária que já contrataram os financiamentos do grupo A, com finalidade à agricultura e/ou pecuária, financiado em até 2 anos sem prazo de carência. PRONAF grupo B - investimento – é a linha de microcrédito criada com a finalidade de combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 3 mil para financiar qualquer atividade geradora de renda. A finalidade deste grupo é atividade agrícola e pecuária com recurso de até R\$1.000,00, com juros de 1% a.a. O rebate é de R\$200,00 ao ano, com prazo de pagamento até 2 anos sem carência. O PRONAF grupo C, divide-se em custeio e investimento – beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil. No investimento, assim como no custeio, destina-se à agricultura e à pecuária, no entanto, para o primeiro o valor máximo de crédito fica entre R\$1.500,00 até R\$6.000,00, com juros de 3% ao ano, descontando-se R\$700,00 por beneficiário com prazos de 8 anos e carência de 5 anos. Já no custeio, o valor do financiamento fica entre R\$500,00 até R\$3.000,00, com juros de 4% a.a., o rebate é de R\$200,00

ao ano, com prazo de até 2 anos sem carência. O PRONAF grupo D, dividido em investimento e custeio – beneficia com crédito os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil. Igualmente, destinado às atividades da agricultura e da pecuária, porém, diferenciado no valor do recurso nas modalidades. Assim, para o investimento, destina-se até R\$18.000,00 com juros de 3% a. a., sem rebate com prazos até 8 anos e carência de 5 anos. Já para o custeio, o valor do recurso fica até R\$6.000,00, com juros de 4% a.a. igualmente sem rebate, com prazos até 2 anos sem carência. Por fim, o grupo E – Programa de Geração de Emprego e Renda Familiar Rural (PROGER) – abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção. No entanto, igualmente, este grupo está subdividido nas modalidades investimento e custeio, para as atividades de agricultura e pecuária. Para a modalidade investimento o valor máximo de recursos são até R\$36.000,00, com juros de 7,25% a.a., não disponibiliza desconto, com prazos até 8 anos e carência de 5 anos. No custeio, o valor máximo de recurso é até R\$28.000,00, com juros de 7,25%, sem rebate e com prazos até 2 anos, não tendo carência (PRONAF – CARTILHA DO AGRICULTOR, 2004).

As linhas de ação: instalação e melhoria de infra-estrutura visam a qualidade de vida e o desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios mais pobres com grande percentual da categoria. Já a linha capacitação e profissionalização dos agricultores e técnicos está voltada à formação de agentes de desenvolvimento local. Essa capacitação promove a qualidade da organização social, bem como o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais. No entanto, entre as linhas de ação mais procuradas está o PRONAF- crédito, que se tornou a principal fonte de recursos como subsídio aos agricultores familiares. Entretanto, ressalta-se que nos últimos anos o governo estabeleceu novas linhas de ações: PRONAF Mulher; PRONAF Jovem; PRONAF Semi-Árido; PRONAF Agroindústria e PRONAF Agroecologia, sendo investido também, para um PRONAF Comercialização, ainda sem normas definidas (PRONAF – CARTILHA DO AGRICULTOR, 2004).

Segundo Nunes (2005), o programa tem apresentado alguns limites como a baixa disponibilidade de recursos para a assistência técnica e extensão rural; dificuldades na implementação em ações de comercialização; dificuldade nas linhas de crédito específica para jovens, mulheres e agroecologia; e dificuldade em

estimular a produção de novos sistemas produtivos que não possuam cadeias produtivas organizadas.

Desta forma, percebe-se que existem “equivocos” quanto à definição de agricultor familiar, mesmo que esta se aponte como uma nova proposta de desenvolvimento à agricultura brasileira, caso do documento apresentado pela pesquisa FAO/INCRA (1994, p.1 – grifo do autor), que se coloca com o objetivo de “[...] *contribuir na elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil*”. Isso porque, como estratégia, a agricultura familiar deveria se voltar a uma agricultura diversificada, com ênfase na durabilidade dos recursos naturais de modo que seja sustentável, assim caberia o estímulo às políticas como o PRONAF Agroecologia. No entanto, as condições oferecidas para o desenvolvimento dessa estratégia não estão sendo aplicadas, pois há limitações impedindo a implementação plena de tal linha de crédito (NUNES, 2005).

Atualmente, a agricultura familiar está amparada pelo movimento sindical, bem como pelo governo, que tem liberado a cada ano um montante maior de recursos desde a criação do PRONAF.

2.3 A EXPRESSIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A partir da década de 1990 a agricultura familiar surgiu como categoria social. Como foi possível perceber, foi um movimento em torno de um novo projeto de desenvolvimento rural (PROJETO CUT/CONTAG, 1998).

A iniciativa do movimento sindical em refletir sobre o modelo de desenvolvimento vigente, de um padrão tecnológico muito elevado (que explora os recursos naturais intensamente, modificando o relevo e lançando insumos ao solo) fator que contribuía para aprofundar as desigualdades sociais, era a de promover que o governo federal interferisse para a mudança desse padrão.

Neste sentido, em 1994, lançaram-se as bases da agricultura familiar, principalmente pela implementação do PRONAF que buscava uma definição para delimitar sua área de abrangência. Assim, apresentam-se as “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável”, cuja finalidade era a promoção de

uma linha estratégica de desenvolvimento rural com a agricultura familiar (FAO/INCRA, 1994).

A partir dessas diretrizes, no ano de 1996, o convênio estabelecido entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) construiu o “Perfil da agricultura familiar brasileira”. Neste documento a agricultura familiar foi delimitada a partir de três características centrais: gestão da unidade e investimentos realizados por indivíduos com laços de sangue ou de casamento; trabalho familiar; propriedade dos meios de produção (terra) pertencente à família, sendo transferida aos membros em caso da morte do responsável pela unidade de produção (FAO/INCRA, 1996).

Com as características definidas, então, passou-se a verificar condições para que com os dados do Censo Agropecuário (1995/1996) fosse possível identificar o total de estabelecimentos com caráter familiar. Configuraram-se na pesquisa 4.339.053 estabelecimentos agropecuários de cunho familiar, representando 74,8% do total. A maior representatividade estaria com a região Nordeste brasileira com 2.312.678, perfazendo 53,3% do total do Brasil. A região Sul do Brasil representava o segundo lugar, com 918.827 estabelecimentos, perfazendo 21,2% do total (FAO/INCRA, 1996).

Porém, já no ano de 2000, uma nova pesquisa realizada pelo convênio INCRA/FAO, utilizando-se dos dados coletados a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996, foi constituída com uma nova metodologia para definir a tipologia dos agricultores, assim, levaram-se em consideração duas condições:

O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: a) *a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor*; b) *o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado* (INCRA/FAO, 2000, p.10 – grifo do autor).

Além das condições estabelecidas para a delimitação dos agricultores familiares, foi necessário ponderar sobre o número de estabelecimentos familiares e, conseqüentemente, patronais, com intuito de limitar a área máxima regional dos estabelecimentos familiares. Para a obtenção desse dado, foi necessário verificar as áreas dos módulos fiscais municipais, de acordo com a tabela do INCRA. A partir daí, calculou-se a área de um módulo médio ponderado, segundo

o número de municípios em que incide cada área de módulo fiscal municipal, de cada unidade da federação. Com o módulo médio ponderado por estado, foi calculado o módulo médio para cada região do país, que foi multiplicado por 15 para determinação da área máxima regional. Com isto procurou-se estabelecer uma aproximação com o que dispõe a legislação, tendo em vista que o limite máximo legal da média propriedade é de 15 módulos fiscais (INCRA/FAO, 2000, p.11).

Região	Área máxima (ha)
Norte	1.122,0
Nordeste	694,5
Sudeste	384,0
Sul	280,5
Centro-Oeste	769,5

Quadro 3 – Área máxima regional para as grandes regiões do Brasil

Fonte: INCRA/FAO, 2000, p. 74.

O quadro 3 identifica as áreas máximas regionais que determinam os estabelecimentos familiares. Mesmo que a agricultura familiar não tenha sua definição associada ao tamanho do estabelecimento, a extensão máxima é definida pela exploração da terra por meio do trabalho familiar associado às tecnologias de que dispõe.

A obtenção dos dados sobre a agricultura familiar no Brasil, a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996, é bastante complexa. De acordo com o INCRA/FAO (2000), a área dos estabelecimentos era facilmente identificada pelos dados do censo, cumprindo a primeira condição citada, porém a segunda condição, a determinação de número de homens-hora trabalhado, não era possível identificar com exatidão na mesma fonte.

Para poder determinar que o trabalho familiar fosse superior que o trabalho contratado foi necessário estabelecer um parâmetro a partir do tempo integral de trabalho do responsável pelo estabelecimento. Tal fato foi possível com a análise da categoria: “Responsável e membros não-remunerados da família”, nessa categoria se enquadram membros da família com 14 ou mais anos de idade. Assim,

um membro da família com mais de 14 anos é considerado uma pessoa que trabalha no estabelecimento, porém, membros da família com menos de 14 anos eram computados como metade de uma pessoa ocupada; fato que não superestima o trabalho familiar, pois este indivíduo aparece com menor capacidade de trabalho, bem como está atarefado com a escola.

Assim, foi calculado o número de *Unidades de Trabalho Familiar (UTF)*, por estabelecimento/ano, como sendo a soma do *número de pessoas ocupadas da família com 14 anos e mais e da metade do número de pessoas ocupadas da família com menos de 14 anos* (INCRA/FAO, 2000, p.11-12 – grifo do autor).

Além de determinar o número de homem-hora trabalhadas pela família, buscou-se determinar o trabalho contratado nos estabelecimentos. No entanto, de acordo com INCRA/FAO (2000), o Censo Agropecuário de 1995/1996 não fornece informações adequadas para calcular o número de homem-hora contratado. Diante desta dificuldade foi, igualmente, necessário buscar uma forma de calcular tal condição.

Dessa forma, optou-se pela obtenção do trabalho contratado a partir das despesas realizadas com mão-de-obra empregada, incluindo os serviços de empreitada de mão-de-obra. O valor dessas despesas dividido pelo valor anual de remuneração de uma unidade de mão-de-obra permite obter o número de unidades de trabalho contratadas pelo estabelecimento (INCRA/FAO, 2000, p.12).

Com isso foram construídas bases de cálculo com a finalidade de determinar o número de homem-hora de trabalho, assim, determinando se o agricultor é familiar ou patronal. A pesquisa conseguiu estabelecer os parâmetros para a definição dos estabelecimentos no Brasil, nas suas regiões ante as especificidades da agricultura familiar. A partir disso, ficou estabelecido o total de estabelecimentos familiares existentes no Brasil. Segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996 existem no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, porém, levando-se em consideração a metodologia adotada pela pesquisa INCRA/FAO (2000) – tabela 1 – , do total de estabelecimentos rurais, 4.139.369 são familiares, ocupando a área de 107,8

milhões de ha, responsáveis por R\$18,1 bilhões do Valor Bruto da Produção total (VBP), recebendo apenas R\$937 milhões de financiamento rural.

Com a adoção de uma metodologia mais detalhada, a pesquisa INCRA/FAO (2000) apresentou uma diferença no número de estabelecimentos familiares, uma redução de 199.684, (4,8%) em relação à pesquisa de 1996. A área ocupada pela categoria familiar representou 30,5%, sendo assim, a agricultura familiar está em desvantagem em relação aos estabelecimentos patronais, que representam 11,4% apenas dos estabelecimentos no país, mas detém 67,9% da área ocupada.

Além disso, a distribuição da agricultura familiar no país, não é homogênea, a menor representação está na região Centro-Oeste; a maior, 49,7% está representada na região Nordeste, seguida da região Sul com 21,9%. Nesta região agricultura familiar significa 90,5% de todos os estabelecimentos e os 907.635 agricultores familiares ocupam 43,8% da área ocupada.

De acordo com INCRA/FAO (2000), a participação dos agricultores familiares no Valor Bruto da Produção (VBP) na tabela 1, é de 37,9%, ocupando uma área de 30,5% e adquirindo apenas 25% do financiamento total. Estes números parecem insignificantes diante de algumas atividades da agricultura patronal como cana-de-açúcar e pecuária de corte, os quais têm alto valor agregado. No entanto, considerando-se, igualmente, atividades da agricultura familiar verificar-se-á a importância destes produtos para o mercado interno.

Tabela 1 – Brasil – Estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT).

CATEGORIAS	Estabel. Total	% Estabel. s/ total	Área Tot. (mil ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
FAMILIAR	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3
PATRONAL	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0	2.735.276	73,8
Inst. Pia/Relig.	7.143	0,2	263	0,1	72.327	0,1	2.716	0,1
Entid. pública	158.719	3,2	5.530	1,5	465.608	1,0	31.280	0,8
Não identificado	132	0,0	8	0,0	959	0,0	12	0,0
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611	100,0	47.796.469	100,0	3.707.112	100,0

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000, p.16.

Tabela 2 – Agricultura Familiar – Percentual do VBP produzido em relação ao VBP total do produto

REGIÃO	% Área s/ total	Produção Animal, Fruticultura e Cultura Permanente								Culturas Temporárias								
		Pec. corte	Pec. leite	Suínos	Aves/ovos	Banana	Café	Laranja	Uva	Algodão	Arroz	Cana	Cebola	Feijão	Fumo	Mandioca	Milho	Soja
Nordeste	43,5	42,6	53,3	64,1	26,2	56,0	22,6	64,2	2,9	66,3	70,3	7,5	57,0	79,2	84,5	82,4	65,6	2,7
Centro-Oeste	12,6	11,1	50,8	31,1	29,4	55,9	82,8	29,8	82,9	8,9	23,4	2,7	2,2	21,8	84,3	55,6	18,6	8,4
Norte	37,5	26,6	37,0	73,8	40,3	77,4	93,8	86,5	51,9	83,6	52,6	43,8	31,1	89,4	86,5	86,8	73,3	3,5
Sudeste	29,2	22,5	37,5	21,0	17,8	43,4	22,8	16,6	37,4	23,5	51,3	8,6	43,9	38,3	74,2	89,8	32,8	20,3
Sul	43,8	35,0	79,6	68,6	61,0	82,8	42,8	77,8	81,3	58,8	21,3	27,2	92,1	80,3	97,6	98,9	65,0	50,8
BRASIL	30,5	23,6	52,1	58,5	39,9	57,6	25,5	27,0	47,0	33,2	30,9	9,6	72,4	67,2	97,2	83,9	48,6	31,6

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO,2000, p.32-33. – adaptada pela autora.

Assim, os agricultores familiares são responsáveis de acordo com a tabela 2, por 24% da pecuária de corte; 52% da produção leiteira; 58% da produção de suínos; e 40% de aves e ovos. Com relação às culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 31% do arroz; 72% da cebola; 67% do feijão; 97% do fumo; 84% da mandioca; 49% do milho; 32% da soja e; 46% do trigo, 58% da banana; 27% da laranja; 47% da uva; 25% do café e 10% da cana-de-açúcar. Percebe-se que os principais gêneros alimentícios são produzidos pela categoria dos agricultores familiares representados por produtos como o arroz; o feijão; a mandioca; o milho e o trigo.

A região Sul do Brasil tem uma grande expressividade entre as cinco regiões do Brasil na produção de culturas temporárias e permanentes, representadas na tabela 2. É responsável por 35% da pecuária de corte, 80% da pecuária leiteira, 69% da produção de suínos, 61% das aves, 83% da banana, 43% do café, 81% da uva, 59% do algodão, 82% da cebola, 80% do feijão, 89% da mandioca, 65% do milho, 51% da soja e 49% do trigo produzido na região.

Portanto, a expressividade da produção familiar no Brasil demanda organização da categoria social para melhorar as condições de cultivo. Justifica-se a organização da categoria dos agricultores familiares no Brasil em torno do sindicalismo rural, responsável pelo financiamento com crédito rural obtido. Este sindicalismo aparece como uma alternativa para “aparelhar” a nova categoria na negociação de políticas com o Estado.

2.4 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A AGRICULTURA FAMILIAR – NOVOS ATORES

Diante do ajuste neoliberal nos anos 1990 surgiram novas organizações sociais a partir do sindicalismo rural. De acordo com Cordeiro; Schmitt; Armani (2003), as críticas à estrutura sindical oficial têm se materializado em novas formas de organização sindical, diferenciando-se do modelo da CONTAG.

Desde aí, vem se estabelecendo novas experiências como o caso da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), criada no final da década de 1980. De acordo com Coletti (1998), a entidade surgiu com a finalidade de aglutinar os trabalhadores rurais, prioritariamente os que trabalham no corte da cana-de-açúcar.

Essa nova configuração aparece logo após a Constituição de 1988, que libera a associação profissional ou sindical, no entanto, o registro do sindicato deve ser ainda requerido ao órgão competente (Ministério do Trabalho). Entretanto, manteve-se o princípio da unicidade sindical e os impostos previstos em lei (COLETTI, 1998).

A partir da Constituição de 1988, tornou-se mais fácil criar um sindicato, pois as leis aparecem mais brandas, em relação à década anterior. Com isso, segundo Coletti (1998, p.215), fundaram-se milhares de sindicatos por todo o país, “[...] muitos dos quais criados a partir de categorias que se desmembraram de sindicatos já existentes”.

Assim, para se criar um sindicato não se necessitaria de uma autorização prévia da Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, mas sim, bastaria convocar uma assembléia, registrar o sindicato em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas ou de Títulos e Documentos. Caso ocorresse algum problema no registro, isso seria investigado posteriormente (COLETTI, 1998).

Esse foi o caso de muitos sindicatos e federações criadas a partir do início da década de 1990, diante do ajuste neoliberal, principalmente por sindicalistas mais combativos que não se alinhavam às configurações do sindicalismo rural. De acordo com Coletti (1998), a partir das novas deliberações da constituição, sindicalistas combativos da região de Ribeirão Preto decidiram criar sindicatos de empregados rurais, alterando-se o estatuto dos Sindicatos de

Trabalhadores Rurais (STRs) nos municípios em que o contingente de assalariados rurais predominasse.

A partir daí criaram-se Sindicatos de Empregados Rurais (SER) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo (FERAESP). De acordo com Coletti (1998), o argumento central para a criação destas entidades sindicais é o conflito de interesses dentro de um mesmo sindicato, pois existem diferentes reivindicações por parte dos pequenos produtores e dos assalariados rurais.

Em um documento intitulado “Nova Estrutura Sindical Rural”, analisado por Coletti (1998, p.217, grifo do autor), o autor reconhece que “[...] mais do que diferentes, os *interesses são antagônicos*’, pois para o assalariado ‘a sua contradição imediata é com aqueles que exploram a sua força de trabalho’, independentemente de o patrão ser um pequeno ou um grande proprietário”. Nota-se, pois, que a criação de novos sindicatos é uma condição para o enfrentamento das dificuldades surgidas na década de 1990 (abertura comercial, reestruturação do trabalho), o que não ocorreu apenas na região de Ribeirão Preto/SP, mas em diversas regiões do Brasil.

[...] esta nova estrutura sindical não se impôs por divergências ou contradições com grupos ou organizações políticas, mas sim pela necessidade de melhorar o instrumento de luta dos trabalhadores, os sindicatos, que como todo e qualquer instrumento deve ser aperfeiçoado para melhor se capacitar no enfrentamento de nossos desafios (NOVA ESTRUTURA SINDICAL RURAL, 1989, apud COLETTI, 1998, p.217).

Entende-se que a configuração de novos sindicatos prevê o não-enfrentamento de classes, pois nos STRs havia sindicalizados assalariados e pequenos produtores, que na safra se utilizavam da mão-de-obra assalariada. E a separação destas categorias de trabalhadores promoveria a melhor organização e amparo perante as leis.

Os conflitos hoje existentes no campo organizativo refletem, em grande medida, as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo oficial no sentido de representar, de uma forma efetiva, os interesses das diferentes categorias de trabalhadores do campo (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003, p.114).

De acordo com Cordeiro; Schmitt; Armani (2003) criaram-se federações e sindicatos novos assumindo o papel de amparar as diferentes categorias que surgiram no início da década de 1990 com a crise do modelo contaguiano de condução de lutas.

Assim, como a FERAESP e os SERs que surgiram no estado de São Paulo, na região Sul do país, em 2001, surgiu, articulada entre os três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar ligada à CUT (FETRAF-SUL/CUT). Essa entidade é uma dissidência do sindicalismo contaguiano e sindicalistas combativos. A FETRAF-SUL/CUT vem sendo gestada desde a década de 1980, com a formação da Articulação Sindical Sul e metamorfoseando sua organização até consolidar-se em 2001. Além da FETRAF-SUL/CUT, em 2001, surgiu a Federação da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo (FAF-SP) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Pará e do Amapá (FETAGRI).

A FETRAF-SUL/CUT, ao contrário da FERAESP, surgiu para consolidar a categoria dos agricultores familiares na região Sul. Essa região foi colonizada por imigrantes que imprimiram as características de suas origens, as pequenas propriedades e a policultura de forma que foi favorável à agricultura familiar (INCRA/FAO, 2000). O surgimento dessa federação, segundo Cordeiro; Schmitt; Armani (2003), reforça duas tendências importantes que se originaram no movimento sindical dos anos 1990: surgimento e fortalecimento das identidades política e social – a de “agricultor familiar” em detrimento da identidade genérica de “trabalhador rural” –; e uma quebra potencial da estrutura sindical oficial, estabelecida a partir da confederação, pelas federações e bases sindicais municipais, substituindo-se em um sistema mais plural que desse conta das especificidades das categorias de trabalhadores rurais.

Ainda que as divergências em relação à estrutura sindical oficial tenham marcado a história da FETRAF desde seu surgimento, foram as lutas dos anos 90, por um crédito diferenciado para agricultura familiar, por linhas emergenciais de crédito para famílias atingidas pela estiagem, pela efetiva implantação dos direitos sociais conquistados na Constituinte, entre outras, que serviram como motor fundamental para o seu surgimento (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003, p.119).

Identificam-se, pois, vários argumentos que justificam a criação das duas federações anteriormente citadas. O primeiro, de acordo com Coletti (1998), o conflito de interesses existente entre os pequenos produtores e assalariados rurais no interior dos STRs. O segundo, conforme Cordeiro; Schmitt; Armani (2003), seriam as dificuldades surgidas após a década de 1990; entre outros fatores que contribuíram na organização da FETRAF-SUL/CUT ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Verificou-se, também, que havia uma crise de poder no movimento sindical. De acordo com Thomaz Jr. (1998), as direções dos STRs estiveram, em sua maior parte, nas mãos dos pequenos produtores, mesmo nas regiões que o assalariamento predominava. Desta forma, prevalecia uma representação desigual e distorcida de interesses dentro dos STRs. A CONTAG não dava conta dos debates e questões estratégicas dos trabalhadores. Além disso, segundo Coletti (1998), o STR atribuía aos pequenos produtores o problema causado pelo sindicalismo oficial rural que, na realidade, era uma questão ideológica: iludia sobre o caráter burocrático-assistencialista da estrutura sindical, o que favorecia o imobilismo, o peleguismo e apatia dos dirigentes sindicais.

No caso da região Sul, a criação da FETRAF-SUL/CUT aparece como conseqüência de um movimento manifestado no final da década de 1970, em localizações específicas como: Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. As oposições sindicais que romperam com as bases do sindicalismo oficial rural instituíram um novo sindicalismo rural (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI; 2003).

No sentido de identificar as transformações no sindicalismo rural e a sua integração à categoria dos agricultores familiares, em Francisco Beltrão – PR, realizou-se uma pesquisa empírica com os sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, de forma que dirigentes e sócios interagissem e contribuíssem na dinâmica da argumentação do estudo que aqui se está realizando, respondendo aos questionários dos anexos A e B.

3 QUADRO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

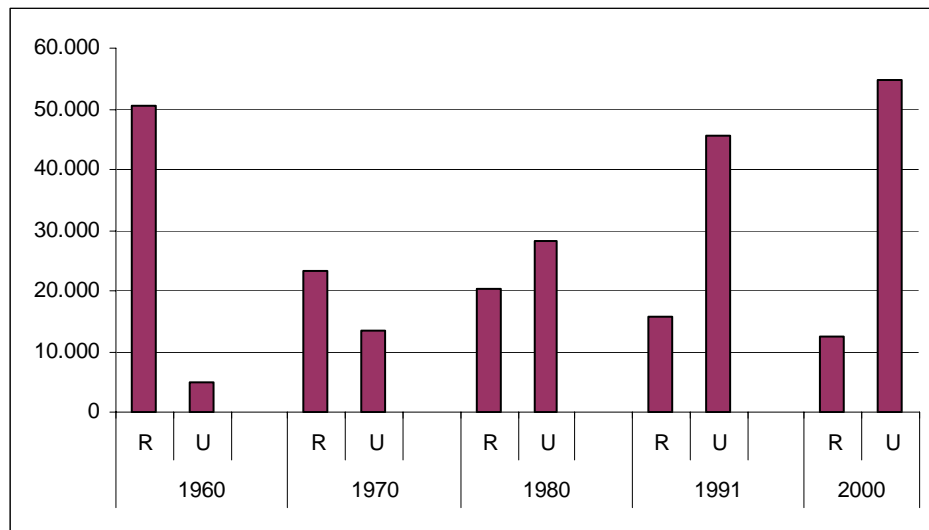


Mapa 1 – Localização da mesorregião Sudoeste do Paraná e o Município de Francisco Beltrão

Fonte: Juliano Oliveira, 2004, adaptado pela autora.

O Município de Francisco Beltrão está situado na mesorregião geográfica do Sudoeste do Paraná, representado pelo mapa 1. A mesorregião é

composta por 27 municípios, perfazendo cerca de 300 mil habitantes; os municípios de maior destaque populacional e econômico são Francisco Beltrão, com 70.139 habitantes, Pato Branco, com 67.558 habitantes e Dois Vizinhos, com 32.401 habitantes (CENSO DEMOGRÁFICO, 2000).



R: rural
U: urbana

Gráfico 1 – Variação da população em Francisco Beltrão

Fonte: Dados Censos Demográficos 1960/1970/1980/1991 e 2000, organizados pela pesquisadora.

Pelos dados dos Censos Demográficos representados pelo gráfico 1, ressaltam-se os anos de 1960, que apresentam uma população de 91% no meio rural; com um decréscimo acentuado já na população total em 1970 de 33,6%, e com um contingente rural de 63,5%. Em 1980 nota-se um pequeno crescimento no contingente populacional total, com a população rural diminuindo para 41,9%. Já de acordo com o Censo Demográfico de 1991, ocorreu um acréscimo na população total de 20,4%, mas a população rural era de 25,5%. No último Censo Demográfico (2000) a população de Francisco Beltrão apresenta-se essencialmente urbana, pois, apenas 18,3% da população residem no meio rural.

A conformação espacial como território ocupado da mesorregião Sudoeste do Paraná foi concomitante a do município de Francisco Beltrão. Desta forma, para se entender sua formação territorial, faz-se pertinente, compreender, brevemente, a história de formação territorial da mesorregião Sudoeste, cuja

consolidação não se deu de forma pacífica. Firmou-se na década de 1940, determinada por uma política do governo federal. No entanto, faz-se necessário resgatar fatos do início do século XX.

De acordo com Dambros (1997), no início desse século, havia habitantes isolados, os caboclos e remanescentes da Guerra do Contestado⁷. Conforme o mesmo autor, o recenseamento de 1890 mostra que o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina ainda não haviam sido demarcados pelos Estados em decorrência de conflitos judiciais. Eram habitados por 9.601 pessoas, destas 4.173 eram índios ou mestiços.

Em 1920, com as terras sudoestinas já devidamente legitimadas no Estado do Paraná, contava com uma população de aproximadamente 6.000 habitantes. Eram caboclos desempregados das fazendas de gado da região dos Campos de Palmas e de outros municípios da região Central, como Guarapuava. Havia também muitos refugiados da justiça do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da República da Argentina.

A região era atrativa, segundo Alves et al. (2004), pelas atividades extrativistas como a da coleta de erva-mate e do corte de madeira, além de ter abundância de terras não ocupadas efetivamente. Até a década de 1920, a região era desprovida de estradas que ligassem a outros Estados, de modo que havia pouco dinamismo econômico.

Nos anos 1930, a exploração da erva mate e a criação de porcos eram as atividades econômicas mais importantes na região. As empresas na fronteira, como a Pastoriza, foram organizadas por empresários argentinos, que vendiam a erva-mate em Barracão, Palmas, Clevelândia ou União da Vitória, para onde eram levadas em lombo de burro pelas "picadas" existentes (SPOSITO, 2004, p.30).

Além da atividade econômica extrativa havia, também, a suinocultura, que se alternava com a extração de erva-mate. Porém, a efetiva ocupação do Sudoeste do Paraná se consolidou a partir da década de 1940, com a

⁷Guerra messiânica que ocorreu na divisa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná de 1911 a 1916.

chegada de agricultores, provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre outras regiões do estado do Paraná (SPÓSITO, 2004).

3.1.1 A Colonização da Mesorregião Sudoeste e do Município de Francisco Beltrão

A colonização da mesorregião Sudoeste do Paraná é conhecida como “colonização dirigida”. De acordo com Gomes (1987), teve duas fases, a primeira antes de 1940, caracterizada pela ocupação extensiva da terra, com a extração de erva-mate, da madeira e a criação de suínos. A segunda fase, referindo-se à ocupação intensiva da região após 1940.

Portanto, após a década de 1940, com a chegada de agricultores posseiros na região, iniciou-se um processo de ocupação intensiva das terras devolutas, de forma que o Estado aproveitou para promover a colonização daquela área. Na época, o presidente Getúlio Vargas decretou uma política de ocupação dos espaços vazios do território nacional, denominada de “Marcha para Oeste” (ALVES et al., 2004).

A estratégia era ocupar os espaços ociosos, com o fim de não perder território para os países vizinhos. De acordo com Alves et al. (2004), a extração de erva-mate e madeira que paraguaios e argentinos realizavam na região poderia desencadear, por parte da Argentina e do Paraguai, conflitos para tomar posse dessas áreas.

No entanto, o cenário político brasileiro apresentava séria crise econômica atingindo a agricultura, desempregando os trabalhadores rurais; mesmo os trabalhadores que estavam trabalhando recebiam salários baixos, resultando em miséria e problemas sociais no campo.

A partir da implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937, foram criadas muitas propostas, com o objetivo de ofertar trabalho e melhorar a situação da população do campo, e mesmo da população que vivia nas cidades.

Segundo Vainer (2000, p.20), “[...] tanto o Governo Constitucional de Vargas quanto o Estado Novo continuaram acalentando e buscando implementar uma política de fomento à imigração, voltada ainda e sempre para abastecer de

braços a agricultura”. Importante ressaltar que essa política visava suprir a carência de mão-de-obra da agricultura com a finalidade de maior produção de alimentos para os centros urbanos que cresciam vertiginosamente.

No entanto, no decorrer dos anos de 1930 e a partir do alastramento da II Guerra Mundial, os fluxos migratórios definharam completamente. Diante do problema imigrantista, no período de 1938-1939, foram “redescobertas” as virtudes do trabalhador nacional, a fim de suprir as necessidades de braços para as lavouras (VAINER, 2000).

A partir daí o governo instituiu a política “Marcha para Oeste”, que teve a finalidade de instalar colônias agrícolas com trabalhadores nacionais. Assim, segundo Vainer (2000), aconteceu a implantação de colônias que mobilizaram a população interna, superando a interrupção da imigração durante a II Guerra Mundial.

Seria difícil exagerar a importância que a Marcha para Oeste teve no projeto político-ideológico do Estado Novo. Ocupação do território nacional e exploração das nossas riquezas, de um lado, valorização e educação do trabalhador nacional, de outro lado, constituíram os dois eixos, sobre os quais se constituiu o discurso e o projeto da Marcha para Oeste [...] (VAINER, 2000, p.21).

A política varguista era estratégica tanto para acalmar tensões sociais devido à crise econômica, quanto para a ocupação dos espaços vazios, assim seria conquistado o que era ainda desabitado do território brasileiro.

A Marcha para Oeste pretendia uma melhor distribuição demográfica da população, bem como a conquista do território. Era uma alternativa para aliviar as tensões sociais, principalmente dos centros urbanos causados pelo desemprego e pela pobreza. Daí que este programa pretendia convencer e, ao mesmo tempo, convocava aqueles que se identificassem com o projeto. Disseminava-se a idéia de que a solução dos problemas nacionais era de responsabilidade de todos os que juntos neste empreendimento o caminho para o desenvolvimento seria encontrado (FIORESE 2001, p.23).

O mesmo assunto é examinado por Gomes (1987, citando CARNEIRO, 1981), segundo o qual a Marcha para Oeste constituiu-se na primeira

política efetiva dos governos federal e estadual para a integração de novas áreas no processo de ampliação da fronteira econômica. Seu propósito era mobilizar/deslocar espacialmente a força-de-trabalho para novas regiões férteis, avançando com a agricultura extensiva, com o intuito de começar a aumentar a produção de alimentos para os centros urbanos do país. Todas estas questões apresentavam-se num contexto geopolítico de imperialismo, para legitimar o território brasileiro, como afirmou o próprio presidente num discurso:

[...] o sentido legítimo do nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos e levar as nossas fronteiras econômicas até o limite das fronteiras políticas, fazendo assim com que todo o Brasil prospere harmoniosamente (VAINER, p.21 – grifo do autor)⁸.

Estava clara a intenção do Estado em legitimar a dimensão territorial do país, controlando até as linhas de fronteira.

[...] Precisamos promover esta arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, afim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras (VAINER 2000, p.21 – grifo do autor).⁹

Assim, foram criadas as colônias agrícolas nacionais, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANGO) e a do Amazonas. Posteriormente, em 1941, criou-se a Colônia de Monte Alegre, no Pará, e a de Barra da Corda, no Maranhão. E até 1943 foram criadas mais três colônias: General Osório, no Paraná (CANGO), Dourados, no Território Federal de Ponta Porã (MS) e, em 1944, de Oeiras, no Piauí (VAINER, 2000).

De acordo com Gomes (1987), a CANGO instalada na Colônia de Bom Retiro (atual município de Pato Branco), estabelecia os agricultores, chamados

⁸ Discurso do Presidente Getúlio Vargas, proferido em 18/11/1939.

⁹ Improviso, 8/08/1940, In: Vargas, "As diretrizes da nova política do Brasil".

de “colonos”¹⁰. Posteriormente foi transferida para Vila Marrecas (atual município de Francisco Beltrão), distante 55 km. Entretanto, agia em toda a região Sudoeste estabelecendo as famílias agricultoras que vinham de outros estados.

Para Spósito (2004), o estabelecimento da CANGO na região demonstrou a função geopolítica do Estado, configurando o território, determinando fronteiras e limites, além de impor seu poder político. A empresa criada demonstrou a intensa relação entre Estado e território, pois, definiu o sentido para a ação da ocupação das terras do Sudoeste.

A ação dessa colônia foi motivada pelo deslocamento de agricultores e posseiros, os quais tomavam posse das terras devolutas e passavam a cultivá-las de modo corrente. De acordo com Spósito (2004), essa prática poderia acarretar conflitos por terra, se a ocupação continuasse espontânea.

A CANGO ‘monitorou’ a disposição nas terras do Sudoeste de milhares de famílias de agricultores, colonos, vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, com menos intensidade, de outras regiões do Paraná, até a década de 1960 (GOMES, 1987).

Conforme Corrêa (1970, apud SPÓSITO, 2004), a população migrante era proveniente de três focos. O primeiro foco dizia respeito à migração, de “antigos agregados” das fazendas dos Campos de Palmas, cujo crescimento vegetativo era maior que a oferta de mão-de-obra.

O Segundo foco de migração foi em decorrência da chegada de imigrantes europeus ao Noroeste do estado do rio Grande do Sul – que receberam colônias de terras de 60 ha. De acordo com Abramovay (1981, p.35), “A população do Sudoeste do Paraná foi formada num êxodo que, vindo de Santa Catarina e, sobretudo do Rio Grande do Sul, atingia entre 1952 e 1955, 30 a 40 mudanças por dia”. Isso se deve à subdivisão dos lotes familiares, relativo ao crescimento demográfico nas pequenas propriedades do Rio Grande do Sul. No entanto, conforme o mesmo autor “[...] a migração não pode ser reduzida a um movimento autofágico do minifúndio: na realidade, ele é antes de tudo, devorado pelo seu contrário, o latifúndio”. Ou seja, os colonos e filhos de imigrantes foram

¹⁰ “Colonos”, adjetivado de Colônia, onde os agricultores se estabeleciam na época.

empobrecendo e forçados a procurar novas áreas para se estabelecerem. E à procura de novas terras para se estabelecer principalmente, ouviam grande propaganda tanto nas rádios de programas sertanejos, quanto no caso da CANGO de boca-em-boca, e a notícia era espalhada pelos colonos que vinham à região para um reconhecimento e voltavam buscar suas famílias.

Outra forma de propagar e garantir a ocupação da região foi a ação com os reservistas do Rio Grande do Sul, que quando davam “baixas” no quartel, recebiam junto com os certificados um boletim: “Procure a CANGO no Estado do Paraná, onde o governo lhe dá terra, lhe dá assistência médica, lhe dá sementes, etc” (GOMES, 1987, p.19).

Outro aspecto interessante, que levava os colonos a se deslocarem para o Sudoeste foi, principalmente, pela “ecologia” semelhante à do Noroeste do Rio Grande do Sul, além da distribuição dos lotes de terras realizada pela CANGO (LAZIER, 1991),

E, finalmente, o terceiro foco de origem dos habitantes do Sudoeste eram os remanescentes da guerra do Contestado. Estes saíram da área do Rio do Peixe em Santa Catarina, em 1910, quando a construção da ferrovia “Brazil Railway Company” se deu e colonizou as terras marginais aos trilhos, que já eram ocupadas por uma população luso-brasileira (CORRÊA, 1970 apud SPÓSITO, 2004).

A colônia agrícola cumpriu um papel estratégico de levar à região infra-estrutura. Segundo Gomes (1987, p.18): “[...] a CANGO dava a terra ao agricultor, bem como uma ajuda técnica, de assistência social e de infra-estrutura”. Quando os colonos chegavam, recebiam de 10 a 20 alqueires de terra, ferramentas agrícolas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar, tudo gratuitamente. Ainda quando necessário, os colonos recém-chegados ficavam alojados em casas de um núcleo colonial e, posteriormente, eram encaminhados definitivamente para as suas terras.

De acordo com Spósito (2004), aos poucos a infra-estrutura foi sendo levada, abrindo-se estradas construindo-se pontes, um hospital, além da construção de escolas e contratação de professores. Essas foram estratégias territoriais utilizadas pela CANGO na colonização do Sudoeste.

O sistema de pequena propriedade adotado na colonização, sem ônus para o agricultor, com um serviço de infra-estrutura e assistência de saúde e educação, totalmente gratuitos, aliados a uma

forte propaganda que se fazia no Rio Grande do Sul, atraiu em poucos anos milhares de famílias para a região. O crescimento da população acompanhou o crescimento das condições que estavam sendo dadas para que a região produzisse e colocasse essa produção no mercado (GOMES, 1987, p.19).

Todos estes fatores contribuíram para o desenvolvimento da região Sudoeste. Porém, o interesse econômico de empresas colonizadoras pela região fez aparecer de forma clara o poder que a posse do território pode exercer. Conforme Gomes (1987), na década de 1950 chegaram à região duas companhias de terras, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) e a Comercial, que haviam grilado a titulação das terras do Sudoeste e assim passaram a afrontar a CANGO.

De acordo com Spósito (2004), a CITLA era de propriedade do Grupo Lupion, ligada ao governador do Estado do Paraná na época. O grupo apropriou-se de quase todo o Paraná, utilizando-se do poder político apoderou-se das terras para explorar sua a renda absoluta.

A terra é importante, nesse estágio de ocupação do Sudoeste do Paraná, como valor de uso e não valor de troca. Ela adquire valor de troca quando se transforma em propriedade privada a partir do momento que a CANGO legaliza as posses e legitima a presença dos posseiros em suas parcelas. Assim, se no início a terra era importante como valor de uso, a institucionalização da propriedade privada inverte a equação, transformando-a em valor de troca porque o preço da terra tende a aumentar com o tempo (SPÓSITO, 2004, p.31-32).

A esta altura, muitos agricultores já haviam recebido o protocolo de posse das suas propriedades de terras. Porém, as companhias CITLA e Comercial, supostas donas das terras, passaram a exigir o pagamento dos agricultores, que haviam recebido as terras da CANGO. Conforme Gomes (1987), essas companhias passaram a coagir os agricultores com jagunços armados, exigindo o pagamento pela posse das terras.

Essa divergência se estendeu por toda a década de 1950. De acordo com Spósito (2004), sendo uma área de fronteira, o lugar deveria ser considerado de segurança nacional. No entanto, na área aconteceu coação e

violência contra pequenos proprietários de terras por uma empresa ligada ao governador do Paraná.

A empresa CITLA quis apropriar-se da renda fundiária que por direito deveria permanecer com os pequenos proprietários, os agricultores (SPÓSITO, 2004). Estes, por sua vez começaram a se organizar, pois, perceberam que estavam sofrendo injustiças, além da ilegalidade e irregularidades que as companhias cometiam. Assim, os agricultores reagiram e promoveram uma revolta armada em todo o Sudoeste.

E são os pequenos agricultores que reagem à violência com estratégias militares, ocupando a cidade de Francisco Beltrão, fechando suas saídas, encurralando e expulsando os jagunços da área. O poder de coação da empresa é superado pelo poder gerado pela organização dos agricultores que consolidam sua relação com o território que eles mesmos definem (SPÓSITO, 2004, p.32).

Configurou-se, assim, no dia 10 de outubro de 1957, a “revolta dos colonos”, cuja ação se deu por parte dos agricultores, “colonos”, que tomaram a sede do município de Francisco Beltrão, base das companhias, e depredaram os escritórios, rasgando e queimando as notas promissórias que tinham sido obrigados a assinar.

Os líderes da revolta organizaram Juntas Governativas nos municípios, que teriam o papel de negociar com o governo do Estado, com o fim de impor certas condições. Entre estas estavam: o fechamento dos escritórios das companhias; troca de juiz e promotor, considerados coniventes com a situação; além da legalização da posse das terras aos agricultores (GOMES, 1987).

A partir daí, o governo federal retoma sua ação sobre o território em conflito. Em 1962 criou o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de programar e executar os trabalhos de desapropriação das terras e organizar a colonização (FERES, 1990). De acordo com Spósito (2004), o órgão federal tinha ainda a tarefa de organizar o trabalho e a produção, preservando a tranquilidade da região de fronteira, que contava com mais de 200 mil habitantes.

Importante ressaltar-se que o GETSOP, não só atuou na área rural no Sudoeste do Paraná como também nas áreas urbanas já constituídas. Segundo

Feres (1990), o órgão tinha sob sua responsabilidade um conjunto de 27 municípios (mesorregião Sudoeste), caracterizados por uma mesma formação histórica e uma problemática em comum, compostos por agricultores minifundistas baseados no trabalho familiar.

O GETSOP foi extinto em 1974. Nos 12 anos de sua atuação na região, “[...] foram regularizados e expedidos 43.386 títulos de propriedade de terra, correspondentes a 56.963 lotes, sendo 12.413 títulos urbanos e 30.970 títulos rurais”. Francisco Beltrão foi o município que mais recebeu títulos de regularização fundiária do GETSOP, 7.550 (LAZIER, 1991, p.18).

Assim, faz-se pertinente retomar a década de 1950, quando muitos municípios se emanciparam, entre eles o município de Francisco Beltrão, instalado oficialmente em 14 de dezembro de 1952. Localizado ao centro da mesorregião Sudoeste do Paraná, ocupa localização de destaque, devido ao seu crescimento econômico (Ver mapa 1).

Portanto, a constituição territorial da mesorregião Sudoeste foi concomitante a de muitos municípios e dirigida pela ação estatal. De acordo com Spósito (2004, p.33), “A titulação dos lotes e a apropriação legal da terra por meio da ação do poder público federal, em ação orquestrada com o governo estadual, é uma característica da formação territorial do Sudoeste do Paraná”.

3.2 A CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA DO SUDOESTE PARANAENSE E DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Com a formação territorial de todos os municípios semelhante, pode-se afirmar que a configuração fundiária é igualmente similar, pois, mesmo havendo conflitos e apropriação no Sudoeste, os agricultores migrantes trouxeram para o território conquistado a tradição do seu local de origem.

[...] os migrantes gaúchos e catarinenses produziram o território a partir de suas atividades cotidianas, centradas na policultura de subsistência e no trabalho familiar. Evidentemente, suas ações também foram culturais e políticas, mas o trabalho sempre teve uma centralidade fundamental na vida destas pessoas que instituíram, amparadas pelo Estado, a propriedade privada familiar da terra, reproduzindo elementos e características da forma de vida que seus ancestrais trouxeram da Europa, principalmente da Itália, Alemanha e Polônia (ALVES, et. al. 2004, p.156).

Com a demarcação realizada pelo GETSOP, na época revelou-se a existência da pequena propriedade rural. Segundo Lazier (1991), dos 32.256 lotes rurais medidos 7.133, ou seja, 22,11% possuíam menos de 5 ha. O que evidencia, segundo Feres (1990), que a base da estrutura fundiária que se implantou na mesorregião Sudoeste, era da pequena propriedade familiar, reproduzindo a mesma estrutura dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No entanto, segundo Alves et al (2004), estudando a estrutura fundiária da região (citando CORRÊA, 1970) observou que, 92,7% das propriedades rurais existentes estavam no estrato entre 25 e 50 ha. Estas pequenas propriedades também resultavam da colonização oficial do Sudoeste.

Porém, a ratificação com relação a esses dados vem logo em seguida, quando Alves et al (2004), apontam os estudos de Feres (1990), segundo os quais 92,8% dos estabelecimentos estavam no estrato entre 0 e 50 ha, correspondendo a 60,5% da área ocupada na mesorregião.

Pode-se conferir a estrutura fundiária organizada na mesorregião Sudoeste do Paraná, em 1969 pela Tabela 3. Observa-se que há um número considerável de estabelecimentos, cerca de 30,4%, no estrato entre 0 e 10 ha. Já o estrato de áreas que se destaca é o dos estabelecimentos que possuem entre 11 e 25 ha, com 44,4%, número expressivo de propriedades, ocupando áreas com a média de 17,1 ha. Portanto, percebe-se que os pequenos estabelecimentos predominam, aliados ao trabalho familiar que dá conta de cultivar a extensão da propriedade.

Tabela 3 – Estabelecimentos rurais (números absolutos e %) e área ocupada (em hectares, % e área média) em 1969, Mesorregião Sudoeste do Paraná.

Estrato (ha)	Número	Porcentagem (%)	Área (ha)	Porcentagem (%)	Média (ha)
0-10	13.207	30,4	77.010	6,8	5,8
11-25	19.376	44,4	330.807	29,1	17,1
26-50	7.871	18,0	279.997	24,6	35,6
51-100	2.358	5,4	161.932	14,3	68,7
101-1.000	806	1,8	166.217	14,6	206,2
1.001- 10.000	29	-	87.277	7,7	3.009,5
10.001-100.000	1	-	32.860	2,9	-
TOTAL	43.648	100,0	1.136.100	100,0	

Fonte: Feres (1990, p.522) – dados do INDA/GETSOP, 1969.

De acordo com Feres (1990, p.521), a mesorregião Sudoeste “[...] pode ser caracterizada como região de minifundistas, dedicados à produção mercantil, voltada para o mercado interno, baseada na exploração extensiva da terra e do trabalho familiar”¹¹.

O município de Francisco Beltrão também foi constituído na década de 1960, portanto, o seu quadro agrário, igualmente, caracteriza-se por pequenas propriedades familiares, os agricultores familiares, conforme aponta o quadro fundiário da mesorregião Sudoeste do Paraná para o período (Tabela 3).

¹¹ O termo “minifundistas” citado pelo autor refere-se ao sinônimo de pequenos proprietários.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos por estratos de área – categoria de produtores de Francisco Beltrão (1995/1996).

Categorias	Total	%	0-5 ha	%	5-20 ha	%	20-50 ha	%	50-100 ha	%	Mais de 100 ha	%
Familiar	2.768	92,7	384	13,9	1.577	57,0	701	25,3	81	2,9	25	0,9
Área (ha)	49.973	77,7	1.265	2,5	18.822	37,7	20.170	40,4	5.624	11,3	4.093	8,2
Patronal	199	6,67	25	12,6	59	29,6	64	32,2	23	11,6	28	14,1
Área (ha)	13.973	21,7	64	0,5	740	5,3	2.051	14,7	1.733	12,4	9.385	67,2
Instituições religiosas	6	0,2	1	16,7	1	16,7	2	33,3	2	33,3	0	0
Área (ha)	183	0,3	2	1,1	19	10,4	46	25,1	116	63,4	0	0
Entidades Públicas	10	0,33	6	60	0	0	4	40	0	0	0	0
Área (ha)	143	0,22	9	6,3	0	0	134	93,7	0	0	0	0
Não identificado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.983	100	416	13,9	1.637	54,9	771	25,8	106	3,6	53	1,8
Total área (ha)	64.274	100										

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Fonte: Convênio INCRA/FAO (2000), organizados pela autora.

Nota-se, na Tabela 4, pelos dados organizados pelo projeto INCRA/FAO (2000), que o maior número de estabelecimentos rurais apresenta-se no estrato de área entre 5 e 20 hectares, porém o maior número de estabelecimentos em área ocupada está representado no estrato entre 20 e 50 ha, com 40,4%. Revela-se, assim, que o município ainda se caracteriza por uma estrutura fundiária de pequenos estabelecimentos rurais.

O agrupamento dos estabelecimentos da categoria de agricultor familiar na Tabela 4 representa 92,7%. Já os agricultores patronais deste município representam 6,67% dos estabelecimentos, ocupando uma área de 13.973 hectares que representa 21,7% da área total ocupada. Neste sentido, há a confirmação de que a estrutura fundiária do município de Francisco Beltrão não se alterou em relação à década de 1960.

Com relação à condição do produtor, a maior parte dos agricultores familiares são proprietários, representando 92% dos estabelecimentos, ocupando uma área de 76,9% do total, como se observa na Tabela 5.

Tabela 5 – Condição do produtor e área ocupada no Município de Francisco Beltrão

Categorias	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	N.º	Ha	N.º	Ha	N.º	Ha	N.º	Ha
TOTAL	2.398	54.384	69	1.163	133	2.495	383	6.231
Total Familiar	2.206	41.838	63	1.048	127	2.332	372	4.753
Patronal	184	12.305	5	113	6	162	4	1.392
Instituições Religiosas	4	159	0	0	0	0	2	23
Entidades Públicas	4	80	1	1	0	0	5	61
Não Identificado	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/1996 – IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Fonte: Convênio FAO/INCRA, 2000, organizados pela autora.

A condição de arrendatário refere-se, significativamente, àquele que paga renda a outrem para produzir. De acordo com Oliveira (2001), o número de arrendatários está estagnado, ao passo que o número de parceiros aumenta com o passar dos anos. No caso do município de Francisco Beltrão, observa-se que existem “rendeiros” e “parceiros” na condição de agricultores familiares. Já para a condição de ocupantes não foi possível obter um referencial que explique essa condição, principalmente no que diz respeito aos agricultores patronais que representam a ocupação de uma área bastante significativa para o município.

3.2.1 Perfil dos Produtores Pesquisados no Município de Francisco Beltrão/PR

O município de Francisco Beltrão representado pelo mapa 2, é composto por aproximadamente 60 comunidades rurais, possui 2 distritos e 27 bairros urbanos. Possui uma extensão de 757,21 Km², marcada pela altitude de 650 m ao nível do mar; sua área urbana totaliza 40 Km². O município possui um relevo bastante acidentado. O clima é subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes, geadas, e com tendência à concentração de chuvas nos meses de verão.

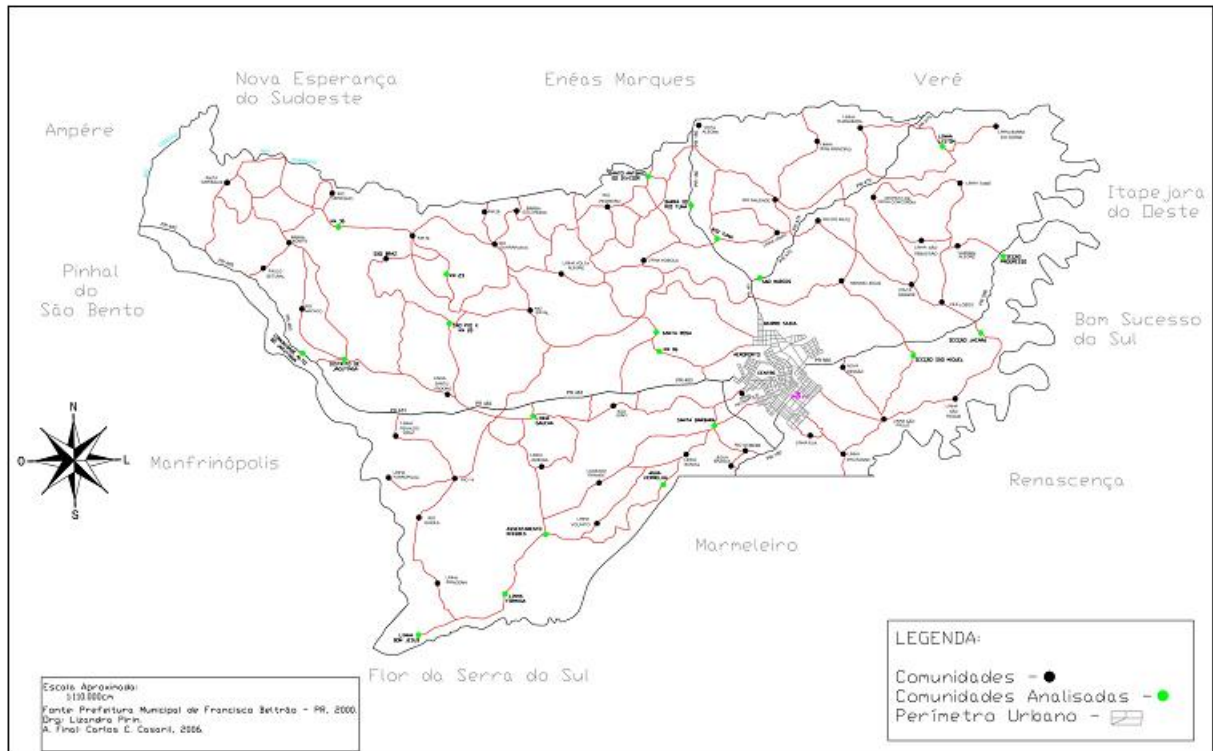
O município, assim como a mesorregião Sudoeste, apresentam solo de origem basáltica com uma variação que pode ser do Latossolo com a formação de solos espessos e de grande fertilidade. Porém, na sua grande maioria são Litólicos e terra roxa estruturada (Nitossolo), de intensa utilização agrícola. Esta mesorregião se apresenta propensa ao desenvolvimento de pequenas propriedades rurais em função da sua declividade (ANTONELLI; FRAJUÇA; DOUHY).



Foto 1 – Paisagem Comunidades de Km 4 e Linha São Marcos

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

A foto 1 demonstra o relevo acidentado no município; a vista é entre as Comunidades de Km 4 e Linha São Marcos. Pode-se verificar também a presença de araucárias nas reservas de mata no município.



Mapa 2 – Município de Francisco Beltrão/PR

Para discutir os dados do município de Francisco Beltrão, realizou-se uma pesquisa com entrevista pré-elaborada, representada pelo anexo A, junto a quarenta (40) famílias de agricultores em outubro de 2005. Foram visitadas 21 comunidades rurais do quadro 4 (representadas em verde no mapa 2), entrevistando-se entre 1 e 3 famílias de agricultores em cada uma.

Comunidade	Número de famílias entrevistadas por comunidade
Secção Progresso	02
Secção Jacaré	03
Secção São Miguel	01
Linha Alto Jacutinga	02
Km 8 – Santa Rosa	02
Santo Antônio do Divisor	03
Jacutinga	03
Rio Tuna	02
Barra do Rio Tuna	01
Linha Liston	01
Água Vermelha	02
Linha Gaúcha	01
Linha Formiga	02
Km 23	01
Linha São Marcos	03
Assentamento Missões	02
Linha Bom Jesus	02
Santa Bárbara	03
Km 20	01
KM 6	01
Km 30	02
Total	21
Total	40

Quadro 4 – Relação das comunidades e o número de famílias entrevistadas.

Fonte: Pesquisa de campo, área rural do município de Francisco Beltrão, outubro de 2005.



Foto 2 – A Comunidade – Foto do centro comunitário de Linha São Marcos, constituído por Igreja e salão ¹².

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

As comunidades rurais visitadas (foto 2) caracterizam-se por ser um centro de referência social, constituídas, geralmente, pela capela, pela escola, pelo pavilhão para as festas e reuniões, além do cemitério. É por essa caracterização que são chamadas de comunidades, pois os agricultores se reúnem em torno da igreja onde estabelecem relações sociais. As propriedades rurais localizam-se em linhas esparsas ao longo das estradas vicinais. Esse centro de referência é bastante importante para as famílias.

Uma base territorial constituída por casas esparsas mas com um centro de referência social, ‘a sociedade da capela’; a população têm uma situação social semelhante; as pessoas estabelecem relações de vizinhança, muitas vezes justapostas as relações de parentesco, as pessoas se auto-identificam como membros do bairro havendo um sentimento de localidade; ocorrem práticas de ajuda mútua no processo de trabalho, e, finalmente, participam em comum de atividades lúcidas, na ‘sociedade da capela’, e de atividades religiosas, a festa do padroeiro (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.5).

¹² A foto 2 mostra o centro comunitário de Linha São Marcos, dia de domingo pela manhã, quando as famílias se reúnem para celebrar o “culto”, uma celebração sem a presença do padre. Ali as pessoas da comunidade realizam as suas orações.

As comunidades rurais pesquisadas revelam-se com essa estrutura; distanciam-se do centro urbano de Francisco Beltrão em até 50 km dificultando a locomoção e acesso à comercialização e a recursos públicos – como é o caso da Linha Bom Jesus. Já para outras comunidades o centro urbano fica próximo, facilitando o transporte, locomoção e acesso à comercialização, assim aparecem várias comunidades como: Rio Tuna, Linha São Marcos, Km 8 (Santa Rosa); já as comunidades de Secção Progresso, Secção Jacaré e Secção São Miguel, embora sejam distantes do centro urbano, cerca de 15 km, têm vias de acesso melhores, no caso existe a PR 556.

Nas entrevistas estruturadas (anexo A), buscou-se obter informações com relação à estrutura fundiária, à condição do produtor, à principal atividade agrícola desenvolvida, ao uso da terra, sobre a tecnologia utilizada na propriedade, sobre o acesso ao crédito rural, participação em associações ou sindicatos, além de perguntas específicas com relação ao STR de Francisco Beltrão.

É necessário ressaltar-se que a faixa-etária que compõe os entrevistados está entre 20 e 60 anos. Algumas dessas pessoas se deslocaram para a mesorregião Sudoeste junto com os pais, outros nasceram ali.

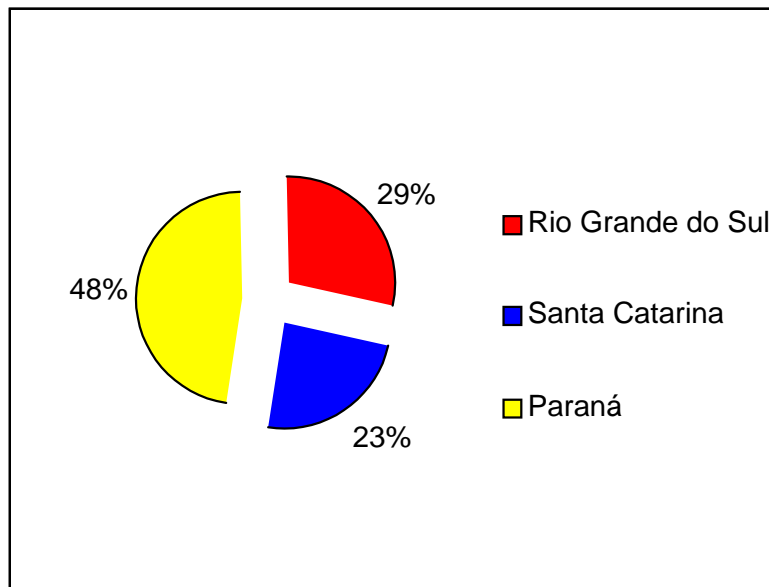


Gráfico 2 – Origem dos agricultores familiares entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

Das quarenta famílias entrevistadas levou-se em consideração a origem do casal, num total de 77 pessoas, sendo 39 homens e 38 mulheres. Assim, na representação do gráfico 2 são 22 pessoas de origem do estado do Rio Grande do Sul, 18 vindas do estado de Santa Catarina e 37 pessoas de municípios do Paraná. Vinte dessas pessoas são naturais de Francisco Beltrão.

As quarenta famílias foram questionadas em relação ao motivo da mudança (migração) destas do local de origem, ou de seus familiares. As respostas foram diversas: 34 das famílias vieram de outras localidades.

Todas as famílias sempre moraram na área rural exercendo a atividade agrícola. Dos entrevistados que migraram para o município de Francisco Beltrão 8 mudaram porque esperavam encontrar melhores terras no Sudoeste; 15 para melhorar de vida; 6 vieram acompanhar os pais que compraram terras no Sudoeste; 2 porque tiveram oferta de trabalho; 1 por causa do pinhal (araucárias em abundância na época), a fim de instalar serraria; 2 eram arrendatários no Rio Grande do Sul, e como havia muita propaganda de terras no Sudoeste, vieram comprar terras.

Com relação à escolaridade dos entrevistados, considerando-se o casal aparecem, 23,37% com ensino fundamental incompleto; 15,58% com ensino médio completo; 38,9% com ensino médio incompleto; curiosamente as mulheres perfazem 12,9% que cursaram o ensino superior completo, no entanto, 9% ainda são analfabetos.

3.2.1.1 A Estrutura Fundiária

Das famílias pesquisadas, 40,6% são herdeiras das propriedades e 59,4% são proprietárias por meio de aquisição. Portanto, a composição fundiária se assemelha aos números apresentados pelo Convênio INCRA/FAO (tabela 5). Os agricultores familiares investigados possuem suas propriedades nos estratos de áreas entre 0,303 ha e 60 ha, conforme a tabela 6.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos de agricultores familiares por estratos de áreas no município de Francisco Beltrão.

Estratos de Áreas	Número de produtores	%
0,303 ha a 4 ha	06	15
5 ha a 10 ha	08	20
11 ha a 20 ha	12	30
21 ha a 30 ha	06	15
31 ha a 40 ha	03	7,5
41 ha a 50 ha	01	2,5
51 ha a 60 ha	02	5
60 ha e mais	02	5
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

A condição dos agricultores familiares é de 80% proprietários, sendo 19 estabelecimentos comprados e 13 herdados. Dos estabelecimentos arrendados, uma família é rendeira em terras paternas, somente para obter o bloco do produtor rural, para comprovar sua condição profissional, pois não há pagamento pelo uso das terras. Das 19 famílias proprietárias 2 arrendam 12,1 e 7,26 ha, respectivamente, recebendo 20% da produção cada uma. Foram entrevistadas também duas famílias de agricultores familiares, que vivem em um assentamento estabelecido há 10 anos, no município de Francisco Beltrão.

Sobre a condição de produtor, apresentam-se 2 famílias em parceria e 4 sob a condição de rendeiras (2 pagando renda e 2 recebendo renda), cuidando e cultivando a terra e entregando parte da produção ao proprietário da mesma. Os parceiros obtêm metade da produção e os rendeiros parte dela. De acordo com Graziano da Silva (1990), as famílias parceiras ou rendeiras pagam ao proprietário da terra, renda em trabalho, em produto ou em dinheiro. Este tipo de relação de trabalho se dá com pequenos proprietários produtores, baseados na mão-de-obra familiar. No entanto, o caso de um dos rendeiros pesquisados, sua condição é apenas formal, pois não paga nenhum tipo de renda, já que é um acordo familiar, entre pai e filho. Os outros 2 rendeiros pagam 20% da produção ao proprietário da terra.

Uma pesquisa do INCRA/FAO sobre a condição do agricultor (ver gráfico 3) confirma que os agricultores familiares do município detêm a posse das propriedades, sejam elas compradas ou herdadas.

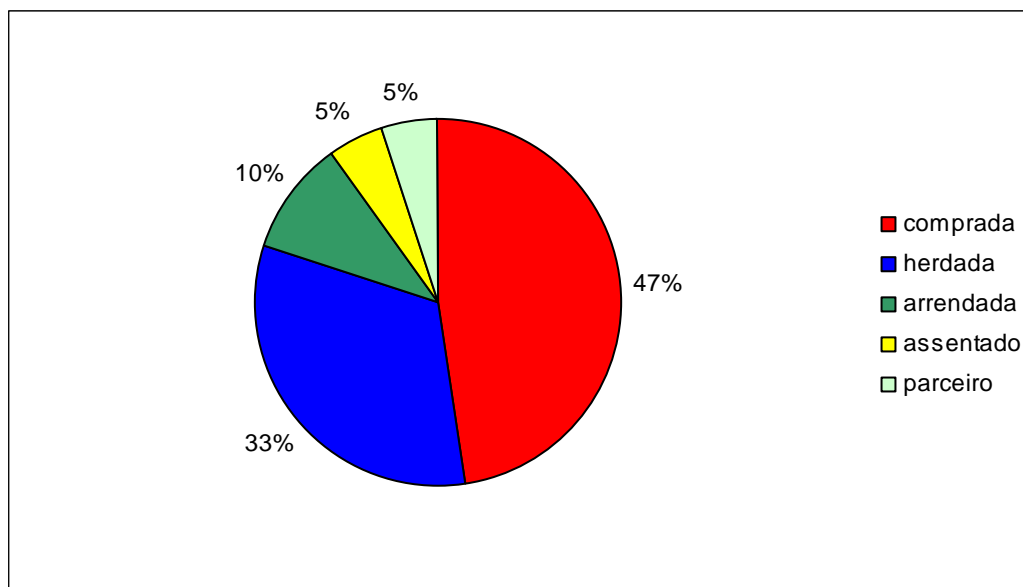


Gráfico 3 – Condição dos agricultores familiares.

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

A utilização das terras no município de Francisco Beltrão mudou bastante desde o início da colonização. De acordo com Abramovay (1981), as propriedades rurais eram divididas em três partes: a lavoura, a pastagem e a capoeira. A lavoura variava sua dimensão com relação a fatores como os mercados, que absorviam a produção e a quantidade de braços disponíveis para o trabalho, mas sua característica fundamental é a policultura baseada no milho, no feijão e no trigo. Além dessas culturas, outros produtos eram cultivados para a subsistência como: mandioca, arroz, batata, batata inglesa, legumes, hortaliças, amendoim entre outras “miudezas”. Curiosamente a pastagem era uma área pequena destinada a garantir o alimento para o rebanho, que geralmente era a junta de bois e uma vaca leiteira. A capoeira, ou terra em pousio, ou descanso, era em grande extensão.

[...] dada a estrutura fundiária da região, onde impera a pequena propriedade e praticamente inexistem latifúndios, estas terras fora de uso não estavam abandonadas: elas cumpriam para a economia camponesa a função fundamental de permitir a recuperação das forças do solo (ABRAMOVAY, 1981, p.72).

Tabela 7 – Utilização das terras em Francisco Beltrão/Paraná

Censos Agropecuários	TOTAL		LAVOURAS (ha)			PASTAGENS (ha)		MATAS FLORESTAS (ha) e		TERRAS PRODUTIVAS Não UTILIZADAS (ha)
	n.º Estab.	HA (área)	Permanente	Temporária	Temp. Descanso	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	
1970	3.392	67.879	560	26.598	-*	176	15.108	23.420	118	2.092
1975	3.074	65.668	308	31.803	3.766	4.579	6.684	5.491	751	8.295
1980	3.277	67.917	638	39.908	3.562	5.859	4.819	3.756	1.961	2.708
1985	3.214	63.990	857	36.317	4.418	273	11.118	3.923	1.466	2.598
1995/1996	-*	64.274	25.430	-*	-*	21.639	-*	8.866	-*	4.844

*Dados não disponíveis pelos respectivos Censos Agropecuários de 1970 e 1995/1996.

Fonte: Dados Censos agropecuários 1970/1975/1980/1985/1995-96, organizados pela pesquisadora.

Tabela 8 – Utilização das terras dos agricultores familiares pesquisados

TOTAL		UTILIZAÇÃO DAS TERRAS						
Estabelecimentos	Área	Culturas		Pastagens		Áreas de Floresta		Infra-estrutura
		Permanentes	Temporárias	Natural	Plantadas	Natural	Reflorestada	Área
40	1.015,74	51,11	292,92	260,32	173,76	172,41	33,96	31,26

Fonte: pesquisa de campo, outubro de 2005.

O sistema de rotação de terras não durou muito tempo, pois a cada ano incorporavam-se novas áreas para a produção. A economia dos agricultores gaúchos e catarinenses, portanto, correspondia a uma intensificação do trabalho agrícola.

Pelos dados da tabela 7, referentes ao município de Francisco Beltrão, nota-se redução de 53% na área total para as lavouras com relação aos Censos Agropecuários de 1970 a 1995-96. Da mesma forma, nos Censos Agropecuários que apresentam dados de 1970 até 1985, verificam-se significativos incrementos nas áreas; ao passo que censo de 1995-96 indica uma redução notável, de 6,3% – se comparado aos Censos Agropecuários de 1970 e de 1985.

Durante o trabalho de campo notou-se que os agricultores, desestimulados pelos preços dos produtos, buscam alternativas de renda e incrementam a área de pastagem, passando a investir na atividade leiteira, ou em outras atividades econômicas. Para as áreas de pastagens constatou-se o incremento de 29,3% de 1970 a 1995-96; às matas e florestas há uma visível redução de 62,3%. Para as terras produtivas não-utilizadas houve um aumento em relação ao Censo Agropecuário de 1970 de 56,8%; já em 1975 o dobro de terras não estava sendo utilizado, fato para o qual não se encontrou explicação.

Com relação à utilização das terras, verificou-se, conforme a tabela 8, que 28,8% da área ocupada destina-se às culturas temporárias; 25,6% são de pastagens naturais e 17,1% pastagens plantadas, demonstrando, desta forma, que a atividade agropecuária, principalmente a leiteira, predomina nos estabelecimentos. Isso decorre do relevo acidentado, pouco propício ao cultivo com mecanização.

A área de floresta natural apresenta-se com 16,9% e a plantada com 3,34%, devido às leis ambientais que prevêm 20% de reserva legal sobre o tamanho do estabelecimento, prevendo multa aos agricultores que não cumprem.

Com relação à mecanização dos estabelecimentos dos agricultores familiares no Município de Francisco Beltrão, constatou-se que há uma variação. As terras, primeiramente, eram utilizadas sem mecanização, isto é, não se usavam máquinas para realizar o preparo das mesmas, o plantio e as colheitas. As ferramentas utilizadas eram o arado, a grade puxada a bois e, normalmente, uma máquina simples de plantio manual, a “matraca”. A limpa era feita de enxada e/ou pelo aradinho ou carpideira puxada por tração animal. A partir da década de 1970 isso mudou, tendo em vista a modernização e o incentivo ao uso de maquinários e insumos nas lavouras.

O grau de modernização no campo é identificado pela a mecanização, pela eletrificação, pela irrigação e pelo uso de fertilizantes e agrotóxicos. Segundo Moro (2001, p.95), desses fatores, o que se destaca é a mecanização, pois o número de tratores no Estado do Paraná, representado aqui pela mesorregião Sudoeste, teve um crescimento bastante significativo entre 1970 e 1985, conforme a tabela 9. O número de tratores no Sudoeste apresentou um crescimento de 96% desde 1970, demonstrando que é intenso o uso de maquinário para a preparação das terras. Quanto aos utilitários e caminhões, nota-se um crescimento de 71,3% para os caminhões, que têm importância fundamental no escoamento da produção agrícola; e um relativo crescimento para utilitários, já para o Censo Agropecuário de 1995-1996 houve uma redução de 36,2%.

Tabela 9 – Máquinas e instrumentos agrícolas no Sudoeste/PR

Censos Agropecuários	TOTAL TRATORES	POTENCIA				Caminhões	Utilitários	Máquinas Plantadeiras	Máquinas Colhedeiras
		-10 C.V.	10-50 C.V.	50-100 C.V.	100+ C.V.				
1970	380	119	131	101	29	311	1.916	.*	4.259
1975	2.966	161	665	1.935	225	606	3.985	.*	2.621
1980	6.325	126	1.224	4.521	454	939	3.242	6.552	4.194
1985	7.481	195	1.245	5.610	431	1.234	5.616	7.475	2.635
1995/1996	9.217	.*	.*	.*	.*	1.084	3.580	8.418	2.067

*Dados não disponíveis pelos respectivos Censos Agropecuários de 1970, de 1975 e de 1995/1996.

Fonte: Dados Censos agropecuários 1970/1975/1980/1985/1995-96, organizados pela pesquisadora.

Tabela 10 – Máquinas e instrumentos agrícolas em Francisco Beltrão

Censos Agropecuários	TOTAL TRATORES	POTENCIA				Caminhões	Utilitários	Máquinas Plantadeiras	Máquinas Colhedeiras
		-10 C.V.	10-50 C.V.	50-100 C.V.	100+ C.V.				
1970	18	5	5	5	3	18	119	.*	209
1975	181	13	37	119	12	46	268	.*	110
1980	346	8	80	236	22	70	194	413	132
1985	364	28	66	233	37	76	278	431	152
1995/1996	430	.*	.*	.*	.*	71	221	303	149

*Dados não disponíveis pelos respectivos Censos Agropecuários de 1970, de 1975 e de 1995/1996.

Fonte: Dados Censos agropecuários 1970/1975/1980/1985/1995-96, organizados pela pesquisadora.

De uma maneira geral a mecanização da agricultura atingiu a todas as regiões, umas antes e com maior intensidade, outras posteriormente e com o mesmo grau ou menor intensidade. Com os dados dos Censos Agropecuários referentes ao município de Francisco Beltrão pode-se verificar pela tabela 10 a evolução mecânica. O número de tratores cresceu 96%, utilitários 46% e caminhões 74,6%. Já para os implementos agrícolas do tipo plantadeiras e colhedeiras ocorreu uma redução de 26,6% e 28,7%, respectivamente, da década de 1970 ao Censo Agropecuário de 1995/1996:

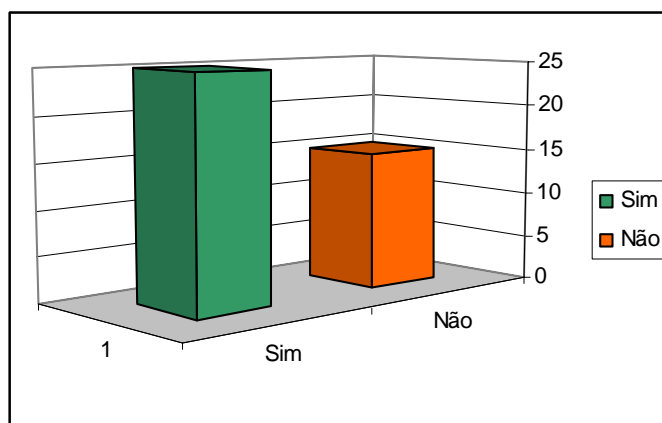


Gráfico 4 – Utilização de tratores – agricultores familiares pesquisados

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

Pelo gráfico 4, verifica-se que 25 agricultores utilizam mecanização para a preparação do solo – uso de tratores (hora-máquinas) –, plantio e lançamento de insumos ao solo. Destes agricultores 8 são proprietários dos tratores e 17 pagam hora-máquina, que varia de R\$40,00 e R\$90,00. Três agricultores são membros de uma associação que possui implementos agrícolas e, por isso, pagam preço diferenciado pela hora-máquina: 14 litros de óleo diesel/hora, representando cerca de R\$40,00.

Ainda em relação à mecanização, sobre a utilização de plantadeiras, dos 40 agricultores pesquisados, 33 as possuem. Destes, 1 possui plantadeira manual e mecânica; 9 possuem e utilizam plantadeiras com tração animal; 16 possuem plantadeira manual, “matraca”; 6 possuem plantadeira mecânica e; 1 possui a plantadeira animal e manual.

Com relação aos insumos utilizados nas propriedades, a maior parte dos agricultores 72,5% utilizam adubo químico, inseticida e herbicida. Apenas 2 agricultores declararam não usar nada, afirmando que sua produção é orgânica, assim como a adubação.

Diante dessa constatação, percebeu-se que, embora a proposta do governo federal (MDA), proponha que a agricultura familiar dê ênfase à diversificação e durabilidade dos recursos naturais e à qualidade de vida, o uso de insumos é bastante alto, mesmo junto aos agricultores familiares. No entanto, as organizações sindicais estão buscando a mudança dessa cultura para a reconversão das propriedades à agricultura agroecológica, em longo prazo.

No contexto em que se encontra a agricultura familiar é mais rápido e fácil acabar com as ervas daninhas aplicando-se herbicidas nas roças do que capinar. No entanto, o prejuízo à saúde da família com a utilização de agrotóxicos é comprovado, pois pode causar câncer; problemas no sistema nervoso entre outras doenças (LEVIGARD, 2001).

3.2.1.2 Principais Atividades Agrícolas

As principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, apresentadas no gráfico 5, referem-se ao cultivo de grãos consorciado com a produção leiteira, representando 20 produtores. Essas atividades aparecem concomitantes em áreas íngremes do município. A principal cultura nessas áreas é o milho, que tem o papel de alimentar o gado. Aparecem, ainda, agricultores com culturas diversificadas como cultivo de grãos, leite e realização de atividade não-agrícola como *campings*.

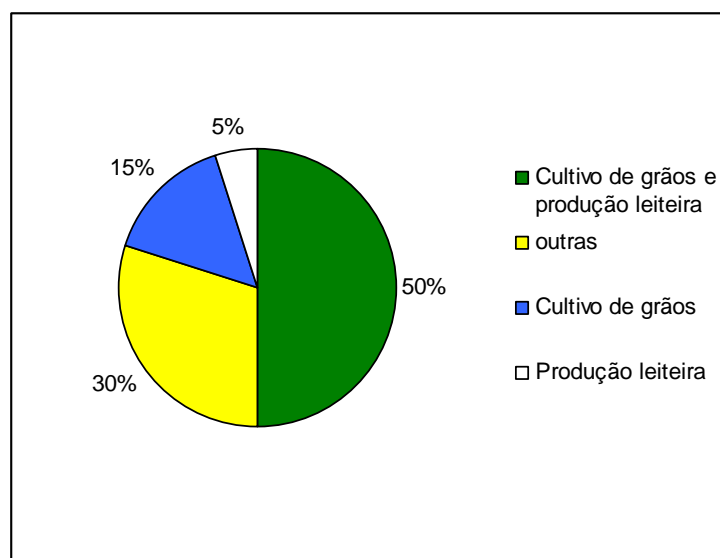


Gráfico 5 – Atividades desenvolvidas em Francisco Beltrão

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

As informações que se referem ao item “outras”, do gráfico 5, estão relacionadas na tabela 11, observando-se que os agricultores familiares desenvolvem atividades diversificadas de produção com vistas à subsistência e comercialização de excedentes.

Tabela 11 – Atividades desenvolvidas pelos agricultores pesquisados

Atividades	Número de produtores	%
Cultivo de grãos e produção leiteira	20	50
Cultivo de grãos	06	15
Produção leiteira	02	5
Produção leiteira e suínos	02	5
Cultivo de grãos e produção de suínos	01	2,5
Cultivo de grãos, produção leiteira e fruticultura	01	2,5
Cultivo de grãos e fruticultura	01	2,5
Cultivo de grãos, produção leiteira e suínos	01	2,5
Cultivo de grãos e apicultura	01	2,5
Cultivo de grãos, produção leiteira e camping	01	2,5
Hortifruticultura	01	2,5
Cultivo de grãos e camping	01	2,5
Produção de leite e aves	01	2,5
Produção leiteira, de aves e gado de corte	01	2,5
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

O cultivo de grãos se refere substancialmente ao milho e à soja, representados pela foto 3, que a partir da década de 1990 vem ganhando cada vez mais espaço na atividade de cultivo dos agricultores no município de Francisco Beltrão.



Foto 3 – Binômio soja-milho

Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2005. Lavoura de soja à frente e ao fundo lavoura de milho.

Nas 2 propriedades pesquisadas, em que o agricultor mora, cuida e cultiva, há produção de grãos, milho, soja e leite, bem como criação de aves e gado de corte. Além disso, há informação de que fazem o plantio de pequenas roças de gêneros de subsistência como mandioca, batata-doce, feijão e arroz. Desta forma, conseguem ter alimentos para sua família, que entrega parte da produção ao proprietário das terras, sob a condição de morar e ser parceiro.

A tabela 11 mostra as atividades desenvolvidas pelos agricultores. Averiguou-se que a maior parte dos agricultores cultiva milho para alimentar o rebanho leiteiro e o feijão para a subsistência da sua família, no entanto, vendem o excedente. Percebe-se, ainda, que muitos agricultores fazem o consorciamento entre os cultivos de milho e soja, ou seja, após a colheita da soja, planta-se o milho safrinha (foto 4). Já que a produção leiteira e o cultivo de grãos representam 50% das atividades dos agricultores, que representam as suas principais fontes de renda.



Foto 4 – Plantação de milho já em ponto de colheita

Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2006.

Atualmente, a produção leiteira (foto 5), dinamiza a produção e a comercialização dos agricultores familiares do município de Francisco Beltrão. É uma atividade que sustenta 52% das famílias, que aplicam tecnologias para melhorar esta produção. A comercialização do leite se dá basicamente por meio da integração com laticínios da região Sudoeste do Paraná, como o caso do Laticínio Latco. No entanto, os agricultores organizaram uma Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), a qual faz a intermediação entre os produtores e o laticínio. Além disso, uma família industrializa o leite fabricando queijo que é vendido ao mercado local.



Foto 5 – Rebanho leiteiro

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

A tabela 12 apresenta as culturas predominantes entre os agricultores familiares e o destino da produção. Observa-se que o milho é o mais representativo, para 36 famílias, e destas, 22,5% a destinam à subsistência e para a comercialização e 65% plantam somente para subsistência, utilizando a produção para a silagem do rebanho leiteiro. Apenas 1 agricultor familiar produz milho direto para a comercialização.

Tabela 12 – Demonstrativo de subsistência e comercialização

CULTURAS	SUBSISTÊNCIA E COMERCIALIZAÇÃO		SUBSISTÊNCIA		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Milho	9	22,5	26	65	1	2,5	36	90
Trigo	2	5	1	2,5	-	-	3	7,5
Arroz	-	-	8	20	-	-	8	20
Feijão	4	10	20	50	-	-	24	60
Soja	-	-	-	-	12	30	12	30

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

Já o trigo é cultivado por apenas 3 famílias. Em duas delas, o cultivo é para posterior comercialização e subsistência e em 1 somente para comercialização. O arroz destina-se somente para o autoconsumo. Em relação ao

feijão, somente 10% dos produtores destinam para a comercialização e consumo próprio. A cultura da soja é explicitamente para a comercialização, representada por 30% dos agricultores pesquisados.

Tabela 13 – Demonstrativo de criação de animais

ATIVIDADES	SUBSISTÊNCIA E COMERCIALIZAÇÃO		SUBSISTÊNCIA		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Leiteira	27	67,5	9	22,5	-	-	36	90
Suínos	4	10	24	60	1	2,5	29	72,5
Caprinos	-	-	1	2,5	1	2,5	2	5
Eqüinos	-	-	6	15	-	-	6	15
Aves	-	-	29	72,5	2	5	31	77,5
Gado de corte	-	-	-	-	1	2,5	1	2,5

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

Em relação à criação de animais, tem-se nas propriedades: a produção leiteira, em que 27 agricultores a fazem para a subsistência e comercialização; 9 têm a criação somente para a subsistência. A produção de suínos é para 60% apenas para consumo próprio. A produção de caprinos aparece em duas propriedades, uma visando à comercialização e a outra visando apenas à subsistência. Os eqüinos aparecem como de subsistência, pelo fato de servirem à família com a força de tração do arado, ou mesmo para o transporte. Com relação às aves, 72,5% produzem apenas para a subsistência e 2 famílias (uma proprietária e a outra parceira) produzem para a comercialização. A família que é parceira cuida de um aviário e da criação de gado de corte, tendo que “pagar” parte da produção. A família que é proprietária tem 2 aviários, que produzem 16.000 aves a cada 45 dias, porém, declarou que não está conseguindo equilibrar a renda devido ao preço baixo da produção e às exigências da empresa integradora com a modernização do aviário (Tabela 13).

Os agricultores foram também perguntados a respeito de sua renda mensal. Todos responderam que não conseguiriam “medir” quanto ganham num mês. Os produtores de leite conseguem ter uma “média” de quanto recebem e quanto gastam na produção. Como não foi solicitado que fizessem a contabilidade com as entradas e gastos, pediu-se que declarassem uma média de proventos.

Assim, a renda declarada variou entre R\$100,00 e R\$4.000,00. Representativamente, 22,5% declararam ter uma renda mensal de R\$500,00; 12,5% renda de R\$400,00 e 22,5% declararam ter uma renda superior a R\$1.000,00. O diferencial, nestes agricultores, é que 5 são produtores de leite; 2 produtores de leite e suínos e 1 de fruticultura; o agricultor que declarou a renda de R\$4.000,00 além de leite, produz soja.

Verificou-se a baixa-renda (R\$100,00) na agricultura de Francisco Beltrão. As famílias conseguem manter-se quando há a diversificação na produção, pois comprarão para sua subsistência apenas o que não produzem, tal como o sal. Entretanto, quando um membro da família adoece as condições pioram, pois se houver a necessidade de comprar medicamentos a renda não é suficiente para manter a família. Constatou-se também que existem 7 aposentados entre os entrevistados e que a renda da família está atrelada a esse recurso. No gráfico 6 pode-se verificar a principal fonte de renda dos agricultores.

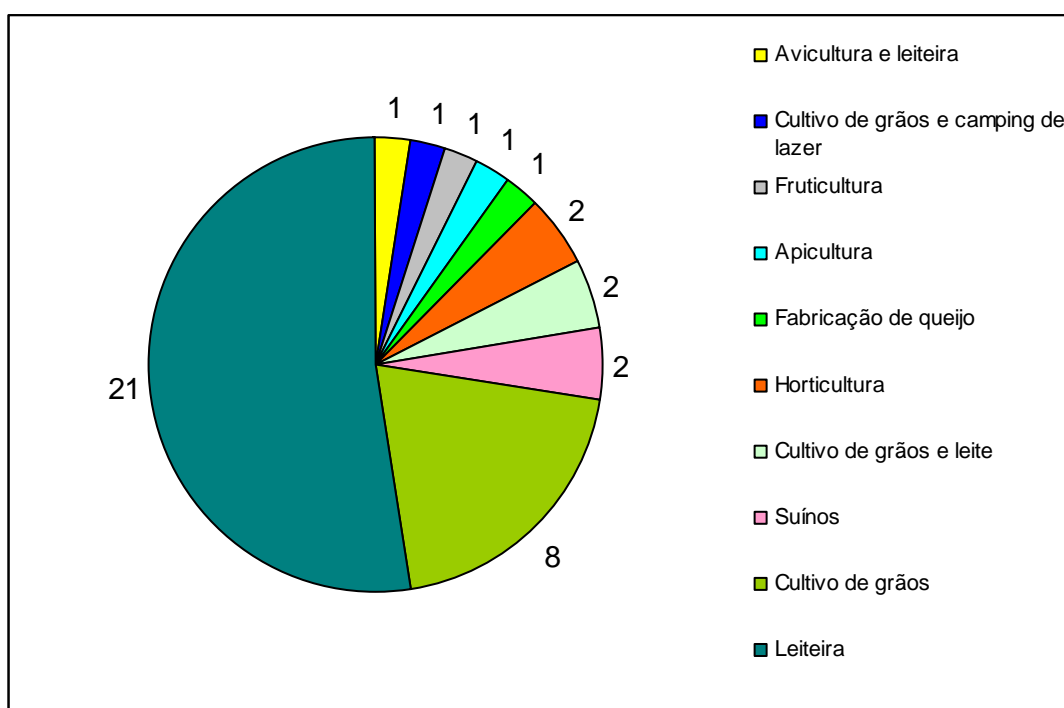


Gráfico 6 – Principal atividade de renda dos agricultores familiares

Fonte: pesquisa de campo, outubro de 2005.

Nas perguntas com relação à integração ou participação em cooperativas, foi identificado apenas 1 produtor de suínos integrado a uma cooperativa da região – PALMALY. Observou-se que essa prática está “quase” extinta no município, pois os produtores que ainda persistem nessa atividade comercializam com frigoríficos particulares. Apenas 2 famílias possuem vínculo com a Sadia, para a produção de frango. Embora não seja a realidade dos entrevistados, no município há um grande número de produtores integrados a essa mesma empresa. Há também 6 sócios da CLAF (cooperativa leiteira criada pelos agricultores familiares); 1 agricultor ligado à Cooperiguaçu (prestação de serviços ao agricultor, produção de soja, milho e demais produtos); 1 à Coasul (produção de soja, principalmente); 1 à Coasul e à CLAF; e 1 à empresa de Laticínios - Latco.

Os agricultores entrevistados são ligados à Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), a partir da articulação entre sindicato e associações, nas comunidades. A organização nas comunidades é bastante comum e fortalece as famílias nas negociações. Das 40 famílias entrevistadas, 82,5% fazem parte destas associações nas comunidades.

Quanto à assistência técnica, esta ficaria por conta das empresas integradoras e das cooperativas, porém, perguntados se eram assistidos por técnicos, apenas 6 agricultores responderam que tinham algum tipo de capacitação. Essa assistência acontece em decorrência de sua própria formação, ou pelos filhos serem técnicos em agropecuária, ou ainda por um profissional contratado para tal. A EMATER presta assistência técnica para apenas 3 famílias das 40 entrevistadas.

Nas visitas às propriedades foi possível verificar que as famílias com menor poder aquisitivo são aquelas que não participam de associações ou não são sindicalizadas. Isso se confirma porque com a associação é possível articular os moradores para reivindicar políticas com relação ao município, como melhores vias de acesso para escoar a produção, educação às crianças e tantos outros direitos dos agricultores. Além disso, o sindicato complementa a ação das associações quando ampara os agricultores na organização com relação ao crédito, a direitos previdenciários entre outros serviços.

3.2.1.3 Acesso ao Crédito Rural

O crédito rural é uma política pública garantida pelo governo federal a partir de 1965 pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). De acordo com Dias (S/D), na política de substituição de importações cabe ao setor agrícola a função de produzir matérias-primas mais baratas para a agroindústria beneficiar alimentos a baixo custo, compatível ao salário urbano. O crédito passa a ser, então, um mecanismo de incentivo à produção.

Sendo um incentivo à produção, pela pesquisa realizada no município de Francisco Beltrão (Gráfico 7), 31 famílias fazem uso do crédito rural. Essas famílias acessam o PRONAF nas suas diversas linhas. O acesso é principalmente no crédito de Custeio, representado por 19 agricultores. Além disso, 7 famílias de agricultores acessam o PRONAF Custeio e Investimento.

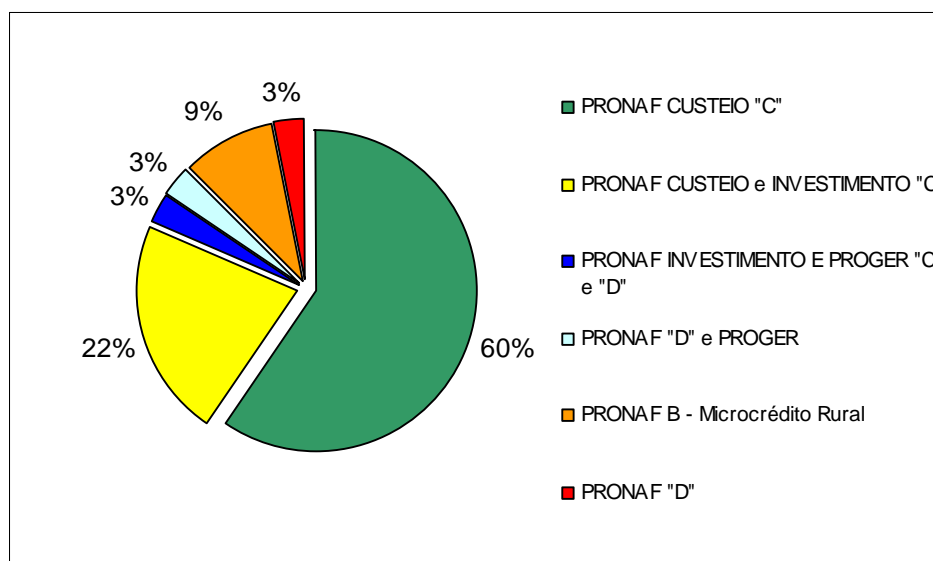


Gráfico 7 – Acesso aos tipos de crédito rural

Fonte: pesquisa de campo, outubro de 2005.

Os bancos que proporcionam acesso ao crédito aos agricultores são o Banco do Brasil e a CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural e Integração Solidária, criada pelos agricultores e o pelo movimento sindical da região Sul do

Brasil. A CRESOL se constitui atualmente como o canal de acesso fácil ao crédito para os agricultores familiares que foram investigados, pois 19 são associados.

Os agricultores foram também questionados se tiveram dificuldades para pagar os financiamentos realizados. As respostas foram divididas: 16 agricultores responderam que não tiveram problemas para saldar as dívidas com o financiamento de crédito investido. No entanto, 15 agricultores responderam que tiveram algumas dificuldades, pois a safra de 2004 foi prejudicada pela estiagem e sua produção ficou comprometida para o pagamento da dívida.

3.2.1.4 Categorias de Produtores no Município de Francisco Beltrão

No município de Francisco Beltrão, a categoria predominante na atividade rural é a familiar que, esporadicamente, contrata diaristas ou mesmo recorre à parceria no processo produtivo. Segundo Tavares dos Santos (1978), este fato ocorre quando o número de pessoas das famílias não é suficiente para determinados momentos do ciclo agrícola, principalmente quando se exige maior rapidez no plantio ou colheita.

No município de Francisco Beltrão, especificamente, verificou-se que ocorreu variação, quanto ao pessoal ocupado na área rural, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995-1996, em relação aos anos anteriores. O ano em que houve maior variação foi 1975, quando o pessoal ocupado praticamente dobrou; depois o número tornou a cair¹³. Relacionando-se apenas os Censos Agropecuários de 1970 e 1995-1996 há uma redução no pessoal ocupado de 29,7%. E comparando-se o Censo Agropecuário de 1985 e 1995-1996, 33,5%, evidenciando uma significativa diminuição no pessoal ocupado do meio rural.

¹³Pessoal ocupado é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como sendo todas as pessoas, com ou sem remuneração, que executam trabalhos ligados às atividades dos estabelecimentos rurais.

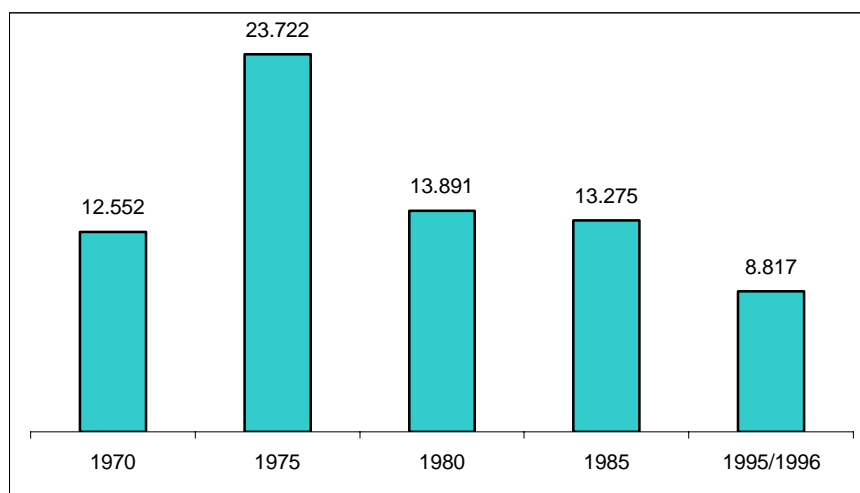


Gráfico 8 – Total de pessoal ocupado em Francisco Beltrão

Fonte: Dados dos Censos Agropecuários 1970/1975/1980/1985/1995-96, organizados pela pesquisadora.

Um fator importante para a diminuição do pessoal ocupado foi a expansão do uso de maquinários facilitando o trabalho, o que ocasionou uma redução do emprego nas lavouras. Essa redução vem desde a década de 1970, ocorrendo em todo o país. No caso do Paraná, o contingente populacional rural até esta década superava o urbano. A economia, na época, segundo Moro (2001), era baseada no mundo rural, definida nos ciclos econômicos desde a mineração, tropeirismo, erva-mate, madeira e em último caso o café.

A pesquisa INCRA/FAO (2000), baseados nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 (ver Tabela 14) mostrou que o total de pessoal ocupado na agricultura era de 8.817 pessoas e destas, 91% estavam vinculados à agricultura familiar.

Tabela 14 – Pessoal ocupado em Francisco Beltrão – dados INCRA/FAO (2000)

Categorias	Número de Pessoas Ocupadas						
	Total	Familiar Maior 14 anos	Familiar Menor 14 anos	Parceiros	Empregados Permanentes	Empregados Temporários	Outra Condição
TOTAL	8.817	7.341	753	491	45	111	76
Total Familiar	8.027	7.043	743	105	26	57	53
Patronal	737	272	9	372	17	54	13
Instituições Religiosas	26	13	0	3	0	0	10
Entidades Públicas	27	13	1	11	2	0	0
Não Identificado	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*

Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Fonte: Convênio INCRA/FAO (2000), adaptado pela autora.

No que se refere à mão-de-obra ocupada na propriedade, todos os agricultores familiares questionados declararam que é essencialmente familiar, ou seja, a realização do trabalho pelos membros da família. No entanto, das 40 famílias 2 são parceiras e 4 rendeiras. Um dos agricultores formalizou o contrato de arrendamento, com a intenção de obter o bloco do produtor, conforme mencionado anteriormente. Outro agricultor, que declarou ser rendeiro, porém, mora na propriedade do pai, não possui contrato de arrendamento e também não paga o aluguel das terras. Os outros 2 agricultores rendeiros recebem 20% da produção como renda de 10,90 ha e 7,26 ha respectivamente. Os 2 agricultores parceiros cultivam uma área de 4,84 ha cada um dividindo a produção com o proprietário da mesma.

Diante dessas questões percebeu-se que os agricultores se caracterizam como familiares, pois se enquadram na definição afirmada pela organização sindical e governo federal. Por esta definição as propriedades são gerenciadas pela família em áreas de propriedades pequenas e apresentam diversidade da produção. No que se refere à durabilidade dos recursos naturais, este ponto está sendo discutido amplamente e com propostas à conversão para a agroecologia. Entretanto, esta proposta é almejada em longo prazo, haja vista a resistência ao atual modelo de desenvolvimento pautado na mecanização.

Diante das assertivas acima, confirmou-se que a agricultura familiar é a categoria mais representativa no município de Francisco Beltrão, sendo assim também é organizada e representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

4 O SINDICALISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

O sindicalismo rural no município de Francisco Beltrão teve como embrião os conflitos sociais gerados pela política de expansão da fronteira. Incentivada pelo governo federal, essa política desencadeou, em 1957, a luta pela posse da terra por parte dos agricultores (TORRENS, 1993).

De acordo com Torrens (1993), naquela época não existiam estruturas organizativas de representação dos interesses dos agricultores. Dessa forma, abriram-se espaços para que segmentos sociais urbanos (militantes políticos, profissionais liberais e comerciantes locais) se configurassem, no momento final do conflito, como mediadores dos agricultores.

A revolta organizada pelos colonos tinha o objetivo de libertar os agricultores dos confrontos com os jagunços das Companhias que agiam na mesorregião Sudoeste, além de legitimar as posses das terras anteriormente doadas pela CANGO.

Conseguido o objetivo imediato: a certeza da posse de suas terras, voltam para casa, onde vão continuar a trabalhar duramente, a criar seus filhos, pagar honestamente suas contas e eventualmente deixar de ser pequena burguesia. Não há, no final da revolta, o menor indício de criação de uma estrutura nova e permanente de poder, a partir da iniciativa dos colonos. Pelo contrário: o mundo parece voltar a se ordenar e os passos seguintes voltarão a ser dados por 'mediadores' que os colonos não escolheram mas que se *autonomearam* defensores dos fracos e oprimidos: os partidos políticos da oposição (FERES, 1990, p.514 – grifo nosso).

Aponta-se que os agricultores conduziram a luta até a expulsão dos jagunços e das Companhias que atuavam na mesorregião. A partir do momento em que a luta é travada em mesas de conferências políticas ou dos órgãos estatais, os agricultores perderam a posição de condutores do processo (FERES, 1990).

No entanto, no início dos anos 1960 a Igreja Católica começa a se manifestar no município de Francisco Beltrão com um grupo de profissionais liberais e agricultores. A finalidade era desenvolver um trabalho de reflexão a respeito da doutrina social da Igreja e de organização dos pequenos agricultores da região

Sudoeste. O propósito disso era fortalecer a capacidade de intervenção da igreja Católica junto ao poder público e às estruturas de poder regional (TORRENS, 1993).

Um grupo de missionários belgas, ligados à Congregação dos Missionários do Sagrado Coração, buscava a renovação da ação pastoral da igreja. Desse modo, promovia a formação de grupos de catequese, bem como incentivava o sindicalismo e o cooperativismo (TORRENS, 1993).

Os missionários belgas, profissionais liberais e agricultores no município de Francisco Beltrão se organizaram e fundaram a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), em 1966, mesmo já tendo sido fundado, em 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que logo foi absorvido pelo sindicalismo rural oficial.

No caso particular do movimento sindical, as práticas assistencialistas e o atrelamento ao Estado levaram as direções dos STRs a se afastarem de um trabalho político de representação legítima dos interesses dos trabalhadores rurais (TORRENS, 1993, p.11).

O trabalho realizado pela ASSESOAR e pelos religiosos nas comunidades rurais, com o fim de incluir a população carente no processo de desenvolvimento econômico e social, incentivava a organização e o processo de intervenção junto ao Estado. Aconteciam reuniões semestrais com representantes das comunidades atendidas pela associação para discutir sobre problemas técnicos e de política agrícola; também eram promovidas celebrações litúrgicas e atividades recreativas (FERES, 1990).

A sede da ASSESOAR em Francisco Beltrão, município central na mesorregião Sudoeste, transformou-se em ponto de referência regional de reuniões e planejamentos pastoral, técnico e político. “Como uma grande família, lideranças locais de toda a região, criavam uma rede de atividades que transformaram o Sudoeste numa plataforma exemplar de ação comunitária camponesa” (FERES, 1990, p.540).

Segundo Torrens (1993), as discussões travadas pela ASSESOAR e os agricultores da mesorregião Sudoeste eram referentes ao descontentamento com relação à gestão das cooperativas que estavam sob a estrutura de empresários regionais. Além disso, os efeitos negativos da migração para as regiões Centro-

Oeste e Norte do país, que geravam como consequência o assalariamento. Esses fatos tinham ligação direta ao processo de modernização vigente no país.

Em todo o país, embora em algumas unidades da federação de forma mais intensa que em outras, a partir do final dos anos 1960 o processo de modernização da agricultura passa a gerar conflitos. De acordo com Ferreira (1987), a retomada do país no processo de crescimento econômico acelerado, adotando medidas que viabilizassem tal situação, conduziu à extrema concentração da renda no meio rural e da propriedade da terra, concomitante às duras alterações nas relações de trabalho que passaram a ser marcadas pelo assalariamento contínuo do pessoal ocupado na agricultura. Neste sentido, a modernização da agricultura vem para privilegiar a agricultura empresarial, altamente dependente de tecnologias.

A partir do final da década de 60 e com maior vigor durante a de 70, a agricultura paranaense entra no processo de sua modernização. Modernização considerada parcial, conservadora e dolorosa. Parcial porque limitou-se a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não respondeu com a tradicional concentração fundiária, isto é, da posse da terra. Dolorosa porque concorreu para expoliar no campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural e a miséria (MORO, 2001, p.91).

Contudo, essa modernização não ocorreu em todas as regiões do país; assim como no Paraná não foi homogênea nem em abrangência geográfica, nem na produção. Influenciou nas décadas de 1960 e 1970 na região Norte do Paraná com a atividade cafeeira, nas demais regiões do Estado suas ações foram mais intensas na década de 1980.

A modernização da agricultura, como se sabe, constitui-se em mudança na base técnica, cujos indicadores são o uso de tratores, adubos químicos, defensivos e sementes selecionadas. Com isso, trabalhadores assalariados são dispensados de propriedades rurais, pois os tratores e os defensivos agrícolas fazem o trabalho deles.

O avanço tecnológico no Paraná, na década de 1970, é representado pelo aumento substancial no número de máquinas agrícolas e insumos modernos, variando 328% o número de tratores durante a década. Dessa forma,

aumentou a densidade da área por unidade de trator de 183 ha/trator para 64 ha/trator, em 1980 (FERREIRA, 1987),

Essas questões refletiram profundamente na estrutura agrária do estado. Houve a redução dos estabelecimentos com menos de 20 ha em -24,2%. Neste sentido, registrou-se um processo de concentração fundiária em que a área na posse destes estabelecimentos decresceu em -22,6%, ao passo que a área do estrato dos estabelecimentos com mais de 500 ha cresceu 43,8% (FERREIRA, 1987).

De acordo com Martine (1991), esse processo ocorreu provocado, principalmente, pelo crédito agrícola subsidiado, que induziu os agricultores à utilização de insumos e práticas de um padrão de modernização muito elevado. Assim, a distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma grande divisão do trabalho. Este por sua vez, proporcionou às maiores propriedades em terras melhores, o acesso ao crédito, subsídios, assistência técnica e outros benefícios como a exportação ou a industrialização. No entanto, os pequenos produtores menos capitalizados ficaram com as terras menos férteis, usando técnicas tradicionais com a exploração de mão-de-obra familiar. Deste modo, subsistem e/ou produzem um pequeno excedente para comercialização nos mercados urbanos, mas devido à baixa produção, os preços também são baixos.

Diante dessa situação, o pequeno produtor familiar corre o risco de perder a propriedade para o banco, em decorrência de dívidas contraídas na esperança de melhorar o nível de produtividade.

De acordo com Ferreira (1987), justamente as políticas de crédito, bem como subsídios mais diversificados foram introduzidos na tentativa de ampliar a capacidade de investimentos dos produtores brasileiros, incluindo os pequenos para influenciar na disponibilidade de exportação e de desenvolvimento do país. Portanto, “[...] o processo de modernização da agricultura, na sua dinâmica interna, produz mecanismos capazes de alterar profundamente os componentes sócio-espaciais que presidem a organização da estrutura do espaço agrário regional” (MORO, 2001, p.97).

No Paraná, esse processo de desenvolvimento capitalista no campo, caracterizado pela integração da agricultura ao capital oligopolista-industrial, pela tecnificação das atividades agrícolas, concentração de terras e assalariamento rural, deu-se no período de economia em expansão, de 1969 a 1973 (FERREIRA, 1987).

Segundo Silva e Reich (S/D), no final da década de 1970, iniciam-se movimentos de oposições sindicais no campo, devido a três fatores: o início da abertura política do regime militar; a necessidade de encarar os problemas provocados pelo modelo de desenvolvimento implementado pelo governo militar na agricultura (modernização conservadora); e a ação desenvolvida pela igreja com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Preparados pelas instituições, organizaram-se nas chamadas “[...] oposições sindicais – grupos de agricultores que, mesmo nos intervalos de três anos entre uma eleição sindical e outra, procuravam manter-se articulados” para lutar contra o sindicalismo atrelado ao Estado (TORRENS, 1993, p.12).

Assim, os agricultores familiares na mesorregião Sudoeste, especialmente no STR de Francisco Beltrão, instruídos pelas ações implementadas pela ASSESOAR, passaram a questionar o papel dos sindicatos, na época atrelados ao Estado, com direções que atuavam coniventes com o assistencialismo e com o sistema de crédito rural que iludia os agricultores forçando-os a abandonar suas propriedades (TORRENS, 1993).

Organizados, no ano de 1972, fizeram a primeira tentativa de ganhar as eleições do STR de Francisco Beltrão, porém, as manobras judiciais que a antiga diretoria impunha impediram que a chapa articulada pela ASSESOAR obtivesse o registro na Delegacia Regional do Trabalho. Perseverando a articulação, os agricultores investiram novamente para as eleições de 1975, porém, mais uma vez, não puderam registrar a chapa de oposição porque o Ministério do Trabalho não aprovou os nomes desta (TORRENS, 1993).

Naquela época, a formação das oposições sindicais era considerada uma ação pioneira no campo, devido à diferença de organização em relação aos agricultores familiares. Essa diferenciação se deve à ação dos setores da igreja católica, articulada com a ASSESOAR, nas reuniões de conscientização dos agricultores.

Outra instituição que fortaleceu a organização dos agricultores nesse período foi a CPT. Apoiada pela ASSESOAR, a pastoral constituiu uma organização que propagava e reelaborava alguns parâmetros de ação sindical, baseados na combatividade, na democratização da estrutura sindical, opondo-se ao sindicalismo de Estado.

Essa atuação foi fundamental para a mudança de base no sindicalismo rural na mesorregião Sudoeste, pois conscientizava agricultores, transformando-os em lideranças locais. No entanto, o novo Bispo de Palmas, que respondia pela mesorregião Sudoeste, passou a questionar a atuação de uma entidade leiga voltada para a formação e conscientização religiosa, de modo que a hierarquia da igreja tencionava as relações com a ASSESOAR.

A partir daí, a associação vai mudando seu foco de atuação religiosa, rompendo com a igreja católica e assumindo a organização dos agricultores nos planos econômico e político. Como resultado de suas ações, criou-se o laboratório de análise de solos, em 1970; efetivou-se a formação de monitores agrícolas, em 1972; e foi consolidado o incentivo à criação de grupos de oposição sindical em toda a mesorregião (TORRENS, 1993).

Assim, graças à intervenção da ASSESOAR, da CPT e de alguns setores da igreja católica, formaram-se lideranças, as quais se organizaram as oposições sindicais conflitando-se aos sindicatos que agiam de forma assistencialista. Segundo Ferreira (1987), isso ocorreu em 25% dos sindicatos do Estado, principalmente no Oeste e Sudoeste paranaense, onde se conseguiu implantar um sindicalismo combativo, mudando a concepção que este tinha até então.

No setor sindical, as *oposições*, nascidas durante a ditadura e semi-clandestinas, lançavam-se na campanha aberta pela democratização da estrutura sindical. Pleiteavam a autonomia sindical em relação ao Estado, o combate à tradição assistencialista e corporatista (*sic*) dos sindicatos tradicionais e denunciavam o caráter colaboracionista e corrupto das lideranças sindicais submissas à ditadura (FERES, 1990, p.541 – grifo do autor).

O atrelamento ao Estado e a política modernizante vigente, e apoiada pelas diretorias dos sindicatos, incomodava os agricultores. Assim, as propostas das organizações assumidas pelas oposições sindicais eram de um sindicalismo voltado para a defesa dos trabalhadores.

Propunham um *sindicalismo de base*, comprometido com a prática diária dos trabalhadores e capaz de traduzir essa prática na luta política global. Pleiteavam, portanto: uma mudança radical da estrutura e da prática sindicais, e, ao mesmo tempo, a necessidade de criação de um canal de manifestação dessas mudanças no quadro dos partidos políticos nacionais (FERES, 1990, p.541 – grifo do autor).

A atuação da oposição sindical no município de Francisco Beltrão se concretizou somente no ano de 1978. De acordo com Torrens (1993), a oposição venceu as eleições do STR, tornando-se referência no movimento sindical rural para toda a região Sul do Brasil, devido às afinidades com as proposições do “novo sindicalismo”.

4.1 A GÊNESE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Francisco Beltrão foi fundado no ano de 1963, com 504 sócios, de acordo com o levantamento documental realizado na sua sede.

O edital de convocação para tratar da fundação do “Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão” foi publicado em 23 de maio de 1963, assinado pelos denominados “[...] produtores autônomos (pequenos proprietários e arrendatários e trabalhadores rurais autônomos, que explorem atividades rurais, sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva)” (EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ver anexo C). O mesmo edital convocava para a assembléia do dia 23 de junho de 1963, que trataria da fundação do sindicato, da legalização e da eleição da diretoria. Na ata de fundação, correspondente à data acima mencionada, há a descrição da ordem do dia: “1) fundação do sindicato e seu pedido de registro e conseqüente investidura sindical; 2) aprovação dos estatutos sociais; 3) eleição da diretoria provisória; 4) contribuição” (ATA DE FUNDAÇÃO – ver anexo D).

Anterior ao edital já se configurava uma diretoria provisória que articulava as intenções de fundar o sindicato. No grupo foi significativa a presença de sacerdotes missionários que atuavam na mesorregião pregando e organizando os agricultores (TORRENS, 1993).

Na ata de fundação há o registro do pronunciamento de um dos sacerdotes sobre a necessidade de criação do sindicato para a classe.

Falou, então, o Sr. Revmo. José Caekelbergh, um dos principais propugnadores da idéia de fundação do sindicato, o qual passou a fazer uma detalhada exposição sobre (*sic*) a conveniência da fundação de uma entidade de classe nos moldes da qual é projetada através da presente reunião, chamando a atenção dos presentes para as vantagens que decorreriam dessa iniciativa em favor dos lavradores aqui congregados, atualmente ao desamparo da proteção que somente (*sic*) órgãos dessa natureza podem proporcionar (ATA DE FUNDAÇÃO – Anexo D).

A ata registra que com a fundação e reconhecimento do Ministério do Trabalho a entidade sindical se enquadrava no Decreto-lei Nº. 7.038 de 10 de novembro de 1944, que regulamentava de maneira formal a sindicalização rural e a atrelava à estrutura sindical oficial definida pela CLT (COLETTI, 1998).

Tais informações demonstram o caráter legalista expresso no ato de fundação do sindicato. Embora o grupo organizado tenha sido incentivado por um sacerdote ligado ao grupo de missionários belgas que trabalhava na região com o fim de melhorar a condição de vida dos agricultores, o sindicato teria o caráter do sindicalismo oficial rural.

No entanto, como se sabe, a prática sindical oficial da época era assistencialista, atrelada ao Estado. Assim, os estatutos sociais eram padronizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o que foi registrado na ata de fundação, e de que, portanto, não haveria necessidade de se debater ponto por ponto. O estatuto social foi aprovado com conteúdo integral.

Naquela conjuntura diríamos que era impossível fugir da lógica assistencialista, primeiro porque, como já observado, era uma imposição do Estado, segundo porque os trabalhadores rurais, até aquele momento excluídos do sistema previdenciário oficial, reivindicavam esse benefício (COLETTI, 1998, p.86).

A diretoria do sindicato, formada por presidente, secretário, tesoureiro e suplência foi eleita na mesma assembléia, bem como, ocorreu a votação para decidir o valor da contribuição sindical.

No mesmo dia da fundação do sindicato foram elaborados ofícios e encaminhados à Delegacia Regional do Trabalho com sede em Curitiba, com a finalidade de obter reconhecimento e investidura sindical. Além disso, encaminhou-se, igualmente, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, ofício para que o

mesmo reconhecesse o sindicato nos termos da lei Nº. 7.038 e portaria Nº. 355-A de 20/11/1962.

A solicitação realizada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social com relação à lei, era sobre a formalidade do sindicato. Além disso, a referência à portaria Nº. 355-A era, necessariamente, para legitimar o sindicato, pois, o STR de Francisco Beltrão foi criado por “produtores autônomos”, os quais se caracterizavam pelo trabalho familiar ou coletivo. A portaria agregava os produtores autônomos aos sindicatos oficiais de trabalhadores agrícolas, por isso, havia necessidade do reconhecimento do Ministério do Trabalho para o sindicato ter legalidade no município.

Assim, a carta sindical de reconhecimento foi deliberada no ano de 1964, quando o sindicato já tinha 1.600 sócios. Posteriormente, em 1971, com o decreto-lei Nº.1.166 que definiu como “trabalhador rural” tanto os assalariados rurais quanto os pequenos proprietários rurais, o Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão passou a se denominar Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs).

No mesmo ano de criação, a diretoria do sindicato organizou rapidamente o livro caixa e contratou-se um contador para gerir as contas; além disso, foi determinado que se encaminhassem cadernos de cobrança aos sócios nas delegacias organizadas do município.

Na época, de acordo com os documentos analisados na sede do STR, a organização dos agricultores estava distribuída em delegacias sindicais em várias comunidades rurais. Havia 19 delegacias, as últimas sendo criadas em 1964. Algumas das delegacias representavam outros municípios da mesorregião Sudoeste como: a de Nova Esperança, a de Salto do Lontra e a de Jaracatiá (Enéas Marques).

Para se constituir, as delegacias deveriam ter 50 novos sócios, devendo se inscrever nos cadernos dos sócios. Distribuía-se os talões de cobrança da mensalidade aos delegados, para que fosse arrecadada a contribuição sindical dos agricultores.

Diante do verificado nas atas de reuniões do sindicato, parece que na época a organização do mesmo era apenas para a legitimação da entidade perante o Estado. Não foram verificados registros de reivindicações ou solicitações dos agricultores por melhores condições de trabalho, produção ou comercialização.

Além disso, a mesma diretoria permaneceu respondendo pela entidade sindical até o final da década de 1970.

Na sede sindical existia um consultório odontológico, bem como, em uma ata de reunião regional dos sindicatos, registrou-se que o sindicato de Francisco Beltrão havia conseguido uma Casa Rural, que estava funcionando, e um agrônomo que se destinava a atender os casos pertinentes ao seu ramo (ATA, 10 de junho de 1964): registros que evidenciam o caráter assistencialista do sindicato.

Essa atuação – atendimento na área odontológica, contratação de profissionais como agrônomos e veterinários – também se dava nos sindicatos vizinhos a Francisco Beltrão, conforme registram as atas.

Há registro de que “[...] todos os sócios fizeram as fichas cadastrais e a Carteira de Crédito Agrícola Industrial no Banco do Brasil S/A em Pato Branco [...]” (ATA DA REUNIÃO DOS PRESIDENTES... 24/11/1964 – Anexo E). Em vista disso, observa-se que os sindicatos também incentivavam a “modernização” dos agricultores, que tomavam empréstimos do Banco do Brasil para introduzir insumos e tecnologias nas suas propriedades.

Percebeu-se, ainda, nos documentos examinados, que o sindicato atuava conforme as determinações do Estado, contudo, sem ações que pudessem alterar a ordem das relações de trabalho, ou sociais no município. A época vivida era de ditadura militar, desta forma as práticas sindicais eram de precaução, em que, o presidente representava a ação do Estado na área de abrangência do sindicato, pois administrava recursos de benefício público. Os benefícios públicos eram representados pelos consultórios médicos e odontológicos sediados nos sindicatos, que atendiam parte dos agricultores.

[...] a extrema prudência da prática sindical baseada no “envio de correspondências” às autoridades competentes; os presidentes “quase vitalícios” dos sindicatos oficiais, cada vez mais distantes da realidade do trabalho no campo, sendo transformados numa espécie de “autoridade local” graças aos recursos *públicos* que administram; o clientelismo decorrente da manipulação de tais recursos; tudo isso propicia condições extremamente favoráveis para que as entidades sindicais convertam-se em agências de representantes dos interesses governamentais no interior do movimento sindical (COLETTI, 1998, p.82 – grifo do autor).

Portanto, o sindicato de Francisco Beltrão foi enquadrado no sindicalismo rural oficial, igualmente a todos os sindicatos do Brasil, paralisados diante da política autoritária.

Através das informações coletadas nos documentos, também se verificou que na época havia uma articulação entre os municípios com sindicatos recém-criados. Tal constatação foi averiguada na ata de 10 de junho de 1964, intitulada “Ata da reunião realizada dia 10 de junho na sede do Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Francisco Beltrão”. Nela havia o relatório das atividades de 07 (sete) municípios vizinhos, todos com sindicatos recém-criados com o apoio e incentivo do sindicato de Francisco Beltrão. Registrou-se que havia a articulação de um movimento que coordenava e organizava os sindicatos, chamado Movimento de Orientação Rural (MOR).

De acordo com Coletti (1998), existiam na época várias forças que incentivavam, porém, disputavam entre si, o maior número de sindicatos oficiais: a igreja católica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP). Essas três forças tinham funções diferentes diante do sindicalismo oficial. A igreja justificava a criação dos sindicatos oficiais para isolar os agricultores dos comunistas e das ligas camponesas. Já para os líderes do PCB a organização dos sindicatos oficiais tinha o papel de conscientizar o proletariado no processo de transformação social. Para a AP havia a proposta inicial de conscientização dos trabalhadores, no entanto, após 1963, preocupou-se em criar o maior número possível de sindicatos oficiais.

Em Francisco Beltrão, as ações do setor ligado à Teoria da Libertação da Igreja Católica, da CPT e da ASSESOAR levavam aos agricultores a indicação de organização em torno de uma nova proposta para o sindicalismo rural. Buscavam conscientizá-los da necessidade de luta contra a atuação das

cooperativas que exerciam práticas prejudiciais ao cotidiano dos agricultores. Além disso, havia os efeitos negativos da imigração e do assalariamento urbano; a questão dos jovens agricultores que não tinham acesso a terra; problemas decorrentes da modernização da agricultura e a migração para regiões com expansão de fronteira agrícola (TORRENS, 1993),

Conforme Silva e Reich (S/D), a abertura política do regime militar, a luta contra os efeitos da “modernização” da agricultura fizeram com que as entidades católicas mudassem a conscientização dos agricultores pelos quais os STRs deveriam amparar e lutar.

Assim, os agricultores fizeram tentativas de mudança de base sindical em Francisco Beltrão nos anos de 1972 e 1975, porém, fracassaram; em 1978, melhor articulados, como ‘oposições sindicais’, ganharam as eleições. As informações obtidas pelo presidente eleito das oposições sindicais na época demonstram que o sindicato havia surgido por causa da estratégia estatal, pois não atendia as necessidades dos agricultores.

A partir de 1978, o sindicalismo rural tomou novos rumos. De acordo com Torrens (1993, p.13), o sindicato de Francisco Beltrão se tornou “[...] ‘um pólo de referência do movimento sindical rural em toda a região Sul’, na medida em que foi o primeiro STR a ser conquistado pelos segmentos afinados com as proposições do chamado ‘novo sindicalismo’”. Assim, passou a atuar no município e na região de forma articulada com os outros sindicatos, ganhando força e respaldo em suas reivindicações.

4.2 O STR DE FRANCISCO BELTRÃO E SUAS LUTAS APÓS 1978, ARTICULADO COM OS SINDICATOS DA MESORREGIÃO

O novo sindicalismo rural iniciado pelo STR de Francisco Beltrão se espalhou por toda a mesorregião Sudoeste do Paraná e região Sul do Brasil, organizando os agricultores em diversos movimentos desde 1978.

As funções do sindicato passam a ser organizar, defender e representar os agricultores, e também os trabalhadores assalariados. Pois, pelo decreto-lei N°.1.166 de 1971, os agricultores tinham sido enquadrados como

“trabalhadores rurais”, podendo contar com a ajuda de terceiros. A partir do referido Decreto-Lei o STR tinha o dever de amparar todas as categorias de trabalhadores rurais: assalariados, pequenos arrendatários, parceiros, posseiros, e pequenos proprietários (COLETTI, 1998). Desta forma, o STR de Francisco Beltrão, junto com outros sindicatos da região, obteve condições subjetivas e objetivas para dar origem a diferentes protestos contra a política agrícola do governo federal (TORRENS, 1993).

Uma das lutas daquele momento referia-se aos suinocultores. De acordo com Ferreira (1987), a política agrícola de comercialização suína era negativa. Os produtores haviam respondido aos incentivos do governo, modernizando a sua produção e aumentando os resultados. Porém, surgiu a “peste suína africana”, doença que fez com que a comercialização com o mercado externo fosse paralisada. Em conseqüência, agravou-se o processo de empobrecimento dos suinocultores, os quais eram pequenos proprietários, agricultores familiares.

Contudo, para Morissawa (2001), a referida peste foi uma farsa, incentivada nacionalmente para forçar os suinocultores a inovarem a raça do plantel. Além disso, fez com que os produtores vendessem a sua produção com preços abaixo do custo de produção, levando muitos deles à falência.

Em decorrência desta problemática, os suinocultores, junto com a CPT e os sindicatos, começaram uma organização que discutia e elaborava documentos que foram encaminhados às autoridades. As reivindicações básicas eram: o controle do preço dos insumos e dos medicamentos; fixação do preço mínimo do quilo do suíno acima de 30% do valor que estavam comercializando na época; revisão das regras de financiamentos para suinocultura e; uma reformulação do sistema tributário de imposto de renda para os suinocultores, distinguindo-os de outros profissionais, não-agricultores, que se dedicavam à suinocultura como atividade complementar (FERREIRA, 1987).

A atitude do sindicato de Francisco Beltrão e dos outros da região que atuavam de forma articulada foi de iniciar mobilizações para concretizar suas reivindicações. De acordo com Ferreira (1987), essas reivindicações começaram a repercutir no Sudoeste do Paraná e se estenderam ao Oeste Paranaense. Também, mantiveram-se ligações por meio da CPT e outras entidades com os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As reivindicações não foram atendidas pelos órgãos oficiais do governo, de forma que os agricultores resolveram promover concentrações nos três estados.

De acordo com Ferreira (1987), em 15 de outubro de 1980, aconteceram manifestações organizadas pelos STRs em Francisco Beltrão/PR, em Chapecó/SC e em Encantado/RS, chegando a reunir 8 mil suinocultores no Paraná, perfazendo cerca de 30 mil nos três estados.

No entanto, sem terem suas reivindicações atendidas, os agricultores elaboraram outro documento com prazo para a resposta das autoridades. Além disso, os suinocultores decidiram boicotar o mercado, não venderiam mais a produção, não comprariam mais insumos e continuariam com o trabalho de conscientização dos produtores. Ainda, se as solicitações não fossem atendidas no prazo, haveria a continuidade da greve de comercialização, bloqueios de estradas e entradas de frigoríficos, cerco às agências do Banco do Brasil, em Francisco Beltrão e em Dois Vizinhos, e a realização de uma caravana de ônibus para Brasília (FERREIRA, 1987).

O prazo que os produtores deram ao governo chegou ao final com a proposta do preço, o qual era insatisfatório para os suinocultores. Desse modo, as pressões pensadas pelos manifestantes foram postas em prática. De acordo com Ferreira (1987, p.34), foram realizados bloqueios de estradas no Sudoeste do Paraná, bloqueios das entradas de frigoríficos na região Oeste, e “[...] com estas atividades os suinocultores efetuaram uma efetiva ‘greve’ de comercialização de suínos, não deixando passar nenhum suíno vivo ou produtos industrializados”.

Porém, o movimento dos agricultores articulados pelos sindicatos, CPT, ASSESOAR, também com a participação da CONTAG e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) foi considerado ilegal. Para reprimi-lo, foram enviadas tropas do exército ao Sudoeste e Oeste do Paraná dissolvendo os bloqueios e os sindicatos ficaram encarregados de negociar com o governo. As negociações foram positivas para os suinocultores, pois obtiveram a inclusão do preço do quilo da carne do suíno na política de preços mínimos; campanha para o aumento do consumo da carne; e a vigilância sanitária viria a atuar a fim de melhorar a qualidade, para recomeçar a exportação da carne (FERREIRA, 1987).

Segundo Bittencourt (2000), os sindicatos foram responsáveis pela organização das ações realizadas, sendo um marco na “conscientização” dos agricultores familiares da região Sul do Brasil. Pode-se dizer que foi a primeira ação efetiva de luta do sindicalismo combativo iniciado em 1978. A partir daí os agricultores, em conjunto com os sindicatos, estavam fortalecidos para fazer outras reivindicações que marcam a trajetória do sindicalismo rural.

A segunda manifestação dos sindicatos se consolidou por condições de comercialização e produção, também dos suínos. Desta vez, era pela comercialização, ou seja, pela forma de pagamento que os produtores recebiam ao comercializarem seus produtos, que se dava com Notas Promissórias Rurais. Os produtores buscaram na CPT e nos STRs sua defesa; vez em que participaram também os Sindicatos Patronais, as Cooperativas e a Associação Paranaense de Suinocultores – APS. O resultado das manifestações realizadas foi positivo, pois os produtores não precisaram mais receber em Notas Promissórias (FERREIRA, 1987).

De acordo com Torrens (1993), além das lutas por comercialização do suíno, havia também lutas contra os indeferimentos dos pedidos do Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO)¹⁴, por parte dos sojicultores e fumicultores.

Segundo Ferreira (1987), foi no Sudoeste do Paraná que surgiram as primeiras discussões sobre o PROAGRO e as tentativas de reações conjuntas. Assim, no ano de 1982 os agricultores procuraram os STRs da mesorregião Sudoeste para tratar do indeferimentos do referido programa, pois a safra havia ficado prejudicada. A alegação sobre os indeferimentos era de que a área plantada não correspondia à declarada e pela falta de técnicas exigidas.

Novamente, a atitude dos STRs foi de atuar nas discussões com o governo e junto aos técnicos do Banco do Brasil, para que fossem estudados caso a caso os pedidos de PROAGRO, a fim de beneficiar os agricultores prejudicados nas safras pelas condições climáticas.

¹⁴O PROAGRO é um seguro acionado pelos agricultores quando sua produção é atingida por problemas climáticos.

Além da questão da comercialização, as lutas dos STRs na região se concentraram na conquista de terra. De acordo com Torrens (1993), essa luta se organizou por meio do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) e pela articulação das primeiras ocupações das Fazendas Annoni, em 1983, no Município de Marmeleiro, e da Fazenda Imaribo, em 1984, no município de Mangueirinha.

De acordo com Torrens (1993), as ocupações eram apoiadas por todos os sindicatos da região. Visavam tanto à desapropriação de áreas improdutivas, quanto à regularização dos conflitos fundiários, a exemplo de uma área de 57.000 ha desapropriada para fins de regularização fundiária nos municípios de Francisco Beltrão e Marmeleiro.

Naturalmente, foram se abrindo novos espaços de atuação para os sindicatos alinhados com o novo sindicalismo rural. Dessa forma, ocorreu o fortalecimento deste segmento sindical. Com o pretexto de organizar os agricultores sem terra, os sindicatos conseguiam articular as oposições sindicais nas áreas de atuação dos sindicalistas “pelegos”, e assim ampliavam seu movimento. A organização dos sindicatos em torno das lutas dos sem-terras foi se consolidando como a principal atividade de luta de vários sindicatos. Questão que deixou as reivindicações dos agricultores com relação à política agrícola para um segundo plano de lutas. No entanto, com a criação da CUT, em 1983, e a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, o sindicalismo rural voltou a pensar a sua prática política e de modo amplo na estrutura sindical que se sustenta (TORRENS, 1993).

As lutas dos agricultores foram contínuas e, em 1987, ocorreram outras manifestações contra as normas impostas pelos bancos que cobravam correção monetária sobre os empréstimos de investimentos contratados nos anos anteriores, igualmente à política de preços mínimos aplicada pelo governo federal. Assim, os agricultores se ampararam nos sindicatos que negociavam a moratória para as dívidas, as suspensões das execuções judiciais, a extinção do PROAGRO com a criação de um seguro que indenizasse pelo custo real da produção e a concessão de financiamentos de créditos para agricultores que possuíam menos de 5 módulos rurais (TORRENS, 1993).

As ações dos sindicatos para essas reivindicações se consolidaram em assembléias gerais em treze municípios da mesorregião Sudoeste, com

passatas, audiências públicas, bloqueios de rodovias entre outras manifestações. De acordo com Torrens (1993, p.18), “[...] em 1988, retomaram-se tais mobilizações e, dessa vez, os agricultores da região contribuíram para que se conquistasse, a nível nacional, a anistia dos financiamentos bancários”.

Assim, no final dos anos 1980 as lutas dos agricultores familiares por políticas agrícolas desencadearam outras reivindicações, como a melhoria no atendimento à saúde e à previdência social, também pelo direito da mulher agricultora. Conquista importante foi a aposentadoria para os agricultores familiares, para a mulher aos 55 anos e para o homem aos 60 anos. Claro que essas conquistas se concretizaram com a Constituição de 1988, no entanto, realizaram-se pela luta empreendida pelos STRs ligados à CUT.

As organizações sociais do campo cumpriram papel importante também no processo das eleições de 1989, bem como nas emendas constitucionais feitas para a Constituição de 1988. No processo eleitoral os sindicatos contribuíram na propagação do perfil do parlamentar comprometido com os interesses dos agricultores. Além disso, o movimento sindical também contribuiu na obtenção de assinaturas para as “emendas populares”, como da Reforma Agrária, da política agrícola diferenciada para os agricultores, da Previdência Social (aposentadoria) e da dívida externa (TORRENS,1993).

O papel fundamental exercido pelos STRs na vida dos agricultores familiares pode ser verificado pelas entrevistas realizadas junto a alguns sindicalistas da mesorregião Sudoeste e do município de Francisco Beltrão:

Nós tínhamos a história de que só o homem se aposentava e tinha duas classificações: o empregador rural que ganhava um salário mínimo e o trabalhador rural que ganhava meio salário mínimo naquela época e a mulher não se aposentava. Nós tivemos uma grande conquista, na constituição DE 1988 que a mulher passa a se aposentar aos 55 anos e o homem se aposenta aos 60 anos, passando a ganhar um salário mínimo da mesma forma que o empregador rural. Além de outros benefícios que foram conquistados: salário maternidade, auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho e assim por diante (ASSESSOR PARLAMENTAR)¹⁵.

¹⁵ Entrevista concedida à autora em 31 de julho de 2005.

Portanto, as lutas sindicais caracterizaram-se, fundamentalmente, pelo seu conteúdo de enfrentamento às políticas agrícolas do governo federal, embora as principais conquistas tenham ocorrido mais concretamente no campo político-organizativo do que no plano econômico (TORRENS, 1993).

4.3 A ATUAÇÃO DOS DIRIGENTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS DA MESORREGIÃO SUDOESTE E DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Dos 27 municípios que compõem a mesorregião Sudoeste do Paraná 24 possuem sindicatos ou associações articuladas entre si, incluindo o STR de Francisco Beltrão que se localiza centralmente, como ponto de encontro da organização sindical. Com o propósito de caracterizar os dirigentes sindicais desses municípios foram entrevistados, com questionário, 7 lideranças. Três deles distribuídos em municípios próximos de Francisco Beltrão, dois do município, um do município de Campo Magro-PR, o qual já foi presidente do STR de Francisco Beltrão e o Coordenador Geral da FETRAF-SUL/CUT, do Rio Grande do Sul.

O dirigente do município de Chopinzinho é Coordenador da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF), ligada à FETRAF-SUL e ex-presidente do STR daquele município. Mora na Comunidade de Capitel Santo Antônio, em Chopinzinho. O dirigente sindical do município de Nova Prata do Iguazu é o Secretário de Formação da FETRAF-SUL e ex-presidente do STR daquele município, residente na Comunidade de Ouro Fino. O dirigente do município de Salto do Lontra é o Presidente do STR, residente na Comunidade de 1º de Maio. Do município de Francisco Beltrão a dirigente entrevistada foi a presidente do STR, moradora da Comunidade Km 20. Outro dirigente entrevistado foi o ex-presidente do STR/FB, que atua na articulação sindical e é assessor parlamentar, residente na Comunidade de Linha São Marcos. O dirigente do município de Campo Magro-PR é o ex-presidente do STR de Francisco Beltrão e atual presidente do Sindicato do município, residente na Comunidade de Conceição dos Correia. Por fim, entrevistou-se também o coordenador Geral da FETRAF-SUL/CUT do município de Erechim-RS, residente na Comunidade de Dourado, Km 06.

Igualmente aos agricultores familiares pesquisados no município de Francisco Beltrão, em relação aos dirigentes sindicais foi investigado: naturalidade, tamanho da propriedade, produção e tecnologias de que dispõem. Além disso, pesquisaram-se, especificamente, questões relacionadas ao sindicalismo rural e a atuação que têm ou tiveram. Oportunidade em que se aproveitaram para reiterar as características da categoria dos agricultores familiares, demonstrando que os dirigentes sindicais apresentam as mesmas “características” dos agricultores familiares.

A faixa-etária dos dirigentes está entre 30 e 50 anos; quanto à escolaridade, 1 tem ensino fundamental incompleto, 3 têm ensino fundamental completo, 1 tem ensino superior incompleto e 2 têm ensino médio completo. Assim como a maioria dos agricultores da região, esses dirigentes também se deslocaram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, outros nasceram no Sudoeste do Paraná, porém seus pais vieram daqueles estados. Os motivos que fizeram esses agricultores se deslocarem foram: para acompanhar os pais, pois no estado de origem eram arrendatários e vieram para a mesorregião Sudoeste, para o município de Francisco Beltrão, a fim de melhorar a condição de vida (2 deles); para aumentar a renda da família, deslocando-se de Maringá-PR e indo morar em Salto do Lontra (1); pela ocupação profissional – o dirigente coordenador Geral da FETRAF-SUL/CUT, mudou-se do município de origem (Jacutinga-RS) para São Paulo/SP, por causa da função que passou a exercer na CUT Nacional (secretário nacional de formação), porém retornou para Erechim em 2001; três dos dirigentes nasceram no Sudoeste, um no município de Francisco Beltrão, outro no município de Nova Prata do Iguaçu, e o terceiro no município de Chopinzinho, mas são filhos de migrantes.

Em relação à propriedade, 2 são herdadas e compradas, 3 compradas, 1 comprada e arrendada e 1 herdada. Compõem-se por áreas entre 5 ha e 10 ha (5 propriedades) e entre 11ha e 20ha (2 propriedades). As atividades produtivas nas propriedades são: 3 com o cultivo de grãos e a produção leiteira; 1 com o cultivo de grãos, produção leiteira e fumageira; 1 com o cultivo de grãos, produção leiteira e fruticultura; 1 leiteira e olericultura orgânica e por fim uma propriedade com produção leiteira somente. Porém, as principais atividades produtivas que proporcionam renda são: 1 com cultivo de grãos como a soja e o

milho; 3 produção de leite; 1 fumiçultura; 1 produção de leite e produtos derivados de cana-de-açúcar e 1 grãos como milho, feijão e arroz (orgânicos).

A renda dos dirigentes está vinculada à propriedade, associada a recursos dos sindicatos ou federação para os quais estão “liberados”¹⁶. A renda da família é complementada com esses recursos da liberação, o valor varia entre R\$900,00 no caso da presidente do STR de Francisco Beltrão e R\$1.800,00 para o coordenador Geral da FETRAF-SUL/CUT. Essa é uma diferenciação em relação aos agricultores, pois os dirigentes não estão na dependência somente da produção, de modo que fica a cargo do marido, ou das esposas e filhos conduzirem o processo produtivo e de comercialização da propriedade. Estes desempenham o papel de gestoras e gestores da propriedade, no caso, cuidando principalmente da produção leiteira.

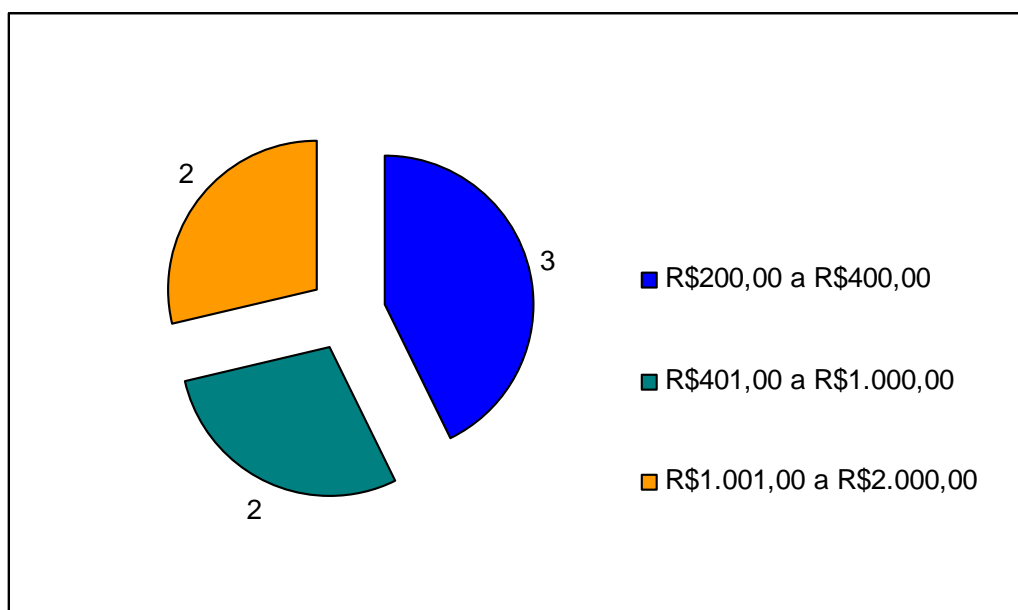


Gráfico 9 – Renda dos dirigentes sindicais associada à propriedade

Fonte: pesquisa de campo, outubro de 2005.

¹⁶O termo “liberado” indica que os sindicatos lhes garantem recursos financeiros em troca do serviço organizativo, do cargo ou função exercido na entidade.

Para realizar a produção, todos os dirigentes afirmaram que utilizam crédito rural, PRONAF do tipo Investimento e Custeio. O banco mais utilizado para realizar esse financiamento é a CRESOL – Cooperativa de Crédito Solidário, na qual são integrados em virtude dela ter se constituído a partir do esforço e discussão do movimento sindical. Esses dirigentes são associados porque fizeram parte de sua construção. Alegaram ainda que: “É um sistema de crédito que facilita quando precisa, é uma cooperativa gerenciada pelos próprios agricultores, é nossa” (Secretário de Formação da FETRAF-SUL/CUT); “Por ser uma entidade que nós próprios pensamos em criar, uma entidade pra nós, por isso” (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Salto do Lontra); “Questão de princípios, pois é uma cooperativa solidária, trabalha conjunto entre associados” (Coordenador da COOPERHAF)¹⁷. Apenas 1 dos dirigentes (o de Campo Magro-PR) não é sócio dessa cooperativa, financiando direto pelo Banco do Brasil.

Perguntados se têm conseguido pagar o financiamento, 4 responderam que pagaram sem dificuldades, porém, 3 disseram ter encontrado dificuldades por causa da estiagem e só saldaram a dívida graças ao seguro agrícola PROAGRO Mais.

Dos 7 dirigentes pesquisados, 4 são integrados a alguma cooperativa ou empresa, como é o caso do fumicultor, do município de Nova Prata do Iguaçu, que é integrado à Souza Cruz. Na sua propriedade ainda existe a produção de leite que é entregue à CLAF, porém, sua renda principal está vinculada ao cultivo de fumo. O dirigente declarou que só é integrado à Souza Cruz por necessidade, pois plantando fumo pode comercializar rápido. O dirigente do município de Chopinzinho é integrado à COASUL. Segundo ele, é mais fácil para comercializar o produto, pois a cooperativa regula o preço. O coordenador Geral da FETRAF-SUL/CUT é integrado à Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda (CORLAC), porque a cooperativa é administrada pelos agricultores.

Com relação ao uso de tecnologias nas propriedades, 4 utilizam a mecanização, mas apenas 1 possui trator, os outros alugam da associação que

¹⁷ Todos em entrevistas concedidas a esta pesquisadora.

fazem parte ou de particulares. Quatro dos produtores possuem plantadeira manual (matraca); 1 plantadeira mecânica; e 1 possui plantadeiras animal e manual.

A utilização de pulverizador é corrente, principalmente pelo produtor de fumo, que realiza essa atividade com pulverizador costal, assim, 3 produtores utilizam em suas propriedades pulverizadores costais e 1 pulverizador mecânico. Demonstrando que, ainda, entre os dirigentes, o uso de defensivos agrícolas é considerável alto, pois no caso do produtor de fumo, este utiliza todos os tipos de defensivos: adubo, calcário, inseticida, herbicida e fungicida. Os outros dirigentes afirmaram que utilizam adubo: cama de aviários ou esterco orgânico e calcário, visando uma produção mais “limpa”. O produtor de olerícolas do município de Campo Magro-PR, utiliza na sua produção apenas como adubo, esterco orgânico e super-magros (compostos orgânicos) para espalhar com pulverizador costal, orientado por técnicos da EMATER-PR. O produtor de fumo é orientado tecnicamente pela empresa integradora Souza Cruz, além dos técnicos da CRESOL e CLAF. A cooperativa COASUL também presta serviços de orientação para o produtor de Chopinzinho. Para o presidente do STR de Salto do Lontra a orientação é prestada pela prefeitura do município. A CORLAC também presta serviços de assistência técnica à propriedade do Coordenador geral da FETRAF-SUL/CUT e os demais não são assistidos por técnicos.

Com relação à mão-de-obra ocupada na propriedade, apenas o dirigente do sindicato de Campo Magro-PR declarou que utiliza diaristas para auxiliar na safra das olerícolas, pois, segundo ele, somente a mão-de-obra da família: ele, a esposa e dois filhos, não é suficiente. Assim, há necessidade de um trabalhador temporário para o plantio e colheita de legumes e verduras que comercializa direto ao consumidor em feiras na região metropolitana de Curitiba. Contudo, esse caso também é considerado como de agricultura familiar, pois de acordo com INCRA/FAO (2000), se a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor e o trabalho familiar é superior ao contratado, caracteriza-se como agricultura familiar.

Diante do exposto, percebe-se que os dirigentes, apesar de manterem as propriedades enquanto atuam como lideranças sindicais nos seus municípios e região, ficam distantes do cotidiano da propriedade que é dirigida, então, pelos filhos e pela esposa ou marido. Isto porque, o envolvimento com o movimento sindical é muito grande. Passam a semana fora de casa para realizar reuniões e articulações, retornando apenas nos finais de semana. Tanto que os

próprios entrevistados afirmam que os dirigentes precisam dedicar mais tempo para a família e para cuidar da propriedade, não fazendo do sindicalismo uma profissão.

[...] a nossa vida como dirigente do sindicato não pode ser uma profissão. Eu acho que tem que ter um equilíbrio maior. A minha geração e de vários outros dirigentes foi de 90% pro movimento sindical. Nós temos condições de construir um equilíbrio maior entre o trabalho, a liderança do trabalho sindical, a nossa propriedade, as nossas companheiras, ou companheiros e pros nossos filhos (COORDENADOR GERAL DA FETRAF-SUL/CUT)¹⁸.

Para verificar o envolvimento dos dirigentes com o movimento sindical, na mesma entrevista (anexo B) foi investigado seu envolvimento e visão em relação à organização do sindicalismo rural atual.

4.4 SINDICALISMO RURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DOS DIRIGENTES

O sindicalismo rural, enquanto organização, é considerado a união de um grupo de pessoas trabalhadoras na área rural em torno de interesses comuns, direitos, deveres e objetivos que visam a solução de problemas vivenciados. É no grupo que se discute, avalia e se tomam decisões concretas por meio de planejamentos estratégicos (TORRENS, 1993).

No caso dos dirigentes, eles são os protagonistas do processo de discussão e junção dos interesses comuns. O envolvimento desses sindicalistas é intrínseco aos resultados e benefícios alcançados, pois a dedicação é a chave para o avanço das entidades e de suas conquistas. Neste sentido, os 7 dirigentes sindicais entrevistados foram questionados sobre a época em que se associaram ao sindicato e por que se interessaram em se associar.

As repostas são variadas e ao mesmo tempo se confrontam ideologicamente. De um lado interesses econômicos e pessoais: 2 dirigentes falaram

¹⁸ Em entrevista concedida à autora, em 3 de agosto de 2005.

que se associaram ao sindicato pela assistência médica e porque o sindicato dava bolsa de estudos. Do outro lado, pela consciência política e organizativa: 5 dirigentes se associaram pela organização que o sindicato promovia, por ele ser um instrumento de luta. Observa-se que o assistencialismo chamava a atenção das pessoas embora, como foi visto, seja o principal ponto que caracteriza um sindicalismo "pelego", atrelado ao Estado. No entanto, a opinião dos dois sindicalistas que se associaram pelo assistencialismo mudou, tanto que se tornaram lideranças sindicais.

Todos os dirigentes iniciaram sua vida de liderança no envolvimento com a igreja católica, por meio das pastorais da juventude, da terra, catequese ou pela vivência em seminários.

Na verdade você começa a se envolver, começa a participar, as pessoas que são lideranças na Diocese, numa pastoral começam a ver que você tem amor pela luta, que você tem compromisso, é uma pessoa disciplinada. [...] Não se planeja, a gente quando vê tá envolvido (COORDENADOR GERAL DA FETRAF-SUL/CUT) ¹⁹.

A gente, depois de ser associado do STR participava em atividades, reuniões e pela participação a gente começou a participar em reuniões regionais, estaduais. Aí, tivemos um bom destaque no campo do conhecimento, de elaboração de propostas e por ser agricultor familiar com grande conhecimento na área das demandas e necessidades [...] Fui escolhido também para ser diretor do sindicato nas instâncias municipais, estaduais e até nacional. Eu participei do I Congresso da CUT, isso foi em 1983, quando foi fundada a CUT. Então, já em 1983 a gente era líder sindical e representante da comunidade e do município de Francisco Beltrão (ASSESSOR PARLAMENTAR) ²⁰.

Os dirigentes sindicais entrevistados sempre estiveram alinhados ao sindicalismo combativo. A maior parte deles participou dos debates das oposições sindicais em 1977/1978 e na década de 1980. É o caso do atual presidente do sindicato de Campo Magro-PR, que foi o primeiro presidente do Sindicato dos

¹⁹ Em entrevista à autora no dia 3 de agosto de 2005.

Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, quando as oposições sindicais o elegeram.

Prosseguindo as indagações, perguntou-se aos dirigentes como viam o sindicalismo rural atualmente e em relação ao passado. As repostas foram unânimes, referindo-se que no passado havia muito assistencialismo e que atualmente é mais propositivo, conseguindo negociação com os governos, de forma que os resultados são concretos.

Com um avanço muito grande, principalmente pelo novo sindicalismo, voltado não só ao reivindicatório como no passado, mais propositivo e de ações bem concretas e de resultados concretos (COORDENADOR DA COOPERHAF NO PARANÁ)²¹.

Hoje, a gente vê um sindicalismo mais avançado com uma visão diferente, de luta, de organização, mas com diferenças ainda, a partir da visão do desenvolvimento que tem a CUT e a FETRAF-SUL/CUT. Nós temos dois blocos de sindicalismo. Sindicalismo ainda acomodado, que é o sindicalismo da CONTAG e das FETAGs, onde não trabalham o processo de luta, de organização, de políticas públicas e de propostas para a agricultura. E há uma mistura ainda dentro desse processo porque no sindicato ainda tem a visão de que todo mundo é igual: assalariado, o trabalhador rural, o agricultor familiar e tem diferença no processo (ASSESSOR PARLAMENTAR)²².

A diferenciação do sindicalismo aconteceu a partir da década de 1990, claramente após a abertura comercial, quando aparece o termo agricultura familiar e as lutas das organizações se voltam para o crédito. Dentro dos sindicatos principalmente na região Sul, havia várias categorias como: assalariados, pequenos proprietários (agricultores familiares), que suas necessidades se diferenciam. A função do sindicalismo é de propor, reivindicar, elaborar e representar as categorias distintamente, pois cada uma tem necessidades específicas.

Todos os sindicalistas afirmaram que vêem o sindicato com a função de defesa dos agricultores familiares, haja vista que os sindicatos da mesorregião

²⁰ Em entrevista à autora no dia 31 de julho de 2005.

²¹ Entrevista concedida à autora dia 28 de julho de 2005.

²² Entrevista concedida à autora dia 31 de julho de 2005.

sudoeste alinham-se a esta categoria, principalmente, a partir de 2001. “O sindicato é um instrumento de luta, de organização, defesa e proposição dos nossos anseios, da nossa luta e das nossas propostas” (PRESIDENTE SINDICATO DE CAMPO MAGRO-PR) ²³.

A categoria “agricultor familiar” começou a ser discutida na década de 1990. A partir dos debates sobre crédito rural e com a criação do PRONAF ela se afirmou em torno das organizações sindicais. Diante das afirmações, os dirigentes foram questionados sobre a mudança de denominação com relação ao produtor rural, pequeno produtor que a partir daí começou a se identificar como agricultor familiar. As respostas foram alinhadas em torno da criação do PRONAF na década de 1990.

Começamos a discussão realmente desse processo do conceito de produtor pra agricultor familiar foi nos anos de 1992/1993, quando teve uma grande crise na agricultura, que nós discutimos um processo que até chamamos de grandes mobilizações de lutas, o SOS Vida e Salve a Agricultura. Aí a gente começou a discutir o conceito de produtor, de pequeno produtor pra agricultor familiar. No ano de 1994, nós fizemos o 1º Grito da Terra que foi a grande luta e bandeira pra uma política pública chamada PRONAF, naquela época era o PROVAP. Um programa de crédito diferenciado do da década de 1980 e nessa época que começou a mudança de conceito de produtor, de pequenos produtores para agricultor familiar (ASSESSOR PARLAMENTAR) ²⁴.

Com isso, houve a diferenciação entre trabalhador assalariado rural e agricultor familiar, pois as duas categorias têm objetivos diferenciados. O primeiro visa melhorar o salário e as condições de trabalho, já o agricultor familiar visa melhores preços para a comercialização da produção, mais crédito e outras políticas públicas.

²³ Em entrevista à autora dia 03 de agosto de 2005.

²⁴ Em entrevista à autora dia 31 de julho de 2005.

O trabalhador rural na nossa compreensão é aquele que vende sua mão-de-obra, é o assalariado, é o bóia-fria e que no nosso caso, específico do município de Campo Magro é um grupo minoritário. E a agricultura familiar, a diferença, então, de trabalhador rural se dá na produção com a mão-de-obra familiar, que pai, mãe e filhos trabalham (ENTREVISTA PRESIDENTE SINDICATO DE CAMPO MAGRO-PR) ²⁵.

O assalariado o objetivo dele é ganhar mais, é ter um salário mais alto, melhor. O agricultor familiar, a renda dele, o salário dele é a produção, é quando ele vende a produção (ASSESSOR PARLAMENTAR) ²⁶.

Os sindicatos, logo após seu surgimento, foram obrigados por lei a amparar todas as categorias de trabalhadores rurais: pequenos produtores, assalariados, meeiros parceiros e rendeiros. No entanto, as lutas se consolidaram principalmente para os pequenos produtores, na região Sul do Brasil. Um sindicato que abrange todas as categorias não consegue amparar todas, nos casos de dissídios trabalhistas.

A partir dos anos 1990 as conquistas aconteceram com mudanças significativas no conceito da base sindical. Os sindicatos começaram a discutir sobre o público que atendiam, pois como Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) estavam atendendo agricultores familiares, assim, deveriam lutar pelo amparo destes como categoria.

Se o sindicato tiver assalariados, bóias-frias, arrendatários, meeiros, parceiros e agricultores familiares, não dá pra fazer o trabalho no mesmo sindicato, por quê? Porque se eu precisar contratar, enquanto agricultor familiar, o serviço de um assalariado ou um bóia-fria, o meu objetivo é pagar menos. Porque eu quero baixar o custo da produção. O objetivo dos assalariados é ganhar mais. Então são categorias diferentes e por isso tem que ter Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs).²⁷

²⁵ Em entrevista à autora dia 03 de agosto de 2005.

²⁶ Em entrevista à autora dia 31 de julho de 2005.

²⁷ Idem.

Neste sentido é que na região Sul do Brasil, principalmente os sindicatos articulados da mesorregião Sudoeste, bem como os do Oeste catarinense e do Noroeste do Rio Grande do Sul constituíram uma federação: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/CUT), transformando os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) em Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs). Isso aconteceu, porque há muito mais agricultores familiares do que assalariados rurais, principalmente na mesorregião Sudoeste do Paraná.

No entanto, para que os sindicatos se constituam como SINTRAFs é necessário mudar seus estatutos sociais, pois estes, ainda tratam tanto de agricultores familiares, quanto de assalariados rurais. A mudança para SINTRAF acarreta o não-amparo aos trabalhadores assalariados, que deverão constituir uma nova entidade de defesa.

A constituição de uma nova entidade sindical que ampare os trabalhadores assalariados não é uma tarefa fácil. Porém, é necessário que exista público interessado para este fim. No entanto, os sindicatos não estão se negando a atender nenhuma categoria de trabalhador rural, pois não há determinações por parte da FETRAF-SUL impedindo qualquer atendimento. Além disso, as mudanças nos estatutos e em todos os sindicatos não são imediatas, tendo-se que debater junto aos sócios sobre estas questões.

4.5 O TRABALHO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO

A denominação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais se deu por determinação do decreto-lei N°. 1.166 de 1971, conforme mencionado anteriormente, que agregava todas as categorias rurais em trabalhadores rurais. Atualmente, o STR de Francisco Beltrão está alinhado com o sindicalismo rural da agricultura familiar e representa cerca de 1500 sócios – embora a base cadastral conte com 4070, destes, segundo a presidente do sindicato, muitos são falecidos ou mudaram de cidade –, agricultores parceiros, arrendatários e proprietários, além de trabalhadores assalariados.

No levantamento cadastral feito no STR obteve-se a informação de que existem 18 sócios parceiros, 05 assentados e 13 rendeiros, ainda aparecendo 10 trabalhadores em terras da família em comodato com os pais. Essa distinção é feita para que os jovens consigam acessar o atual sistema de crédito rural.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão (Foto 6), primeiro sindicato a surgir na mesorregião Sudoeste, completou 43 anos de existência. Há 28 anos as oposições sindicais tomaram a sua direção, e a partir de então tem estado ligado à CUT.



Foto 6 – A sede do STR Francisco Beltrão

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2005.

Como já foi abordado anteriormente no item 4.1, o sindicato de Francisco Beltrão foi criado por pequenos produtores e tinha um estatuto social padrão, vindo diretamente do Ministério do Trabalho, ao qual não se teve acesso para esta pesquisa. No entanto, a Constituição de 1988 promoveu maior liberdade aos sindicatos que puderam modificar seus estatutos.

Verificando-se o atual estatuto social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, observou-se que este ainda apresenta a categoria de trabalhadores rurais de forma ampla, abrangendo tanto aqueles que trabalham em regime de economia familiar, quanto com os trabalhadores rurais assalariados.

[...] Constituído para fins de defesa e representação da categoria profissional – trabalhadores rurais em regime de economia familiar e trabalhadores rurais assalariados tendo por base territorial o município de Francisco Beltrão, visa assegurar melhorias nas condições de vida e trabalho de seus representados, bem como a manutenção e a defesa das instituições democráticas brasileiras e tem duração indeterminada (ESTATUTO SOCIAL STR DE FRANCISCO BETLRÃO-PR, p.1).

No entanto, na entrevista com a presidente do STR, esta declarou que se pretende modificar o estatuto do sindicato e transformá-lo em Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), já que este vem se articulando com a linha sindical da agricultura familiar. Tal decisão será tomada coletivamente em assembléia geral com os agricultores familiares. Contudo, mesmo a partir do momento em que o sindicato se transformar em SINTRAF, este continuará atendendo aos assalariados e bóias-frias que existem no município, mas divididos por categorias.

A última eleição realizada pelo STR foi em março de 2004; como o mandato é de três anos, as próximas eleições serão em março de 2007. Nas últimas eleições houve chapa de consenso, com 96% dos votos. A diretoria do sindicato é composta por 24 membros e mais 12 apoiadores de forma que há uma divisão de tarefas. Há 18 cargos: a) Presidente; b) Vice-presidente; c) Secretário Geral; d) Primeiro Secretário; e) Tesoureiro; f) Primeiro Tesoureiro; g) Secretário de Divulgação; h) Primeiro Secretário de Divulgação; i) Secretário de Formação; j) Primeiro Secretário de Formação; l) Secretário de Questões Sociais; m) Primeiro Secretário de Questões Sociais; n) Secretário de Relações do Trabalho; o) Primeiro Secretário de Relações do Trabalho; p) Delegado Representante – Titular; q) Delegado Representante – Titular; r) Delegado Representante – Suplente; s) Delegado Representante – Suplente.

A diretoria do sindicato é a representante formal dos agricultores associados, porque antes dela existem duas deliberações democráticas: o Congresso e a Assembléia Geral. O Congresso tem o objetivo central de analisar a situação da categoria frente à conjuntura socioeconômica e política em desenvolvimento, definido pelo plano de trabalho para o triênio. A Assembléia Geral, que se realiza anualmente, trata da prestação de contas e previsão orçamentária; aprovação da pauta de reivindicação da categoria; aprovação do relatório de

atividades e do Plano de Trabalho anual do sindicato. Além da diretoria, que executa ações deliberadas pela assembléia, existe o Conselho Fiscal, que fiscaliza as ações da diretoria, balancetes de gastos entre outros procedimentos.

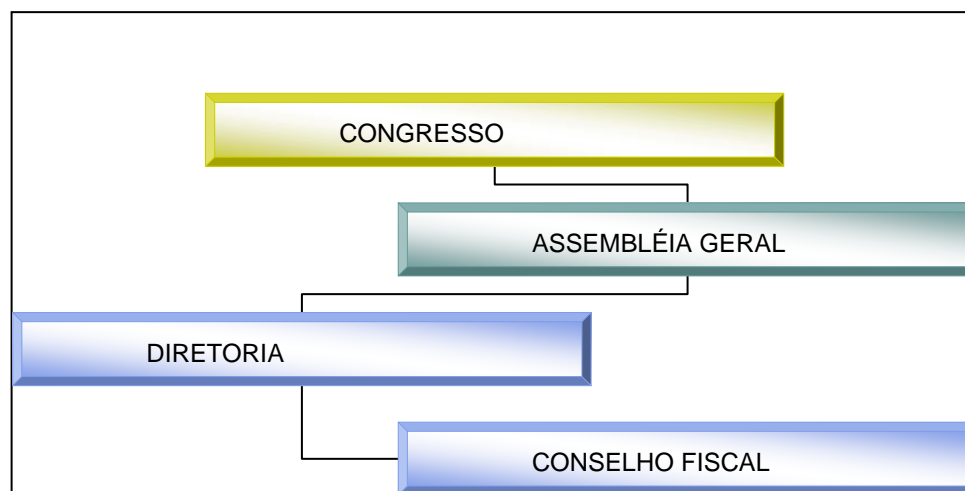


Figura 3 – Estrutura e administração do STR Francisco Beltrão

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores de Francisco Beltrão.

Diante dessa estrutura e constatações, perguntou-se à presidente do sindicato se a participação dos associados é satisfatória nas assembléias gerais. Segundo a presidente há uma grande participação, atualmente, porque há um bom número de sócios no sindicato, mas que esta participação também se deve às necessidades dos agricultores, principalmente com relação à bolsa estiagem, pois com a seca houve prejuízos ao processo produtivo dos agricultores: “Ainda são por necessidade, tipo assim, da bolsa estiagem, vem quem tem necessidade do PROAGRO MAIS, vem porque tem necessidade de habitação rural, e assim se divide o público por necessidade” (PRESIDENTE DO STR FRANCISCO BELTRÃO)²⁸.

A presidente lembra que falta conscientização para os agricultores, pois se sempre participassem e se comprometessem com a organização sindical,

²⁸ Em entrevista à autora em 21 de outubro de 2005.

com o sindicato, estariam melhor articulados para as conquistas: “[...] falta ainda nos agricultores conscientização, que seja ainda reconhecido como ferramenta de luta”²⁹.

Os serviços prestados pelo STR de Francisco Beltrão referem-se ao atendimento aos agricultores familiares e trabalhadores assalariados em dissídios trabalhistas, informações sobre políticas públicas, elaboração de cartas de aptidão, contratos trabalhistas, declaração de Imposto Territorial Rural (ITR), declaração de imposto de renda, entre outros serviços.

A manutenção do sindicato se dá pela mensalidade que é paga pelos agricultores familiares e representa 2% sobre o salário mínimo, ou seja, R\$7,00, atualmente. No caso dos aposentados, a taxa pode ser descontada diretamente em conta. Os casais sócios pagam apenas uma mensalidade, pela família.

O sindicato está bastante atuante diante da sociedade e das necessidades dos agricultores, pois aconteceram várias manifestações articuladas com os demais sindicatos do Sudoeste do Paraná e dos estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, fortalecendo a luta dos agricultores familiares organizados na FETRAF-SUL/CUT. Nas manifestações articuladas aconteceram conquistas como o seguro agrícola e bolsa estiagem.

Portanto, os agricultores procuram o sindicato na esperança de superar as dificuldades enfrentadas na agricultura, pois o sindicato é o espaço de organização e luta.

4.6 PERFIL DOS SÓCIOS DO STR DE FRANCISCO BELTRÃO

Conforme identificado anteriormente, os sócios do STR de Francisco Beltrão são na maioria agricultores familiares, caracterizados como pequenos proprietários, que trabalham em regime familiar. Na pesquisa empírica realizada em

²⁹ Idem.

outubro de 2005 com entrevistas pré-elaboradas (anexo A) realizadas às quarenta famílias de agricultores selecionadas para o estudo, constatou-se que 85% delas são sócias do STR de Francisco Beltrão. Destas, pagam a mensalidade do sindicato em dia 85,2%. Os entrevistados são sócios do sindicato há um período que varia de 3 e 40 anos.

Nas entrevistas, buscou-se verificar por que se associaram ao STR, e as respostas variaram, assim como as dos dirigentes. São razões, desde a assistência que o STR dá com convênios médicos que possibilitam o associado pagar meia consulta, até a questão de que o sindicato é um instrumento de luta e orientação para os agricultores. A reprodução de algumas falas se faz necessário, porém, não serão identificados os agricultores, apenas com uma numeração e pela Comunidade.

“No inicio me associei pela assistência, depois se tornou um instrumento de luta” (Agricultor 01 – Comunidade Assentamento Missões).

“Porque é bom, o sindicato defende muitos direitos do trabalhador, se não tem o sindicato ninguém defende” (Agricultor 02 – Comunidade de Linha Santa Bárbara).

“Acho que é nossa ferramenta, do agricultor, você não acha outra entidade que dê orientação”. É um canal de comunicação onde o agricultor consegue orientação” (Agricultor 03 – Comunidade de KM 23).

“Para pegar o auxílio maternidade para a minha esposa” (Agricultor 04 – Linha Alto Jacutinga).

“Por questão de documentação, desconto de médico, de dentista e outras assistências” (Agricultor 05 – Comunidade de Linha São Marcos).

“Porque é um instrumento de luta, ajuda a gente” (Agricultor 06 – Comunidade de Linha Formiga).

As afirmações dos agricultores pesquisados expressam o que a totalidade dos sócios do STR pensam. Das 34 famílias agricultoras sócias, 14 são associadas pela assistência que o sindicato lhes oferece como convênios médicos e odontológicos, prestação de serviços, como elaboração de contratos entre outros; 18 agricultores expressaram que são sócios pela organização da classe, que o sindicato é um instrumento de luta dos agricultores e apenas 2 dos investigados não opinaram.

Também foram verificados os benefícios que o sindicato havia lhes proporcionado em alguma situação. Para 30 das famílias agricultoras as respostas foram positivas, com benefícios como de aposentadoria, de saúde, além de documentos para obtenção de crédito rural; 2 famílias de sócios afirmam ainda não terem se beneficiado com o sindicato e 2 não souberam responder.

Sobre as manifestações que o sindicato promove, os agricultores expuseram que participam para poderem se beneficiar das conquistas obtidas pelo sindicato. Do total de sócios do STR, 28 agricultores participam das manifestações realizadas e 6 não participam das atividades promovidas pelo STR. As afirmações dos agricultores são explícitas no sentido de que é importante realizar as manifestações, embora seja pouca; alguns fogem da resposta, falam que participam quando podem e precisam de auxílio do STR:

“Quando posso sim, porque precisa, os dois lados precisa, só com a luta que se consegue alguma coisa” (Agricultor 5 – Comunidade de Linha São Marcos).

“Já participei de bloqueio de rodovias porque é uma maneira de se manifestar o descontentamento dos agricultores” (Agricultor 6 – Comunidade de Secção Progresso).

“Participo porque um sindicato forte se faz com a participação dos sócios” (Agricultor 7 – Comunidade de Jacutinga).

Verificou-se que muitos dos entrevistados participam das atividades promovidas pelo STR para se beneficiarem dos serviços prestados. Quando a agricultura sofre com as condições climáticas, os agricultores procuram o sindicato para encaminhar o pedido de PROAGRO.

O sindicato também promove cursos de formação sindical, para formação de lideranças e renovação de diretoria. Dos 34 sócios, 19 declararam que participam quando convidados, ou quando há eventos. Com relação às assembleias gerais, 22 agricultores afirmaram que participam para obter informações com relação aos seus direitos; 6 sócios disseram que participam quando podem e 5 sócios declararam que não participam, como se evidencia na falas:

“Participo, porque é um momento de decisão, de andamento dos trabalhos do sindicato” (Agricultor 8 – Linha Formiga).

“Participo para conhecer, saber e discutir o rumo das lutas” (Agricultor 9 – Assentamento Missões).

Quanto à participação nas eleições sindicais, 76,4% responderam positivamente, 14,7% esporadicamente e 8,8% não participam.

Dos sócios, apenas 15 já participaram de algum cargo da diretoria, secretaria geral, conselho fiscal, presidente, tesoureiros, vice-presidente, conselho de administração (delegado representante) e comissão de juventude. No entanto, 3 agricultores que nunca participaram disseram que se fossem convidados para fazer parte de alguma chapa, participariam para ajudar o sindicato. Falas que se alinham no sentido de contribuir com o sindicalismo.

A opinião dos agricultores sobre o STR de Francisco Beltrão foi variada no sentido de elogios e reclamações:

“Age de forma importante junto aos agricultores, informando e prestando serviços” (Agricultor 10 – Comunidade de Jacutinga).

“Eu acho que o sindicato é uma ferramenta de luta para os agricultores, mas a direção está acomodada e espera os outros fazer” (Agricultor 11 – Comunidade de Alto Jacutinga).

“Eu acho que é uma coisa boa, se não fosse o sindicato, coitados dos agricultores, o sindicato orienta bastante” (Agricultor 12 – Comunidade de Água Vermelha).

“Está muito acomodado e trabalha mais com o assistencialismo do que com formação” (Agricultor 13 – Comunidade de Seção São Miguel).

“Um dos mais atuantes da região, mais antigo e contribuiu muito com os outros sindicatos. É a casa do associado” (Agricultor 14 – Comunidade de Linha Liston).

“É organizado, mas falta participação dos associados” (Agricultor 15 – Comunidade de Seção Progresso).

“Foi o pioneiro na mobilização dos agricultores na busca por seus direitos. Falta algumas coisas para melhorar, no sentido do método de trabalho utilizado” (Agricultor 09 – Assentamento Missões).

“Está desenvolvendo um bom trabalho, tem o poder de mobilização e hoje ta bem diversificada a sua ação” (Agricultor 16 – Comunidade de Barra do Rio Tuna).

“Na minha opinião, eu acho muito bom, porque ajuda as pessoas a conquistar muitas coisas, por exemplo agora ajudando os agricultores fazer suas casas” (Agricultor 17 – Comunidade de Seção São Miguel).

A partir dessas opiniões observou-se que o sindicato precisa planejar as suas ações, divulgar seu trabalho, realizar trabalho de base, realizar mais reuniões nas comunidades, pois estas acontecem apenas em casos emergenciais. O sindicato tem que ter inserção nas comunidades para informar, verificar a realidade dos agricultores, que muitas vezes não sabem das ações desenvolvidas pela entidade.

Atualmente, o sindicato se encontra articulado com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), que por sua vez articula muitos sindicatos na região Sul e tem projetos estratégicos para os sindicatos e agricultores familiares. Na reflexão sobre a opinião dos sócios do STR de Francisco Beltrão, percebeu-se que o sindicato está bastante “atrelado” aos projetos e ações deliberados pela FETRAF-SUL/CUT, de modo que não está atingindo completamente a base.

Portanto, acredita-se que haja necessidade de mais divulgação dos projetos, planejamento e ações do STR em conjunto com a Federação de forma que os agricultores familiares se relacionem e obtenham benefícios com relação às suas necessidades.

A articulação dos sindicatos com a Federação é bastante significativa, o que promove o desenvolvimento de uma rede de ações regionais e estratégicas para o crescimento do movimento sindical.

5 FETRAF-SUL/CUT: UMA NOVA TENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

5.1 GÊNESE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR (FETRAF-SUL/CUT)

A gênese da FETRAF-SUL/CUT teve início ainda no final da década de 1970, quando surgiram as oposições sindicais e o primeiro sindicato a mudar sua base de dirigentes foi o de Francisco Beltrão-PR. Este sindicato foi criado no ano de 1963, por um grupo de agricultores e profissionais que, de certa forma, agiam em conivência com o Estado, tendo o assistencialismo como parte de sua ação.

Com a orientação de duas frentes de conscientização como a CPT e o grupo de missionários belgas passou-se a instigar a organização dos pequenos agricultores da mesorregião Sudoeste do Paraná, com o intuito de fortalecer a capacidade de intervenção sobre o poder público e a organização do poderio regional. O grupo atuou na fundação da ASSESOAR e, em conjunto com as Igrejas, por meio da CPT e dos cursos de reflexão ministrados, a entidade conseguiu articular agricultores descontentes com a atuação do STR de Francisco Beltrão para concorrer às eleições em 1972 e em 1975. No entanto, essas chapas oposicionistas não foram aceitas pelo Ministério do Trabalho.

As oposições surgiram, de acordo com Torrens (1993), devido às direções que o movimento sindical tomava. Havia descontentamento na questão das cooperativas; em relação às migrações às regiões do Centro Oeste e Norte do país; em relação ao assalariamento rural; problemas de legislação, entre outros, que dificultavam as condições de vida dos agricultores.

A articulação entre os agricultores, a ASSESOAR e a CPT, constituiu-se em organização que multiplicava e reelaborava parâmetros para a ação sindical, com base na combatividade, na democratização da estrutura sindical, na autonomia dos sindicatos em relação ao Estado, na participação e na mobilização dos trabalhadores rurais que se opunham diretamente ao modelo sindical dominante.

A ASSESOAR ficou conhecida por divulgar essas propostas para os agricultores do Sudoeste do Paraná e também para as outras regiões do Sul do

Brasil, entre elas região Oeste de Santa Catarina, protagonizada pelo STR de Chapecó, e Noroeste do Rio Grande do Sul, pelo STR de Erechim.

Depois de muito trabalho articulador, os resultados sólidos começaram a aparecer. Em 1978, nas novas eleições sindicais, a oposição sindical venceu em Francisco Beltrão. A partir daí, segundo Torrens (1993, p.13): “[...] tornou-se um ‘pólo de referência do movimento sindical rural de toda a região Sul’, na medida em que foi o primeiro STR a ser conquistado pelos seguimentos afinados com as proposições do chamado ‘*novo sindicalismo*’” (Grifo nosso).

A relação entre os sindicatos se consolidou, principalmente, pela proximidade geográfica e a semelhança cultural. As três mesorregiões: Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul estão localizadas num raio de aproximadamente 400 Km, sendo o STR de Chapecó em localização estratégica, no centro das mesorregiões. Pelo mapa 3, é possível visualizar a posição estratégica (circulada e reforçada a rodovia de acesso) dos três primeiros sindicatos combativos e protagonistas para a criação de FETRAF-SUL/CUT.

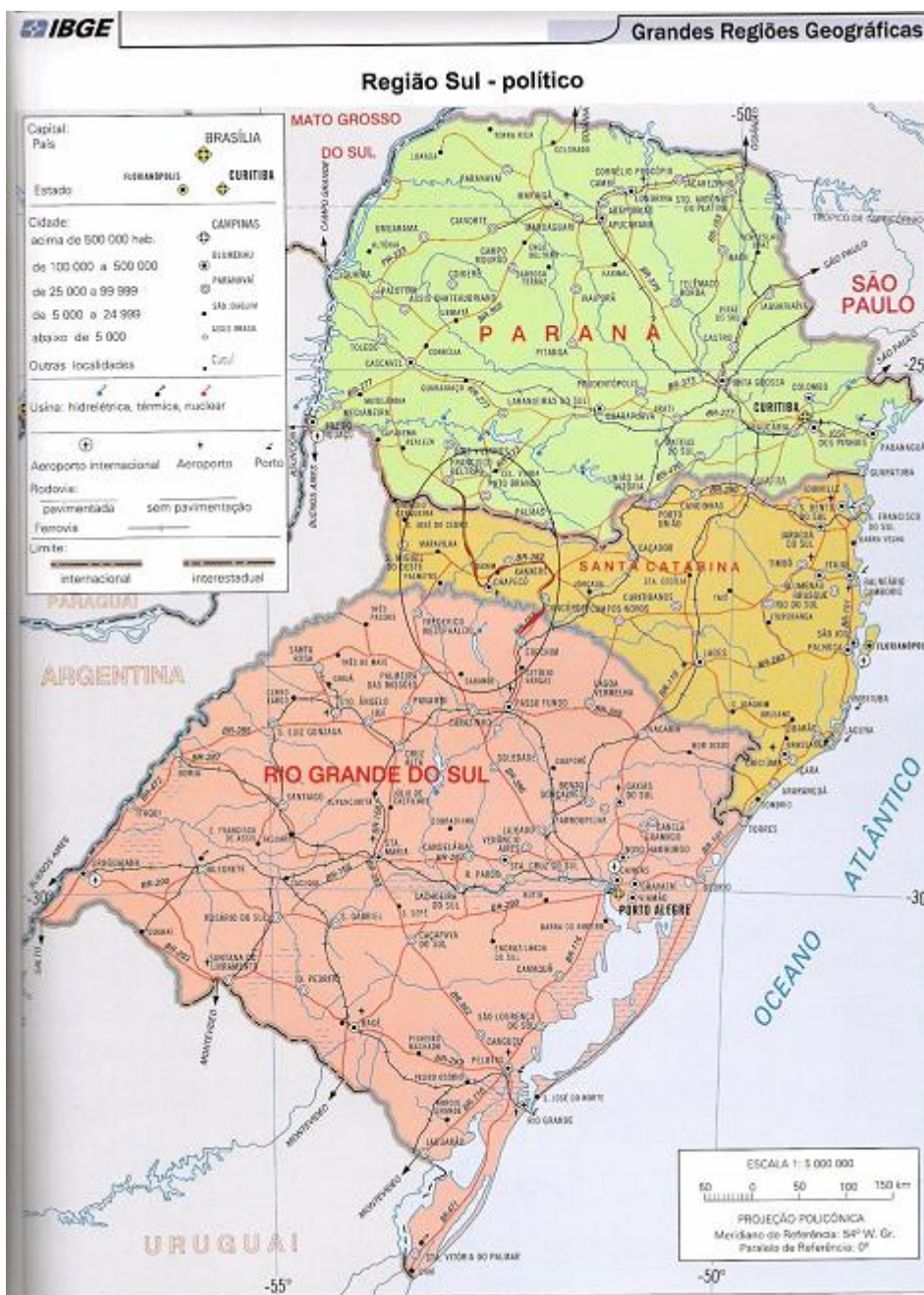
As semelhanças entre os três Estados da região Sul, no que diz respeito à formação histórica, à cultura, à realidade agrícola, às lutas e às raízes eclesiais possibilitaram e favoreceram a articulação interestadual, inicialmente informal, configurando-se, no início dos anos 1980 (1982-83) na Articulação Sindical Sul (SILVA; REICH, p.12).

A semelhança é resultado da imigração italiana, alemã, polonesa entre outras, para o estado do Rio Grande do Sul. O processo de divisão de terras com os filhos (herdeiros) e a saturação das terras provocou a migração de muitos gaúchos descendentes para os estados de Santa Catarina e Paraná – processo que foi anteriormente explicado.

Pode-se dizer que se estabeleceu uma rede entre os STRs, que se deu de forma natural e facilitada pela proximidade geográfica e caracterizados como sindicatos combativos, surgem, assim, as articulações sindicais nos três Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A articulação entre os três sindicatos tem o peso político e a experiência na constituição da atual conjuntura sindical organizada em torno da

FETRAF-SUL/CUT. Na investigação realizada com os sindicalistas (anexo B), houve relatos de que a atual configuração sindical deveria ter sido instalada já no final da década de 1970, mas que foi contida pela legislação vigente de unicidade sindical, pelo Ministério do Trabalho.



Mapa 3 – Localização estratégica dos municípios Francisco Beltrão-PR, Chapecó-SC e Erechim-RS

Fonte: IBGE - ATLAS GEOGRÁFICO, 2004, p.169 – adaptado pela autora.

Com tal articulação, houve um envolvimento bastante grande entre os STRs da região com relação às ações. Muitas foram as lutas empreendidas pelas organizações sindicais que mantiveram contato. Estavam assim organizados: COSAU, Coordenação Sindical do Alto Uruguai; Articulação dos Sindicatos Autênticos do Oeste de Santa Catarina; a Micro 1-A, na mesorregião Sudoeste do Paraná, e a Oposição Sindical, no Oeste do estado (SILVA; REICH).

Essa denominação era dada nos Estados e região em decorrência das oposições sindicais, destacando-as, tanto que na mesorregião Sudoeste do Paraná se constituiu a Microrregião 1-A, a qual abrangia os municípios com STRs filiados ou simpatizantes às propostas da CUT. Constituiu-se, também, uma outra frente nessa microrregião, a Microrregião 1-B, em que se organizavam STRs ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná (FETAEP) (TORRENS, 1993).

Durante a década de 1980, então, os STRs articulados empreenderam lutas importantes na defesa dos agricultores, fortalecendo a organização que se configurou na Articulação Sindical Sul.

A articulação promoveu lutas e mobilizações, destacando-se lutas por reforma agrária, pela anistia da correção monetária, pela legislação da política agrícola, por crédito de emergência, por preços, pela previdência social, pela saúde entre outras.

Promoveu a criação da Escola Sindical Margarida Alves (1985), do Ativação (1986) e do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER). Além disso, esse grupo de sindicatos teve importante papel no processo de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e, posteriormente, nas CUTs estaduais e regionais. A participação ativa dessa organização indicou o primeiro secretário Nacional Rural da CUT, que teve influência decisiva na criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR).

Em conseqüência, estruturaram-se os Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais (DETRs). Com o crescimento de forças estaduais, a Articulação Sindical interestadual entrou em crise no início dos anos 1990. Mas em 1992, organizados em plenária sindical, os sindicalistas e associados decidiram pela constituição do Fórum Sul dos Rurais da CUT, objetivando o fortalecimento das organizações estaduais da central dos trabalhadores.

Assim, a próxima ação determinada pelos sindicalistas seria ousada. De um lado, com a dinâmica da nacionalização das lutas, o DNTR, de articulador político, passou a ser articulador de lutas. Por outro lado, a região Sul investiu na luta por crédito diferenciado, começando um debate referente à elaboração de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural (SILVA; REICH).

No mesmo período (1994), foi realizado o I Grito da Terra Brasil, resultando em uma pequena conquista aos agricultores: a implantação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). No ano seguinte, aconteceu o II Grito da Terra Brasil e alcançou-se a aprovação de um novo programa de crédito rural: o Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar (PRONAF) (FETRAF, 2002).

Concomitantemente às manifestações, realizou-se o II Congresso do DNTR, definindo-se a ação estratégica de conquistar e transformar a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), internamente, isto é, disputar as eleições contaguianas e mudar a estrutura estatal ali impregnada (SILVA; REICH).

De acordo com Bittencourt (2000), a região Sul, até 1995, não participava de nenhuma federação estadual, por isso os sindicatos estavam ligados ao DNTR/CUT. Pela definição de disputar as eleições contaguianas, a região Sul, mesmo resistindo à proposta, resolveu implementá-la, traduzindo-se em esforço para a composição de chapas para a direção das Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs). De forma que o processo de composições de chapas começou pelo estado do Paraná e a pessoa indicada foi um dos entrevistados deste estudo, o atual Assessor Parlamentar, segundo o qual a experiência não foi boa, porque o atrelamento ao Estado fazia com que as discussões não avançassem.

Em 1996 a 1999 assumi a FETAEP, como 2º vice-presidente, mas as discussões não avançaram porque a federação dependia das ações do governo e não trabalhava sobre as demandas dos trabalhadores. As atividades com o Departamento Estadual da CUT parou e nós regredimos enquanto organização. Assim, em 1999 teve novas eleições, mas nós achamos melhor sair da chapa e retomar a nossa organização com os sindicatos filiados na CUT (ASSESSOR PARLAMENTAR) ³⁰.

Segundo Silva e Reich, os Estados sulistas passaram a articular-se individualmente. No Rio Grande do Sul houve a composição na direção da FETAG, mas manteve-se a estrutura do DETR/CUT.

De acordo com Bittencourt (2000), neste estado ocorreu uma adesão clara ao velho sindicalismo assistencialista e “pelego”, pois o dirigente indicado pela CUT nas primeiras eleições aderiu, nas segundas eleições (1999), pela permanência na chapa da FETAG/RS. O DETR/CUT-RS decidiu, então, retomar seus trabalhos e a articulação da rede estabelecida entre os três estados pelos sindicatos combativos.

Já no estado de Santa Catarina não houve acordo na composição de chapas com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) e o rompimento foi iminente. Ocorreram tentativas por parte do Departamento Estadual da CUT encaminhando documentos solicitando espaços dentro da federação, porém, com a negativa por parte da FETAESC, abriram-se as portas para a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina (FETRAFESC).

Depois destas tentativas, a CUT então faz a opção de não participar do processo eleitoral, apresentado a todos os delegados uma nota que declarava a sua posição de não participar mais da Fetaesc e a decisão de criar uma nova federação específica dos agricultores familiares, sua principal categoria de inserção e representação (BITTENCOURT, 2000, p.132).

³⁰ Em entrevista concedida à autora no dia 31 de julho de 2005.

A partir de 1997, a região Sul recomeça sua articulação regional, quando se realizou o I Encontro da Agricultura Familiar em Chapecó-SC. Com o encontro, dois pontos fundamentais passaram a se destacar: a dinâmica regional, com a participação das lideranças de base, e de forma clara e definida a agricultura familiar, que passa a ser o eixo de ação sindical e o debate de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) (FETRAF-SUL/CUT, 2002).

No ano seguinte, 1998, aconteceu o II Encontro da Agricultura Familiar em Erechim-RS, posteriormente, em 1999, no município Francisco Beltrão-PR. Neste último encontro, levantou-se a proposta de se constituir uma Frente da Agricultura Familiar na Região Sul. Em abril do mesmo ano nasceu, então, a Frente Sul da Agricultura Familiar e esta entidade passou a abranger, além das organizações sindicais cutistas, muitas organizações não-governamentais (ONGs) e outras entidades simpatizantes da região (FETRAF, 2002; SILVA; REICH).

De acordo com Bittencourt (2000), no III Encontro, em Francisco Beltrão, foi elaborado um documento com as posições da nova organização em relação às necessidades da agricultura familiar e sua disposição de afirmar a identidade do agricultor familiar no país. O plano de desenvolvimento estratégico pretendia implantar a agricultura familiar visando o desenvolvimento rural sustentável e solidário, contemplando particularidades.

[...] estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e à concretização e ampliação dos componentes estratégicos do Plano de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Sul do país, que deve contemplar educação rural diferenciada, capacitação profissional, assistência técnica, tecnologias apropriadas, comercialização, produção orgânica, políticas públicas, jovens, gênero, saúde, etc. componentes que são objeto de trabalho de muitas entidades que atuam no cenário de desenvolvimento da agricultura familiar (BITTENCOURT, 2000, p.132).

O quadro 5 resume a história do sindicalismo rural na região Sul. Percebeu-se, pelas entrevistas com os sindicalistas, o desafio empreendido pelo STRs:

A FETRAF nasceu só em 2001, ela podia ter nascido em 1991, percebe, podia ter nascido 10 anos antes. Nós fizemos a opção de quase extinguímos os Departamentos e extinguímos o DNTR em 1995, porque nós achávamos que era possível trazer a CONTAG e as FETAGs pra CUT. E elas abrirem mão de 30-40 anos de um modelo sindical, de uma concepção sindical pra vir para a CUT e isso foi um grande erro e engano que nós entramos, um grande erro que nós cometemos e nós demoramos 10 anos para perceber (COORDENADOR GERAL DA FETRAF-SUL/CUT)³¹.

Ano	Articulação estrutural acerca dos STRs da região Sul.
1978	Regiões articuladas: COSAU, Coordenação Sindical do Alto Uruguai, Articulação dos Sindicatos Autênticos do Oeste de Santa Catarina, a Micro 1-A no Sudoeste do Paraná e a Oposição Sindical também no Paraná, denominado de novo sindicalismo rural.
1980	Pela articulação de diversas lutas empreendidas os sindicatos constituíram a Articulação Sindical Sul.
1983 - 1990	Teve papel fundamental na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Criação das CUTs regionais e o surgimento do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR) e para a organização dos Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais (DETR).
1985	Criação da Escola Sindical Margarida Alves
1986	Criação do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER)
1992	Formação do Fórum Sul dos Rurais da CUT. Com intuito de fortalecer os departamentos estaduais.
1994	Luta por crédito diferenciado para os agricultores da região Sul: I Grito da Terra Brasil, que resultou no Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP).
1995	II Grito da Terra Brasil, alcançou-se a melhoria do programa de crédito: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
1995	Realização do II Congresso do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, onde se definiu a ação estratégica de transformação estrutural da CONTAG e das FETAG, disputando as eleições.
1995-1997	Desestruturção dos departamentos Estaduais da CUT nos três estados: PR, SC e RS. No entanto, em Santa Catarina ocorre uma ruptura com a FETAESC e surge a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAFESC).
1997	Rearticulação regional dos sindicatos combativos e é realizado o I Encontro da Agricultura Familiar em Chapecó-SC, com a definição de dois pontos fundamentais: 1- a dinâmica regional com a participação das lideranças de base; 2- de forma clara e definida a agricultura familiar passa a ser o eixo de ação sindical.
1998	Realização do II Encontro da Agricultura Familiar em Erechim-RS.
1999	Realização do III Encontro da Agricultura Familiar no Município de Francisco Beltrão, construindo-se a proposta da criação da Frente Sul da Agricultura Familiar, esta abrangia desde sindicatos filiados à CUT até Organizações Não-Governamentais (ONG).
2001	Constituição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/CUT).

Quadro 5 – Representação da Articulação dos STRs Combativos desde 1978

Fonte: FETRAF-SUL/CUT, 2002, organizado pela autora.

³¹ Em entrevista concedida à autora no dia 3 de agosto de 2005.

Portanto, a FETRAF-SUL/CUT estabelece-se com a função de representar e beneficiar agricultores familiares, caracterizados como pequenos proprietários, rendeiros, parceiros e meeiros, os quais trabalham em regime de economia familiar.

5.1.1 A FETRAF-SUL/CUT e sua Nova Organização

A FETRAF-SUL/CUT, foi constituída no 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, em Chapecó, entre os dias 28 e 30 de março de 2001. O evento foi coordenado pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT, constituído pela FETRAFESC e Departamento Estadual dos Rurais do Rio Grande do Sul e Paraná (SILVA e REICH, S/D). Participaram aproximadamente 2100 pessoas, destas, 1212 eram delegados e delegadas de cerca de 95 sindicatos de base da organização.



Foto 7 – Criação da FETRAFSUL/CUT, março de 2001.

Fonte: Arquivo FETRAF-SUL/CUT.

O processo de preparação do congresso teve início em 1999 pelo Fórum Sul, que realizou três plenárias sindicais, além de duas rodadas de reuniões microrregionais e duas rodadas de reuniões nas comunidades.

O processo culminou com a realização de 1.500 reuniões de base, envolvendo 30.000 agricultores e agricultoras, com a realização de 95 assembléias sindicais para aprovação da proposta e eleição dos delegados do 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, em março de 2001, no qual a unanimidade dos participantes aprovou a criação da FETRAF-SUL/CUT (FETRAF-SUL/CUT, 2002, p.20).



Foto 8 – FETRAF-SUL/CUT – Congresso de Fundação, março de 2001³².

Fonte: Arquivo FETRAF-SUL/CUT.

Portanto, o processo de criação da federação foi aberto ao público, aos sócios dos sindicatos, bem como teve a participação comunitária dos agricultores familiares, e a presença do atual presidente da República Luis Inácio Lula da Silva (fotos 7 e 8), na época pré-candidato à presidência. A entidade nasceu com o intuito de romper com a estrutura sindical arcaica e assistencialista dos sindicatos.

³² Delegados votando pela fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/CUT).

A FETRAF, ela surge a partir de um processo de uma reflexão ampla de 4 a 5 anos, porque uma federação dos três Estados, também foi um processo de muito debate, muitos encontros da agricultura familiar. Muita reflexão, muitas dúvidas, até amadurecer a idéia de criação da FETRAF. E o que veio junto com essa reflexão dos últimos 3 anos da década de 2000 é uma compreensão de que o sindicato tem que ser um sindicato reivindicativo, tem que ser um sindicato propositivo, tem que ser um sindicato que organiza economicamente os agricultores e tem que ser um sindicato que tenha capacidade de mudar as políticas públicas (COORDENADOR GERAL DA FETRAF-SUL/CUT)³³.

Assim, de acordo com Cordeiro, Schmitt e Armani (2003), o surgimento da FETRAF-SUL/CUT vem reforçar duas tendências importantes que emergem no movimento sindical durante a década de 1990: primeiro o surgimento e fortalecimento de novas identidades políticas e sociais, priorizando a agricultura familiar em detrimento da identidade genérica do trabalhador rural; a segunda tendência é da quebra com a estrutura sindical oficial, de modo a dar conta da especificidade da categoria dos agricultores familiares. Essas tendências são comprovadas na entrevista com os sindicalistas, principalmente com o Coordenador da FETRAF-SUL/CUT.

A FETRAF simboliza um processo de rapidamente resgatar os 10 anos da década de 1990, que foi a grande confusão e produzir uma síntese, produzir um novo momento de formulação e ousadia do movimento sindical. Construir uma federação ilegal, construir uma federação nos 3 Estados, criar sindicatos da agricultura familiar especificamente, porque nós compreendemos desse processo todo que de fato, os nossos sindicatos não representam os assalariados rurais ³⁴.

³³ Em entrevista concedida à autora no dia 3 de agosto de 2005.

³⁴ Idem.



Foto 9 – I Congresso Sindical – março de 2004³⁵.

Fonte: Arquivo da FETRAF-SUL/CUT.

Diante disso, a federação visa afirmar a identidade da categoria agricultura familiar, de modo que não deixe os assalariados desamparados, mas sim, contribuir na construção de uma entidade de defesa.

[...] um novo desafio para o sindicalismo rural da CUT no Sul do país: construir uma nova organização sindical da agricultura familiar para toda a região, fortemente assentada na organização da base e da produção, com sólidos vínculos entre seus níveis organizativos e pautada por princípios classistas, democráticos, éticos e solidários (RESOLUÇÕES, 2001, p.11-12).

A FETRAF-SUL/CUT está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar e ASSINTRAFs – Associações Sindicais de Trabalhadores na Agricultura Familiar – em toda a Região Sul. Com sindicatos regionais fortes, a FETRAF-SUL/CUT abrange mais de 288 municípios nos três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A base social estimada é de aproximadamente 300 mil famílias, representando cerca de 1 milhão de pessoas.

³⁵ A foto mostra o I Congresso Sindical realizado em março de 2004, que elegeu a atual direção da FETRAF-SUL/CUT.

Os objetivos principais da federação são: a) fortalecer e ampliar a representação dos agricultores familiares; b) unificar a ação do sindicalismo cutista na região Sul, tendo como eixo central a agricultura familiar; c) elaborar e implementar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário em toda a região Sul; d) articular e mobilizar os agricultores familiares para realizar grandes ações de massa nas cidades e no campo, com o fim de conquistar reivindicações em todas as esferas do poder público; e) lutar pela liberdade de expressão, democracia e por mais espaços de participação política; lutar em conjunto com todas as categorias que compõem a CUT contra o projeto neoliberal que vem sendo implementado no Brasil; f) atuar no espaço nacional para fortalecer a organização e a representação da agricultura familiar; g) lutar pela reforma agrária; h) unificar as datas das eleições sindicais e da FETRAF-SUL/CUT, além de promover mudanças estatutárias para que os sindicatos se adaptem à nova realidade organizativa da agricultura familiar (RESOLUÇÕES, 2001).

Além dos objetivos, a federação traçou alguns princípios que devem ser seguidos para seu fortalecimento e de sua base: a) ser autônoma, transparente, democrática e voltada para a construção da cidadania e da solidariedade, contribuindo com a construção do socialismo; b) defender uma nova concepção de Estado: democrático e transparente; c) defender um modelo de produção sustentável; d) posicionar-se contra o neoliberalismo; e) organizar-se de forma forte nos espaços microrregionais, construindo sindicatos fortes; f) estar fortemente estruturada na base, nas intervenções dos processos produtivos e de comercialização; g) adotar eleição direta para a escolha da direção da FETRAF-SUL/CUT, unificando o processo eleitoral dos sindicatos; h) suprir as necessidades sindicais da região, respeitando as especificidades (RESOLUÇÕES, 2001).

Diante dessas premissas, a federação vem se articulando e avançando na organização junto aos sindicatos e implementando vários projetos para os agricultores familiares. A afirmação da identidade dos agricultores vem com a implementação desses projetos e a concepção de cada entidade sindical na afirmação junto com sua base. O conceito que a FETRAF-SUL/CUT está utilizando articula alguns elementos estratégicos diferenciados, principalmente, dos agricultores patronais.

Os principais elementos estratégicos de desenvolvimento da agricultura familiar e que se diferenciam da agricultura patronal, são: elevada capacidade de geração de emprego e renda; ocupação da mão de obra familiar; ocupação mais democrática do espaço rural; características de produção que permitem a preservação dos recursos naturais; diversidade cultural; sistemas de produção diversificados, convívio e desenvolvimento das pessoas de maneira saudável e com fortes ligações com a comunidade; capacidade de auto sustentação e subsistência de alimentos; promoção do desenvolvimento social; atuação na cooperação; forte vínculo das pessoas com terra e a família; e a alta capacidade de utilização e reciclagem de recursos próprios. (FETRAF-SUL/CUT, 2002, p.12).

A concepção de agricultura familiar está sendo defendida pela FETRAF-SUL/CUT devido às características da região Sul. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996 (IBGE) existem 994 mil estabelecimentos rurais, dos quais 904 mil são do tipo familiar, ocupando uma área de 19,4 milhões de hectares, representando pequenas propriedades rurais.

No Estatuto Social da FETRAF-SUL/CUT há a definição dos trabalhadores na agricultura familiar, os quais a federação ampara enquanto categoria social.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados trabalhadores na agricultura familiar os que exercem atividades na agricultura como proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e os extrativistas e pescadores, que desenvolvem suas atividades de forma individual ou coletiva com os membros da família, podendo contar com a complementação eventual de mão-de-obra de terceiros, desde que não exceda a 50% (cinquenta por cento) da mão-de-obra familiar (ESTATUTO SOCIAL FETRAF-SUL/CUT).

Como a definição de agricultor familiar é bastante ampla, não há uma definição clara e concisa de quem público a entidade atende, ampliando o atendimento inclusive para pescadores e extrativistas. Porém, entende-se essa concepção, já que o país tem regiões com trabalhos específicos, de modo que se deve respeitar as peculiaridades e construir a unidade destes trabalhadores em regime familiar.

5.2 A ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA FETRAF-SUL/CUT

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/CUT) está organizada conforme a figura 4, cuja instância superior e deliberativa é o Congresso Sindical da Agricultura Familiar, realizado a cada três anos. Nele são deliberadas as principais ações para o triênio. São objetivos primordiais do congresso: “a) avaliar a atuação da federação; b) aprovar as diretrizes de ação e o plano de ação e lutas; c) aprovar alterações nos estatutos sociais” (ESTATUTO SOCIAL FETRAF-SUL/CUT, p.8).

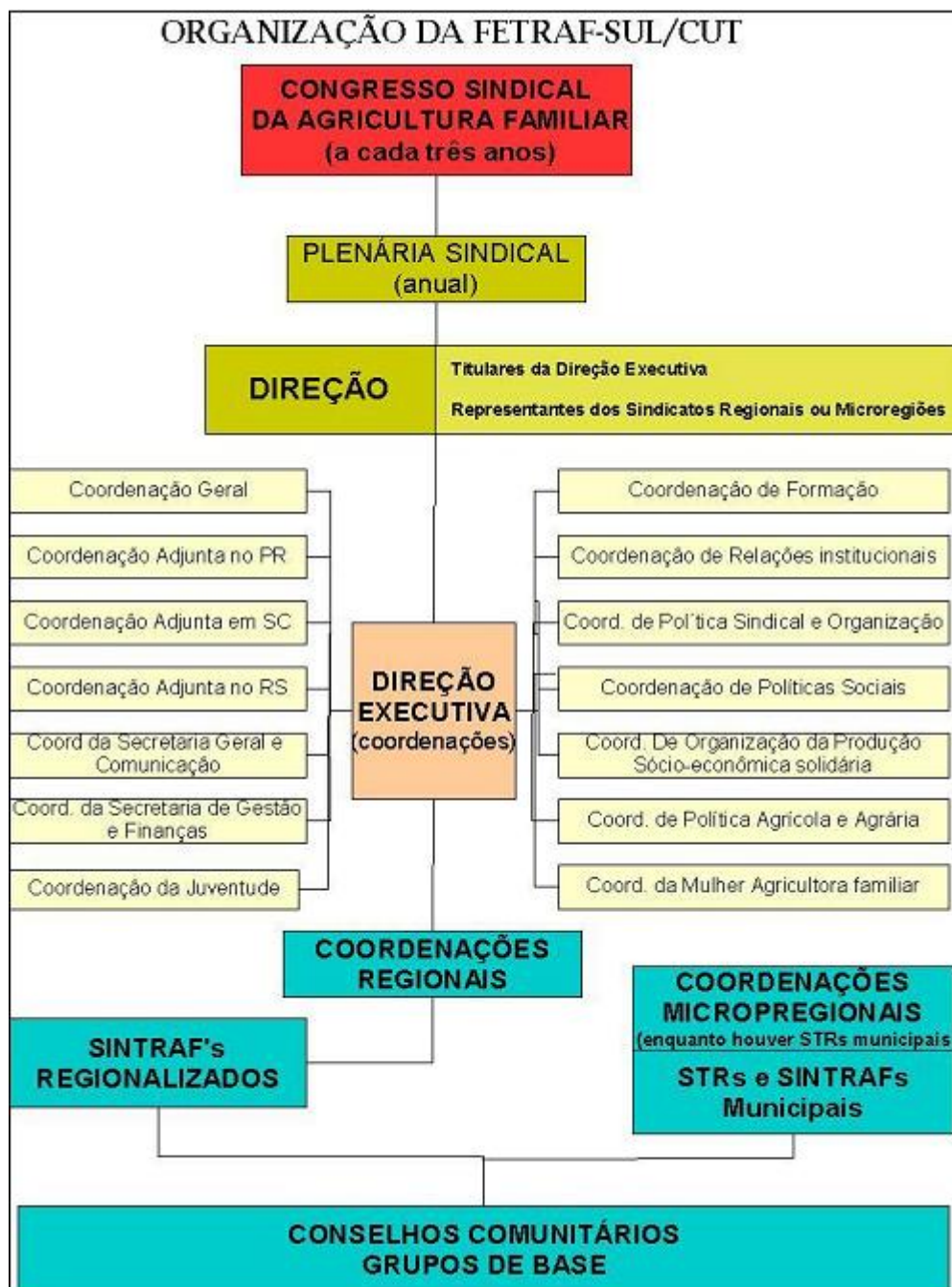


Figura 4 – A estrutura organizativa da FETRAF-SUL/CUT – organograma

Fonte: FETRAF-SUL/CUT – site: www.fetrafsul.org.br.

Num segundo momento, tem-se a Plenária Sindical, que reúne todos os sindicatos filiados à federação, anualmente. Nesta plenária são realizadas avaliações e planejamentos para o ano. Posteriormente, conforme o organograma, tem-se a direção; esta é a terceira instância deliberativa, tendo por objetivo delegar ações, alcançar o planejamento estratégico e realizar reuniões nas bases dos sindicatos integrantes da federação.

A direção da FETRAF-SUL/CUT é composta por: I – membros titulares e suplentes da Direção Executiva; II – Os representantes da agricultura familiar, membros das direções executivas da CUT Nacional e das CUTs Estaduais da região SUL; III – Representantes dos SINTRAFs regionais, proporcional ao número de associados, assegurando o mínimo de 01 representante por regional (ESTATUTO SOCIAL FETRAF-SUL/CUT). Essa determinação garante a participação de todas as microrregiões organizadas na base da federação.

Na seqüência aparece a direção executiva, a qual é composta por 14 membros titulares e 18 suplentes, eleita de forma direta pelos associados das entidades filiadas, com um mandato de 3 anos. Cabe à direção: fazer cumprir o estatuto social; dirigir a entidade conforme o estatuto e as deliberações; representar a federação, as entidades e a categoria de acordo com o estatuto social; convocar os congressos e plenárias; admitir e demitir funcionários e assessores; coordenar as atividades da federação; divulgar os assuntos de interesse da categoria e entidades filiadas; administrar o patrimônio social da entidade; deliberar sobre empréstimos, contribuições e despesas diversas, respeitando o estatuto; convocar e coordenar reuniões ampliadas da direção (ESTATUTO SOCIAL FETRAF-SUL/CUT).

A direção executiva está composta por: I - Coordenação Geral; II – Coordenação Adjunta no Paraná; III – Coordenação Adjunta em Santa Catarina; IV – Coordenação Adjunta no Rio Grande do Sul; V – Coordenação do Departamento de Organização da Produção e Socioeconomia Solidária; VI – Coordenação das Políticas Agrícola e Agrária; VII – Coordenação de Formação Sindical e Profissional; VIII – Coordenação de Política Sindical e Organização; IX – Coordenação de Gestão Financeira e Serviços; X – Coordenação de Gestão dos Programas e Relações Internacionais; XI – Coordenação de Comunicação; XII – Coordenação de Políticas Sociais; XIII – Coordenação de Juventude; XIV – Coordenação de Gênero.

Posteriormente, aparecem as coordenações regionais; os sindicatos, por sua vez, estão aglutinados em microrregiões próximas, tendo um coordenador por microrregião. Atualmente são 22 microrregiões compostas de sindicatos filiados à FETRAF-SUL/CUT. Além disso, há possibilidade de alguns sindicatos estarem regionalizados no sentido de atender mais de um município, constituindo, dessa forma, maior poder de negociação.

A regionalização dos sindicatos é um ponto importante na criação da federação, é a transformação dos STRs em Sindicatos dos Trabalhadores na

Agricultura Familiar (SINTRAF), de forma que deixam de representar os assalariados rurais, embora haja a preocupação em auxiliar a categoria a formar um sindicato específico.

A mudança é necessária para delimitar o espaço de atuação e representação da federação, afirmando sua identidade como organização da agricultura familiar, pois, embora pareça fácil, é uma mudança estatutária; é uma mudança de público, e mesmo do conceito do sindicato, pois implica em não mais representar os assalariados rurais, acarretando em complicações legais e políticas: “[...] é necessário estabelecer, na Federação e nos sindicatos filiados, políticas de transição para os SINTRAF’s, além de contribuir na construção da organização dos assalariados” (CONGRESSO SINDICAL, 2001, p.24).

Na base da federação ainda se encontram sindicatos de trabalhadores rurais, que tendem a se transformar, em longo prazo, em Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF). Além disso, em alguns municípios desprovidos de sindicatos ou que têm sindicatos ligados à FETAG, são criadas Associações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (ASSINTRAF). Dessa forma a organização da federação tem coesão e articulação política para planejar e reivindicar.

Por que hoje se troca de nome, de Sindicato dos Trabalhadores Rurais pra SINTRAF? Primeiro porque STR engloba todo mundo lá e que temos categorias diferentes dentro desse sindicato. Então, o nosso conceito SINTRAF, tem que estar lá dentro desse sindicato agricultores familiares, arrendatários, meeiros, parceiros, aqueles que de certa forma trabalham como autônomos. Tem uma certa autonomia, sejam eles, trabalhem em terras arrendadas ou em parceria. Eles começam a ter os meios de produção (ASSESSOR PARLAMENTAR)³⁶.

Com a regionalização, os sindicatos terão mais força organizativa e econômica, pois os liberados passarão a atuar em toda a microrregião. Esse processo se dará conforme a realidade de cada microrregião, com debates e articulação dos dirigentes. “A base para a regionalização será definida a partir da

própria cultura de convivência e atuação conjunta dos sindicatos de uma determinada micro-região” (RESOLUÇÕES, 2001, p.24).

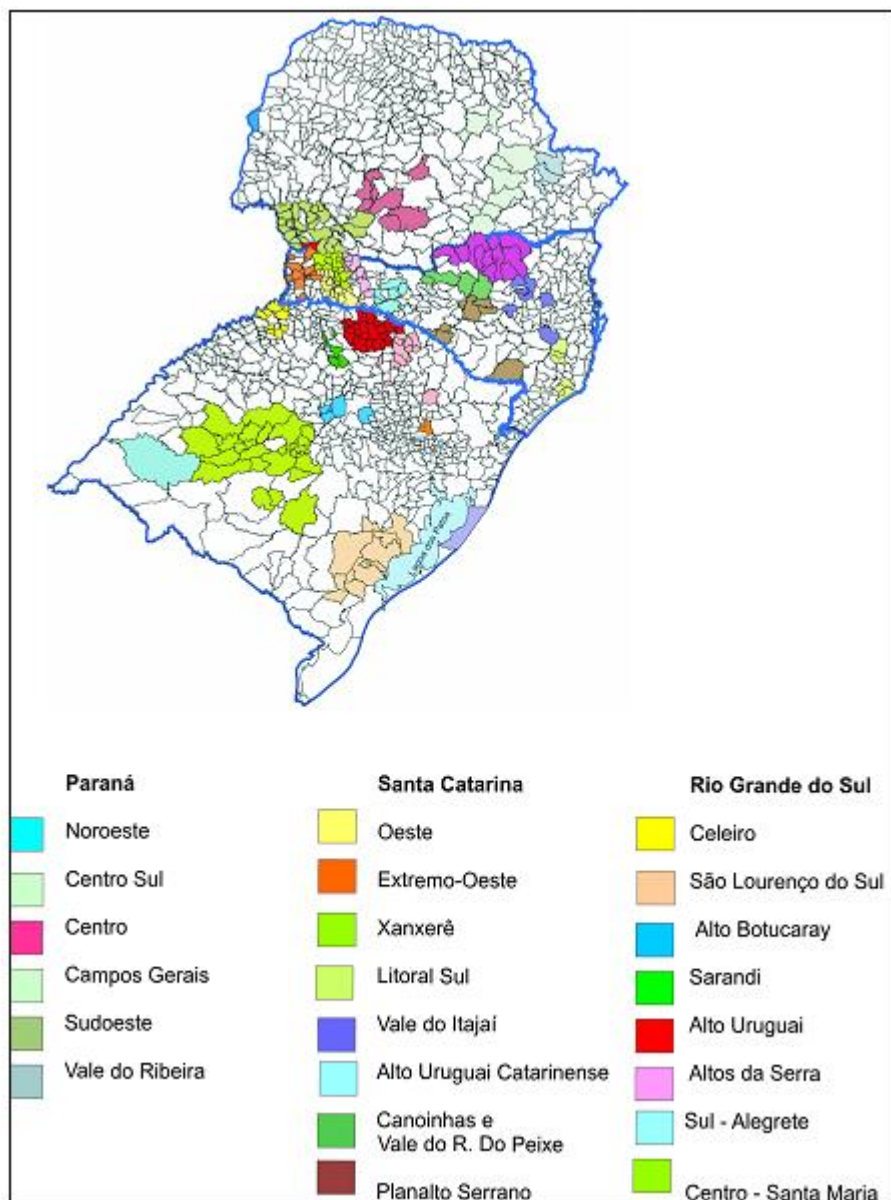


Figura 5 – Microrregiões de atuação da FETRAF-SUL/CUT

Fonte: FETRAF-SUL/CUT, Projeto Terra Solidária 2006.

A estratégia da regionalização é entrar em municípios que a FETRAF-SUL/CUT ainda não atua, a fim de ampliar a base representativa. Pela

³⁶ Em entrevista à autora no dia 31 de agosto de 2006.

figura 5, pode-se verificar as microrregiões em que a FETRAF-SUL/CUT atua, porém, não regionalizada em todas. Alguns exemplos de regionalização no Rio Grande do Sul são: SUTRAF Alto-Uruguaí abrangendo os municípios: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Bejamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erval Grande, Erechim, Estação Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Três Arroios e Viadutos; SINTRAF – Sarandi abrangendo os municípios: Sarandi, Almirante Tamandaré do Sul e Coqueiros do Sul; ASSINTRAF – Santa Maria com os municípios: Santa Maria, Caçapava do Sul, Formigueiro, Restinga Seca, Vila Nova do Sul, São João do Polesine, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, Ivorá, Pinhal Grande, Itaara, São Martinho, Julio de Castilhos, São Pedro do Sul, Dilermano de Aguiar, Mata, Toropi, Jari, Santa Margarida Tupaciretã, Jaguari, Santiago, São Francisco de Assis, Cacequi, Nova Esperança, Quevedos, Silveira Martins e São Vicente do Sul. Em Santa Catarina: SINTRAF – São Miguel do Oeste, abrangendo os municípios de: São Miguel do Oeste, Bandeirantes, Barra Bonita e Romelândia; SINTRAF – Chapecó e região, com os municípios: Chapecó, Arvoredo, Cordilheira Alta, Guatambu e Nova Itaberaba; SINTRAF – Pinhalzinho e Região, com abrangência nos municípios: Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Modelo, Serra Alta, Bom Jesus do Oeste e Sul Brasil. No Paraná: STR – Dois Vizinhos, abrangendo os municípios de: Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu; SINTRAF – Laranjeiras do Sul e Região com os municípios: Laranjeiras do Sul, Virmond e Porto Barreiro; SINTRAF – Telêmaco Borba e Região com os municípios: Telêmaco Borba, Imbaú e Ventania (FETRAF-SUL/CUT, 2006).

Esses são alguns exemplos de sindicatos regionalizados. O estado que está mais avançado nesse processo é o Rio Grande do Sul, seguido de Santa Catarina. O estado do Paraná ainda não avançou, tendo apenas 4 sindicatos microrregionalizados. Por meio das microrregiões a FETRAF-SUL/CUT implementa vários projetos de apoio e formação dos agricultores familiares.

5.3 AS LUTAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FETRAF-SUL/CUT

A partir da criação da FETRAF-SUL/CUT pode-se dizer que muitas foram as conquistas para os agricultores. Apontam-se mobilizações reivindicativas e projetos que estão sendo implementados.

Desde 1999, o grupo de sindicatos organizados em torno da federação coordena o Projeto Terra Solidária, o qual visa à formação integral dos agricultores para a elevação de escolaridade, proporcionando a certificação no ensino fundamental, qualificação profissional e formação sindical, formando mais de 5000 pessoas.

O Projeto Terra Solidária recomeçou em abril de 2006, com 21 turmas; uma em cada microrregião: no Paraná em 5 microrregiões, porém com 6 turmas – 2 no Vale do Ribeira, uma turma localizada na mesorregião Sudoeste do Paraná e as demais nas microrregiões Centro, Centro Sul e Campos Gerais; em Santa Catarina foram criadas 9 turmas e 6 no estado do Rio Grande do Sul.

Outro projeto importante que implementado desde a fundação da FETRAF-SUL/CUT é um convênio com Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em que a federação coordena dois cursos de ensino superior, um de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, e o outro de Pedagogia para os anos iniciais e educação para jovens e adultos. Os alunos destes cursos se formarão em agosto e setembro de 2006. Infelizmente, não foi possível renovar o convênio com a UERGS devido ao governo estadual não se alinhar com a proposta política da federação.

A participação da FETRAF-SUL/CUT e de seus filiados em eventos que visam à melhoria da qualidade de vida e igualdade social é expressiva. Houve a participação no Fórum Social Mundial de 2002, 2003 e 2005 realizados em Porto Alegre-RS e feiras que promovem e divulgam o potencial da agricultura familiar no Brasil. Além disso, o esforço por promover debates sobre várias políticas públicas como Previdência Social. Em 2003 aconteceu, no município de Cândói-PR, o Seminário Regional Sul sobre a Previdência Social, onde participaram cerca de 1500 pessoas. Esses espaços se constituem em ambiente de elaboração e reivindicação frente às instâncias governamentais (PROJETO TERRA SOLIDÁRIA, 2006).

Para garantir seus direitos, como no ano de 2002, quando houve estiagem na região Sul, os agricultores se mobilizaram sobre a ponte do Rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, reivindicando recursos, os quais foram alcançados: R\$ 120,00 de bolsa seca para cada família, rebate de R\$ 500,00 no financiamento de custeio e prorrogação do pagamento das dívidas (FETRAF-SUL/CUT, 2003).

No ano de 2003, na mesma ponte, houve outra mobilização para entregar a pauta de reivindicações para o governo. Nesta o governo Lula anunciou o valor, inédito, para agricultura familiar de R\$5,4 bilhões. No final do ano de 2004 e início de 2005, ocorreram mobilizações para renegociação de dívidas referentes à estiagem nos três estados sulistas, cujos objetivos, com muita negociação, junto ao governo foram atingidos. A agricultura familiar também foi incluída como fornecedora em potencial para o Programa Fome Zero, com aumento de 30% no teto de financiamento para quem produz um dos 5 produtos incluídos no Programa; também foi beneficiada pelo Programa de Compra Direta de produtos da agricultura familiar pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além da desburocratização do acesso ao crédito, que mais famílias foram beneficiadas (FETRAF-SUL/CUT, 2003). E assim a federação vai conquistando ou garantindo direitos: *“Quando não avança a negociação nós vamos ‘pro pau’. Ocupamo, trancamo. Então nós continuamo sendo o sindicato reivindicativo, o sindicato de luta de massa, de rua, de mobilização”* (Coordenador Geral da FETRAF-SUL/CUT)³⁷.

No que se refere aos projetos, visando à melhoria da qualidade de vida dos agricultores, a FETRAF-SUL/CUT implementou o Projeto de Habitação Rural, que consiste em uma Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF).

³⁷ Em entrevista à autora no dia 3 de agosto de 2005.

O objetivo da cooperativa é planejar, construir e reformar conjuntos habitacionais, outorgando a seus associados o direito de uso e gozo exclusivo das habitações; Efetuar os planos e projetos para melhoria das habitações dos Agricultores Familiares; Organizar serviços cooperativos, que satisfaçam as necessidades dos sócios assim como contribuir com o processo de dinamização do capital cooperativo e a melhoria do perfil sócio econômico do grupo; Fomentar a cultura em geral, enfatizando os princípios cooperativos; Adquirir áreas, e buscar a construção de moradias dos associados; Buscar capacitar os agricultores familiares criando alternativas de permanência do agricultor no campo (PROJETO TERRA SOLIDÁRIA, 2006, p.143).

Essa cooperativa tem convênios com os governos estadual e federal que subsidiam uma parte da obra, junto aos STRs e SINTRAFs, permitindo os agricultores necessitados reformam ou constroem suas casas. Os resultados desse projeto já são expressivos, pois até 2004 foram construídas e/ou reformadas cerca de 1500 casas.

Outra conquista dos agricultores, com mobilizações intensificadas nos dias 22 a 28 de abril de 2004, nas quais participaram mais de 15 mil agricultores/as familiares, favoreceu especialmente as famílias atingidas pela estiagem na região Sul do Brasil. As conquistas se configuraram em duas categorias de PRONAF: Investimento e Custeio. Dessa forma, as famílias que tivessem acessado ao PRONAF dos grupos A, B, ou C, poderiam acessar a bolsa estiagem, bem como teriam a garantia de seguro renda para a próxima safra (2004/2005) (PROJETO TERRA SOLIDÁRIA, 2006).

Outros projetos, ainda em implementação, são o de redes de agroindústrias, que visa à assessoria nas áreas de gestão, formação e funcionamento das agroindústrias familiares, e o da comercialização de soja orgânica para exportação. A FETRAF-SUL/CUT, diante da situação dos agricultores(as) familiares, os quais aderiram ao plantio de soja devido ao grande consumo e aumento de preços, começa a formular um projeto de comercialização de soja responsável. Este projeto é bem aceito pelos parceiros, principalmente os Europeus. A produção de soja responsável se caracteriza pelo respeito ao meio ambiente e ao trabalhador, agricultor familiar. Acredita-se que a soja representa uma possibilidade real de o movimento sindical da FETRAF-SUL/CUT fazer um debate com o agricultor de sua base, pois a soja deve estar dentro de um sistema de produção diversificado, uma das principais características da Agricultura Familiar.

Esse projeto está sendo implementado no Sudoeste do Paraná e Mato Grosso do Sul (PROJETO TERRA SOLIDÁRIA, 2006).

Diante dessas conquistas, busca-se cada vez mais a organização da produção em cooperativas, associações e outras formas organizativas.

A agricultura familiar dispõe, portanto, de um amplo capital social que pode se tornar um elemento fundamental na potencialização de uma estratégia de desenvolvimento regional, que seja capaz de reverter as prioridades do atual projeto neoliberal e, ao mesmo tempo, permitir a elaboração, monitoramento e, inclusive, contribuição na implementação de políticas públicas (FETRAF-SUL/CUT, 2002, p.7).

Portanto, o papel que a FETRAF-SUL/CUT deve cumprir é de organizar, diferenciar seu movimento, apresentar-se como entidade de apoio aos agricultores junto aos sindicatos: “[...] os sindicatos na minha avaliação compreenderam a importância da Federação [...] De uma estrutura na região Sul pra encaminhar as reivindicações, pra fazer as negociações, pra organizar as lutas [...]”.(COORDENADOR GERAL DA FETRAF-SUL/CUT)³⁸.

5.4 Os AGRICULTORES FAMILIARES E A FETRAF-SUL/CUT

A FETRAF-SUL/CUT, entidade criada recentemente, atua com uma base muito grande de sindicatos e, por conseqüência, representa muitas famílias de agricultores. No entanto, muitos agricultores familiares ainda não tiveram acesso a informações sobre a federação.

Na pesquisa de campo realizada em outubro de 2005, perguntou-se aos agricultores se conheciam ou já tinham ouvido falar da FETRAF-SUL/CUT. As respostas foram divididas. Das 40 famílias pesquisadas, 14 já tinham ouvido falar; 12 conheciam e 14 nunca tinham ouvido nada a respeito. Dessa forma, para as famílias

³⁸ Idem.

que já conheciam ou que ouviram falar, solicitou-se que opinassem sobre a atuação da entidade.

“Antes da FETRAF, as outras federações não chamavam o pessoal pra discutir e agora a FETRAF incentiva o sindicalista” (Agricultor 11 – Comunidade de Alto Jacutinga).

“Com essa organização a agricultura tem mais força” (Agricultor 12 – Comunidade de Água Vermelha).

“A federação juntou os 3 Estados, desenvolveu muito, teve muitas conquistas, avançou no PRONAF, Habitação e outros projetos” (Agricultor 03 – Comunidade de KM 23).

“A federação foi criada pra apoiar mais os sindicatos pra trabalhar com formação política e ideológica dos agricultores e também trabalhar com outras entidades ligadas à agricultura” (Agricultor 13 – Comunidade de Seção São Miguel).

“É uma federação combativa. Está sempre à frente das grandes lutas dos 3 Estados do Sul. Houve grandes conquistas depois da sua fundação” (Agricultor 14 – Comunidade de Linha Liston).

“É uma entidade necessária para reforçar a luta e acompanhamento. Existe discussões interessantes, sendo um sindicalismo mais ativo e de propostas” (Agricultor 19 – Comunidade de Rio Tuna).

Participei da fundação. Acho que é uma entidade mais da agricultura familiar, específico. Melhorou, porque se preocupa mais com o agricultor. As outras federações se preocupavam mais com os assalariados que são mais lucrativos, descontando a contribuição em folha (Agricultor 18 – Comunidade de Linha Gaúcha).

Com estas argumentações é possível verificar que, embora com atuação recente entre os agricultores, aqueles que conhecem ou mesmo os que já ouviram falar têm boas impressões sobre o trabalho da FETRAF-SUL/CUT.

Percebeu-se que não há muita divulgação sobre a federação, nem de suas ações, junto aos agricultores familiares, pois a falta de conhecimento sobre a entidade é grande, chegando a 35%. Para reverter a situação deve-se realizar uma maior divulgação dos trabalhos da federação e dos sindicatos, de forma que integre o maior número possível de agricultores aos trabalhos do sindicato e da federação.

O problema das informações é percebido pela federação, pois de acordo com o Coordenador Geral, atualmente, os agricultores se organizam apenas diante das necessidades e precisam ser mobilizados freqüentemente.

Nós precisamos ter capacidade permanente de mobilização. Hoje nós temos capacidade de mobilização quando temos questões muito críticas como a seca por exemplo. [...] Ter capacidade de mobilização, ter capacidade de informação permanente e ter propostas para negociar na mesa com os governos, com empresários e com outros setores³⁹.

A FETRAF-SUL/CUT, de certa forma, está contribuindo para a constituição do processo político no qual a agricultura familiar é um ator social estratégico para a implementação de um projeto diferenciado de desenvolvimento. A discussão desse projeto é pelo caráter que ele apresenta: ser sustentável e solidário, pois os agricultores familiares ainda estão atrelados ao modelo de desenvolvimento tecnológico, com alta utilização de insumos. De acordo com as Resoluções da FETRAF-SUL/CUT (2001), a sua política é da implantação do projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, porém, esse projeto leva algum tempo, devendo ser debatido com toda a sociedade.

O sinal de que a FETRAF-SUL/CUT e a agricultura familiar avançaram nas suas discussões é a sua expansão para o âmbito nacional. Entre os dias 22 e 25 de novembro de 2005, aconteceu em Luziânia (GO) o 1º Congresso Nacional da Agricultura Familiar. No Congresso participaram cerca de 1200 agricultores familiares, entidades representativas da categoria constituídas por FETRAFs estaduais recentemente criadas, algumas entidades da agricultura, com siglas diferenciadas como a Federação da Agricultura Familiar (FAF), SINTRAFs e STRs.

No Congresso foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-BRASIL/CUT) (ver foto 10), que já nasceu representando 750 mil famílias de pequenos agricultores familiares que lutam por um

³⁹ Idem.

pedaço de terra, produzem, industrializam, disputam mercados e novos espaços. A entidade já está organizada em 11 estados e se organizando em outros 11. Entre os estados em que a FETRAF está organizada estão a Bahia (FETRAF-BRASIL), São Paulo e Mato Grosso, sob a sigla FAF (RESOLUÇÕES FETRAF-BRASIL/CUT, 2005).



Foto 10 – Criação da FETRAF-BRASIL, Luziânia (GO), 24/11/2005.

Fonte: Arquivo FETRAF-SUL/CUT.

A necessidade de criação de uma entidade nacional para a representação da categoria foi levantada ainda em julho de 2004, no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar. Nesse encontro participaram mais de 2.500 agricultores, de acordo com as resoluções do Congresso. Esse documento aponta, também, que o avanço na construção da federação é decorrente de quase três décadas de lutas e avanços históricos no processo de organização sindical. De forma que essa conquista fortalece a identidade da agricultura familiar e promove a elaboração e a implementação de importantes políticas públicas como crédito, possibilidade para educação diferenciada, e ainda, articula um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

Com o lema 'AS MÃOS QUE ALIMENTAM A NAÇÃO', o Congresso de fundação da Fetraf-Brasil/CUT afirma a importância sócio-econômica e a força política da agricultura familiar que, para se fortalecer e ser reconhecida, necessita se organizar de forma autônoma e independente. A Fetraf-Brasil/CUT nasce, portanto, do pleno envolvimento, compromisso e participação de homens e mulheres do campo, já se constituindo como um instrumento organizativo forte e legítimo, presente no cotidiano das lutas e das vidas da agricultura familiar (RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2005, p.04).

Neste sentido, a federação, representando os três estados do Sul, bem como a federação de representação nacional, são a nova tendência para os sindicatos de trabalhadores rurais articulados com a agricultura familiar e SINTRAFs seguirem.

Os sindicatos articulados pela agricultura familiar apostam nas organizações da FETRAF-SUL/CUT e FETRAF-BRASIL/CUT como novas articuladoras do movimento sindical. Assim, verifica-se que se revela uma dicotomia no movimento sindical: de um lado a articulação da agricultura familiar com a FETRAF-BRASIL/CUT e de outro lado os trabalhadores rurais assalariados, articulados, principalmente, pela CONTAG.

Portanto, para esse trabalho, considera-se que foram identificadas as transformações ocorridas no sindicalismo rural. De forma que análises sobre a dicotomia entre o sindicalismo voltado à agricultura familiar e o sindicalismo voltado aos trabalhadores rurais assalariados serão realizadas em próxima oportunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de criação e de consolidação do sindicalismo rural brasileiro, verificou-se que ocorreram inúmeras transformações, sofrendo intervenções por parte do Estado, principalmente no período da ditadura militar. Os sindicatos passaram por alteração em sua nomenclatura e a limitação de um único sindicato por base territorial. Também, ocorreu o enquadramento sindical e o termo trabalhador rural passou a incluir várias categorias tais como: o pequeno produtor familiar, parceiros, arrendatários e assalariados rurais.

Importante lembrar que esta ação se tratava de uma manobra política do Estado para manter, sob seu controle, os trabalhadores do campo que esboçavam lutas por seus direitos sociais. O mesmo ocorreu com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão.

Constatou-se que o quadro agrário do município revela a influência do processo de colonização e dos aspectos geográficos, como o relevo acidentado, que propiciaram à formação de pequenas propriedades de agricultores em regime de trabalho familiar.

Identificou-se na organização sindical rural o chamado novo sindicalismo que propunha o rompimento com o Estado, o fim do assistencialismo e com propostas em defesa dos trabalhadores. A partir de 1978, o STR de Francisco Beltrão articulou essa mudança na região Sul do Brasil, sendo o primeiro sindicato a mudar seu quadro de dirigentes.

A partir daí, o sindicalismo do município de Francisco Beltrão conseguiu estabelecer uma rede de contatos entre seus pares, proporcionando inúmeras conquistas, que beneficiaram os pequenos agricultores. O final da década de 1970 e início da década de 1980 representaram a renovação do sindicalismo rural, pois o STR de Francisco Beltrão articulado com os sindicatos da região Sul lutaram contra a ação da política agrícola: questão das Notas Promissórias Rurais dos suinocultores e os indeferimentos do PROAGRO. Essas lutas foram o ponto de partida para a organização dos agricultores familiares em torno do movimento sindical rural. A combatividade do sindicalismo à época promoveu a visibilidade da importância da luta pela terra e gerou na mesorregião Sudoeste a formação do

Movimento dos Agricultores Sem Terras dos Sudoeste (MASTES) e a articulação das primeiras ocupações de terras improdutivas visando sua desapropriação.

Essas bandeiras de lutas foram positivas para a organização sindical, promovendo a maior interação entre os sindicatos da região Sul fortalecendo-os. Assim, foi possível lutar em 1988 para incluir na Constituição Federal as “emendas populares”, da Reforma Agrária, da política agrícola diferenciada e uma importante conquista para os agricultores familiares: a previdência social que instituiu a aposentadoria diferenciada, para o agricultor aos 60 anos e para a agricultora aos 55 anos.

Já, mais recentemente, a partir da década de 1990, a articulação entre os sindicatos propôs e apresentou um projeto de crédito rural diferenciado para pequenos produtores familiares, que criou a nova expressão: a agricultura familiar. O PRONAF é o programa de crédito que veio contemplar essa categoria de agricultores.

Importante também lembrar que se verificou que a organização sindical da região Sul se apresenta com um acúmulo no processo histórico de constituição de organizações populares no campo, representando uma rica trajetória de experiências organizativas dos agricultores familiares. Por isso, percebeu-se que agricultura familiar e o sindicalismo rural estão intrinsecamente vinculados e articulando-se para avançar na construção de uma nova proposta de desenvolvimento.

Salienta-se que a consolidação do novo sindicalismo rural em torno da agricultura familiar é tida como uma conquista, pois, contrapõem-se ao regime de trabalho assalariado que prioriza a agricultura patronal, sobretudo na região Sul do Brasil. Essa identificação demonstra o cunho ideológico e político desse novo sindicalismo, promovendo discussões de pautas de reivindicações com o Estado alcançando, em certa medida, os objetivos almejados. Nota-se, que desta forma, a destinação de recursos para a área tornou-se mais acessível.

Além disso, fator que comprova a luta dos agricultores por um tratamento diferenciado pelo Estado foi a conquista na criação, inclusive, de um ministério específico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A força entre os sindicatos articulados pela agricultura familiar na região Sul é bastante grande, sendo a FETRAF-SUL/CUT a entidade que surgiu como uma síntese das organizações sindicais, para um novo sindicalismo rural. As

metamorfoses sofridas pelos sindicatos continuarão ocorrendo, a exemplo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Sul do país que está ocorrendo a regionalização e a denominarem-se Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs), mudando seu estatuto social, desde o final da década de 1990. Fato que diferencia os sindicatos combativos dos oficiais.

Os sindicatos articulados, tendo como sua representante a FETRAF-SUL/CUT, buscam o respaldo do Estado, representado pelo MDA. O apoio requerido provém de recursos financeiros para suprir projetos que visam à formação sindical dos agricultores familiares.

O propósito da formação sindical aos agricultores é a maior organização e o fortalecimento nas intervenções junto às políticas públicas previstas pelo Estado. O sindicalismo da agricultura familiar, atualmente tem forte vinculação com o governo federal que se articula pelo partido de esquerda que os movimentos sociais e o sindicalismo combativo do final dos anos 1970 criaram.

É interessante também registrar que o sindicalismo combativo surgiu para se libertar das amarras do Estado e hoje, o novo sindicalismo volta-se novamente para o Estado, com caráter propositivo, com vistas a transformar a sua realidade local.

A perspectiva desse governo é de reeleição presidencial, de forma que dá ao sindicalismo rural da agricultura familiar uma grande probabilidade de ampliar sua atuação. Os recursos financeiros aos agricultores familiares concretizados pelo PRONAF, foram ampliados desde o início do governo, de 2,3 bilhões da safra 2002/2003 para 9 bilhões referentes à safra 2005/2006. A reeleição tende a garantir a ampliação dos recursos do PRONAF, bem como disponibilizar outros recursos para projetos visando a expansão da sindicalização em torno da agricultura familiar.

A FETRAF-SUL/CUT não é uma entidade neutra em relação a política partidária, pois aposta na reeleição do presidente da República, tanto que deliberou apoio incondicional dos seus sindicatos ao partido do governo. Além disso, lançou candidatos sindicalistas pelo partido nos três Estados da região Sul, tanto para deputado federal no Paraná, apoiando também a uma candidata à reeleição para deputada estadual do partido alinhada a agricultura familiar do município de Francisco Beltrão, quanto a deputado estadual em Santa Catarina, igualmente

apoiando a um candidato do partido à Deputado Federal. Já no Rio Grande do Sul firmou acordos políticos com candidatos do partido.

Neste contexto, se o resultado das urnas no segundo turno for o contrário do que o sindicalismo rural da agricultura familiar almeja, a indagação que se faz é como será a relação entre o Estado e a FETRAF-SUL/CUT? A aproximação da Federação ao Estado e sua não-neutralidade enquanto entidade pode refletir no seu descredenciamento enquanto representatividade dos agricultores familiares no Sul do país? Acredita-se que isso possa acontecer, principalmente tendo em vista que o projeto neoliberal visa à redução do Estado, fortalecendo o agronegócio em detrimento à agricultura familiar.

Compreende-se que o sindicalismo não deve ter neutralidade com relação à sociedade e aos seus problemas, mas com relação aos partidos políticos e apoios ao Estado, estabelece-se uma relação de complexidade. Fato que pode gerar conflitos e desagregação das categorias, enfraquecendo o poder de negociação em relação aos direitos dos cidadãos. O sindicalismo deve estar voltado ao fortalecimento de classe e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Portanto, o sindicalismo rural deve agir como instrumento de desenvolvimento local. O sindicato tem a missão de defesa dos trabalhadores, sejam eles urbanos ou rurais, em seus direitos plenos. Nesse sentido, espera-se que a nova configuração sindical em torno da agricultura familiar desempenhe o papel de agente transformador, proporcionando o desenvolvimento da qualidade de vida no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense*. 1981, Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo – São Paulo: FFLCH – USP, 1981.

_____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo - Rio de Janeiro – Campinas, 1992.

AGORA É LEI. *Centrais Sindicais são legalizadas pelo governo federal*. Ano II, nº 24, 11 de maio de 2006. Disponível em <www.fibra.org.br>. Acesso em 15 de maio de 2006.

ALVES, A. F. et al. Sudoeste Paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.149-170.

ANAIS 6º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS. “NEM FOME, NEM MISÉRIA O CAMPO É UMA SOLUCAO”. Abril de 1995.

ANAIS 7º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS. DOCUMENTO BASE. Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Março/Abril de 1998.

ANDRADE da SILVA, E. R. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Texto para discussão n.º 664. Brasília. Andrade, C. F. (2002). Os dez anos que mudaram o Brasil. Valor Grandes Grupos. 1(1), agosto de 1999.

ANTONELLI, V.; FRAJUÇA, J. S.; DOUHY, N., Esboço dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do Paraná como condicionantes da paisagem. In: ANAIS X SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, E1-1.1T184, S/D. Disponível em: <<http://geografia.igeo.uerj.br/xsbgfa/cdrom/eixo1/1.1/184/184.htm>>, acesso em 10 de março de 2006.

ANTUNES, R. *O que é sindicalismo?*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

_____. *Crise e Poder*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 2 ed. São Paulo: Cortez e editora Ensaio: Autores Associados, 1990.

ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS AUTÔNOMOS DE FRANCISCO BELTRÃO, 23 de junho de 1963.

ATA DA REUNIÃO REALIZADA DIA 10 DE JUNHO NA SEDE DO SINDICATO DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO DE 1964.

ATA DA REUNIÃO DOS PRESIDENTES DOS SINDICATOS VIZINHOS A FRANCISCO BELTRÃO, 24/11/1964.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA; F. E. B. de e PINHEIRO S.S. *A População Rural E A Previdência Social No Brasil: Uma Análise Com Ênfase Nas Mudanças Constitucionais*. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, IPEA Rio de Janeiro, setembro de 2000.

BITTENCOURT G. L. *Metamorfoses no sindicalismo rural: atuação do STR/CUT de Chapecó e região na democratização do poder local*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, dezembro de 2000.

BOITO JR. A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Editora Xamã, São Paulo-SP, 1999.

BRANCHER, P. C. O movimento sindical rural até o início dos anos 90. In: *Mutirão da Agricultura Familiar – Manual de Orientações aos Monitores*. FETRAF/SUL-CUT, outubro de 2003. p. 21-22.

BRESSER PEREIRA, L. C. Modernização incompleta e Pactos Políticos no Brasil. In: SOLA, L.; PAULANI, L. M. (Org). *Lições da década de 80*. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995. p. 105-133.

CENSO AGROPECUARIO: PARANÁ, 1970. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1979, 2 v.

_____, 1975. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1979, 2 v. (Censos Econômicos 1975: série regional; v.1, t. 18).

_____, 1980. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1980, 26v. (Recenseamento Geral do Brasil 1980, 9 v. 2, t.3)

_____, 1985. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1985, n.22.

_____, 1995-96. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censoagropecuario>>, acesso em 20 de fevereiro de 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO (2000). Disponível em: <www.ibge.gov.br>, acesso em 20 de fevereiro de 2006.

COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da UNICAMP: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.

CORDEIRO A.; SCHMITT, C. J.; ARMANI, D. *Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil*. Relatório preliminar do estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil. Abril de 2003.

DAMBROS, et al. 1957-1997 *A revolta dos colonos: De olho no passado e pés no futuro – 40 anos*. Francisco Beltrão: Grafit Gráfica e Editora, 1997.

DIAS, G. L. da S.; AMARAL, C. M. *Mudanças estruturais na agricultura brasileira – 1980/1998*. In: BAUMANN, R. (org) *Brasil: uma década em transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ENTREVISTA COM DOM TOMÁS BALDUÍNO (Comissão Pastoral da Terra). In: *Estudos Avançados* 43 v. 15 Set/dez. Dossiê de desenvolvimento rural: São Paulo, USP, 2001, p.9-22.

ENTREVISTA com Coordenador Geral da FETRAF-SUL/CUT. Chapecó-SC, 03 de agosto de 2005. Fita Cassete (60 min.).

ENTREVISTA com coordenador da COOPERHAF NO PARANÁ, Francisco Beltrão, dia 28 de julho de 2005.

ENTREVISTA com Assessor Parlamentar da Assembléia Legislativa do Paraná, Francisco Beltrão-PR, 31 de julho de 2005. Fita Cassete (60 min.)

ENTREVISTA com Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão-PR. 20 de outubro de 2005. Fita Cassete (60 min.).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS AUTÔNOMOS DE FRANCISCO BELTRÃO. 23 de maio de 1963.

ESTATUTO SOCIAL SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO, 29 de março de 1999.

ESTATUTO SOCIAL FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <www.fetrafsul.org.br>. Acesso em 20 de fevereiro de 2006.

FAO/INCRA - *DIRETRIZES DE POLÍTICA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, Novembro de 1994.

_____. *Perfil da agricultura familiar no Brasil*. Projeto UFT/BRA/036/BRA, agosto de 1996. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/Perfil.htm>>. Acesso em 10 de dezembro de 2005.

FRANCISCO BELTRÃO. Disponível em: <<http://www.franciscobeltrao.com.br/urbanismo/aspectos/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2006.

FERES, J. B. *Propriedade da terra opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil*. 1990.

FERREIRA, A. D. D. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978-1982. In: BONIM, A.A. et al. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1987.

FETRAF-BRASIL/CUT. *Nasce a FETRAF-BRASIL/CUT*. Disponível em <www.fetrafsul.org.br> . Acesso em 24 de novembro de 2005.

FETRAF-SUL/CUT. *Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo: da vida que vem da terra, a semente de um novo Brasil. semente do Novo Sindicalismo.* Mar./2002.

_____. *Agricultura Familiar em Mutirão: Manual de orientação aos monitores.* Out./2003.

_____. Disponível em: <www.fetrafsul.org.br>, Acesso em 08 de dezembro de 2005.

FIORESE, Gilmar. *O sudoeste do Paraná e a colonização no contexto nacional (1943-1962)* (Breves considerações). Francisco Beltrão: UNIOESTE/UNIPAR, 2001-28p. (Publicação).

GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão Agrária.* 16 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira.* São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998, p.1-40.

GOMES, Iria Z. *1957 A revolta dos posseiros.* 2 ed. Curitiba: Criar, 1987.

IBGE. *Atlas Geográfico Escolar/IBGE.* - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2004. p.204.

LAZIER, H. *Sudoeste do Paraná: Região jovem, mas rica de acontecimentos.* 2 ed. Francisco Beltrão: Gráfica da ASSESOAR, 1991.

LEVIGARD, Y. E. *A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas do nervoso no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos.* [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001. Disponível em <http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00000905&lng=pt&nrm=iso> , acessado em 20 de junho de 2006.

MATTOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil.* Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? In: Lua Nova, *Revista de Cultura e Política.* N.23, Março/1991, p.7-37.

MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 11 (2), 1997, p.65-72.

MDA/FAO. *Novo retrato da Agricultura Familiar*. o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília, fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2005.

MORISAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, D.A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. G. *Geografia Social da Agricultura no Paraná*. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEM, 2001. p.91-124.

NUNES, S. P. PRONAF: 10 anos de existência. In: *Boletim do DESER*. N.º 145, agosto de 2005. p. 9-19.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A Geografia das lutas no campo*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, J. L. S. (org) *Geografia do Brasil*. 4. ed. São Paulo: editora da USP, 2001.

OLIVEIRA, J. *Mapa do Estado do Paraná*. 2004.

PROJETO CUT/CONTAG. *Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil*. São Paulo, agosto de 1998.

PROJETO TERRA SOLIDÁRIA. *Agricultura Familiar e Organização Social*. Unidade I, FETRAF-SUL/CUT, 2006.

PRONAF. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Disponível em <http://www.pronaf.gov.br/plano_safra/2003_04/enquadramentos.htm>, Acesso em 22 de março de 2006.

_____. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Cartilha do Agricultor*. Brasília (DF), agosto de 2004.

RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO SINDICAL DA AGRICULTURA FAMILIAR.
Chapecó, 28 a30 de março de 2001.

RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR.
FETRAF-BRASIL/CUT. AGRICULTURA FAMILIAR AS MÃOS QUE ALIMENTAM A
NAÇÃO. Novembro de 2005.

SAMPAIO, Fernando dos S.; BROIETTI, Marcos H.; MEDEIROS, Marlon C.
Dinâmica Capitalista na Agricultura Brasileira: acumulação e relações de trabalho.
Florianópolis, n.º11, maio de 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar.* Porto Alegre: Editora da
UFRGS, 2003.

SILVA DIAS, G. L. da. *FAO-Política de Crédito Rural.* FEA-USP. S/D. Disponível em
<<http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/dias.PDF>>. Acesso em 02 de julho de
2006.

SILVA, M. R. e REICH, L. *A FETRAF-SUL/CUT e o novo sindicalismo.* 1 ed.
Chapecó/SC: Gráfica AGNUS, S/D.

SINTSEF. Origens do sindicalismo no Brasil. In: *A história do sindicalismo no Brasil.*
Disponível em: <<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm>>. Acesso em 15 de
fevereiro de 2006.

SPÓSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a
leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS. A. D. , SPOSITO,
E.S. SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.* Francisco
Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.15-36.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho – estudo sobre a subordinação do
trabalho camponês ao capital.* São Paulo: HUCITEC, 1978.

THOMAZ JR. A. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. In:
Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Universid de
Barcelona [ISSN 1138-9788] n.º15, 15 de enero de 1998.

TORRENS, J. C. S. *Movimentos Sociais no campo na região Sudoeste do Paraná:
Avaliação e perspectivas.* Conselho deliberativo do Diagnóstico Regional: Pesquisas
do Diagnóstico da pequena produção agrícola. DESER/dez. 1993.

VAINER, C.B. Estado e migrações no Brasil: Anotações para uma história das
políticas migratórias. In: *Travessia.* Janeiro/Abril 2000. p.15-32.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário aplicado aos agricultores familiares.

*Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Estadual de Londrina*

Questionário referente ao projeto de dissertação: Sindicalismo rural e agricultura familiar no Município de Francisco Beltrão-PR.

Para Associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Data da entrevista: _____

Identificação

1. Onde mora (município/comunidade rural) _____

2. Quadro de identificação dos moradores:

Identificação	Nome	Idade	Escolaridade	Onde nasceu	Onde trabalha	Renda/mensal	Estado civil
Pai							
Mãe							
Filho 1							
Filho 2							
Filho 3							
Demais moradores							

3. Deslocamentos:

Local onde nasceu?	Quanto morou?	tempo	atividade exercia?	que	Motivo do deslocamento?	Para onde foi?

4. A propriedade rural, é: () herdada () comprada () arrendada () parceiro () assentado () Outro – especificar _____

4.1 Se parceiro, qual a relação de pagamento? _____

4.2 Se arrendada de que forma? _____

5. Quantos hectares? _____

6. Há quanto tempo mora na propriedade? _____

7. Atividade que desenvolve:

() Cultivo de grãos () Leiteira () Suinocultura () Avicultura () Fumicultura

() outras – especificar _____

8. Qual a principal atividade de renda na propriedade, e qual a renda mensal?

9. Quadro das atividades de grãos:

Atividades	Área plantada	Produção total (sacas)	Consumo	Venda/onde/quem?
Milho				
Feijão				
Trigo				
Arroz				
Soja				
Outra				

10. Quadro das atividades com animais

Atividades	Nº total de cabeças	n.º cabeças produzindo	Produção/ diária	Consumo	Venda/quem/onde?	Área que ocupa
Leite						
Suínos						
Caprinos						
Equinos						
Aves						
Gado de corte						
Outros						

11. Uso da Terra

Áreas de culturas	Área em ha
Permanentes	
Temporárias	
Pastagem natural	
Pastagem plantada	
Infra-estrutura	
Área de floresta	
Área de reflorestamento	
Total	

12. Utiliza crédito rural? () sim () não

12.1 Se sim que tipo () Pronaf – tipo _____

() Financiamento do BB () outro _____

12.2 Tem conseguido pagar o financiamento, ou tem/teve dificuldades?

12.3 Associado a CRESOL? () sim () não – Por quê? _____

13. Integrado ou cooperado a alguma empresa ou cooperativa? () sim () não

Qual? _____

Por quê? _____

14. Associado a algum sindicato? () sim () Não

Qual? _____

15. Participa de associação de moradores ou outra? () Sim () Não

Qual? _____

16. Quanto às tecnologias que utiliza:

Utiliza trator () sim () Não – Próprio () Alugado ()

16.1 Quanto paga de aluguel/hora- R\$? _____

16.2 Possui plantadeira: () não () sim - tipo: () mecânica () animal () manual

16.3 Possui pulverizador: () sim () não () mecânica () costal

16.4 Insumos: () adubo () calcário () inseticida () herbicida () fungicida

17. Quanto à assistência técnica:

Assistência técnica particular () sim () não/Se sim quem? _____

17.1 Assistência técnica da EMATER () sim () não

Outra _____

17.2 Assistência técnica empresa integradora () sim () não

18. Caso seja proprietário conta com?: () rendeiro - quantos? _____

qual a área? _____

Como é o pagamento? _____

18.1 () parceiro - quantos? _____ qual a área? _____

Como é o pagamento? _____

18.2 () assalariado temporário – quantos? _____

() trabalhador fixo – quantos? _____ Quando? _____

() outro _____

19. Possui: Carro () bicicleta () moto () caminhão ()

20. Participa das atividades da comunidade/bairro rural? () sim () Não

20.1 () Igreja () Associação () Outro _____

Sobre o Sindicato

21. É filiado ao STR ? () Sim () Não - Qual o ano de filiação? _____

Por quê? _____

22. Por que se associou?

() porque tinha/tem benefícios em prestação de serviços – ITR, declarações previdenciárias, contratos de trabalhos e outros.

() Por lutas por melhores condições de produção, comercialização entre outras.

() Porque tem que se associar. () Indiferente. () Outros

23. Paga mensalidade ao STR em dia: () sim () não - Se sim, quanto: _____
Por quê? _____

24. Participa das manifestações de luta organizadas pelo STR? () Sim () Não
Por quê? _____

25. Participa de cursos de formação do STR? () Sim () Não
Por quê? _____

26. Já participou de algum cargo de diretoria do STR? () Sim () Não - Se sim,
que cargo: _____ ano: _____
Por quê? _____

27. Participa das assembléias gerais do STR? () Sim () Não () às vezes
Por quê? _____

28. Participa das eleições do STR? () Sim () Não () às vezes
Por quê? _____

29. O STR contribuiu de alguma forma para a sua família? (Citar se houver
dificuldade: saúde, aposentadoria) () Sim () Não () às vezes

30. O STR devia oferecer mais serviços para os filiados? () Sim () Não
Se sim, quais?

- () Comercialização da produção () Organizar os agricultores para a conquista
() Assistência técnica de seus direitos.
() Assistência médica/dentária () Revenda de insumos

31. Qual a sua opinião sobre o STR/FB?

32. Conhece ou já ouviu falar da FETRAF-SUL/CUT?

- () Já ouviu falar
() Conhece () Nunca ouviu falar

ANEXO B – Questionário aplicado aos dirigentes sindicais

*Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Estadual de Londrina*

Questionário referente ao projeto de dissertação: Sindicalismo rural e agricultura familiar no Município de Francisco Beltrão-PR.

Para dirigentes sindicais

Data da entrevista: _____

Identificação

1. Onde mora (município/comunidade rural) _____

2. Quadro de identificação dos moradores:

Identificação	Nome	Idade	Escolaridade	Onde nasceu	Onde trabalha	Renda/mensal	Estado civil
Pai							
Mãe							
Filho 1							
Filho 2							
Filho 3							
Demais moradores							

3. Deslocamentos:

Local onde nasceu?	Quanto tempo morou?	tempo	atividade exercia?	que	Motivo do deslocamento?	Para onde foi?

4. A propriedade rural, é: () herdada () comprada () arrendada
() parceiro () assentado () Outro – especificar _____

4.1 Se parceiro, qual a relação de pagamento? _____

4.2 Se arrendada de que forma? _____

5. Quantos hectares? _____

6. Há quanto tempo mora na propriedade? _____

7. Atividade que desenvolve:

() Cultivo de grãos () Leiteira () Suinocultura () Avicultura

() Fumicultura () outras – especificar _____

8. Qual a principal atividade de renda na propriedade, e qual a renda mensal?

9. Quadro das atividades de grãos:

Atividades	Área plantada	Produção total (sacas)	Consumo	Venda/onde/quem?
Milho				
Feijão				
Trigo				
Arroz				
Soja				
Outra				

10. Quadro das atividades com animais

Atividades	Nº total de cabeças	n.º cabeças produzindo	Produção/diária	Consumo	Venda/que m/onde?	Área que ocupa
Leite						
Suínos						
Caprinos						
Equinos						
Aves						
Gado de corte						
Outros						

11. Uso da Terra

Áreas de culturas	Área em ha
Permanentes	
Temporárias	
Pastagem natural	
Pastagem plantada	
Infra-estrutura	
Área de floresta	
Área de reflorestamento	
Total	

12. Utiliza crédito rural? () sim () não

12.1 Se sim que tipo () Pronaf – tipo _____

() Financiamento do BB () outro _____

12.2 Tem conseguido pagar o financiamento, ou tem/teve dificuldades?

12.3 Associado a CRESOL? () sim () não – Por quê? _____

13. Integrado ou cooperado a alguma empresa ou cooperativa? () sim () não

Qual? _____

Por quê? _____

14. Associado a algum sindicato? () sim () Não

Qual? _____

15. Participa de associação de moradores ou outra? () Sim () Não

Qual? _____

16. Quanto às tecnologias que utiliza:

Utiliza trator () sim () Não – Próprio () Alugado ()

16.1 Quanto paga de aluguel/hora- R\$? _____

16.2 Possui plantadeira: () não () sim - tipo: () mecânica () animal () manual

16.3 Possui pulverizador: () sim () não () mecânica () costal

16.4 Insumos: () adubo () calcário () inseticida () herbicida () fungicida

17. Quanto à assistência técnica:

Assistência técnica particular () sim () não/Se sim quem? _____

17.1 Assistência técnica da EMATER () sim () não

Outra _____

17.2 Assistência técnica empresa integradora () sim () não

18. Caso seja proprietário conta com?: () rezeiro - quantos? _____

qual a área? _____

Como é o pagamento? _____

18.1 () parceiro - quantos? _____ qual a área? _____

Como é o pagamento? _____

18.2 () assalariado temporário – quantos? _____

18.3 () trabalhador fixo – quantos? _____ Quando? _____

() outro _____

19. Possui: Carro () bicicleta () moto () caminhão ()

20. Participa das atividades da comunidade/bairro rural? () sim () Não

20.1 () Igreja () Associação () Outro _____

SOBRE O SINDICATO

21. Qual o sindicato que pertence, quando se associou?

22. Por que se interessou em se associar ao sindicato, tinha ou tem benefícios sendo associado?

23. Qual a história do seu sindicato? Quando surgiu por quê?

24. Paga mensalidade ou contribuição sindical? Quanto e por quê?

25. Por que se tornou sindicalista/líder sindical?

26. Qual a função no sindicato?

27. Como vê o sindicalismo hoje em relação ao passado?

28. Qual a função do sindicalismo rural hoje?

29. Quando ocorreu a troca de identidade do produtor rural, ou trabalhador rural para “agricultor familiar”? Por quê?

30. Qual a diferença entre trabalhador rural e agricultor familiar para os sindicatos?

31. Por que os STR estão trocando de nomenclatura para SINTRAFs?
32. Qual a relação entre o sindicato e a FETRAF-SUL/CUT?

SOBRE A FETRAF-SUL/CUT

33. O que é a FETRAF-SUL/CUT, por que e por quem foi criada?
34. Quem faz parte da Federação, quais os sindicatos e categorias atendidas?
35. Os sindicatos sócios da FETRAF pagam mensalidade ou contribuição? Quanto?
36. Qual a função da FETRAF-SUL/CUT diante das políticas públicas?
37. Qual o organograma estrutural da FETRAF-SUL/CUT?
38. De que forma a federação está atuando frente ao seu público?
39. Qual a diferença entre a FETRAF-SUL/CUT e a CONTAG?
40. Quais os projetos da FETRAF-SUL/CUT?
41. Como é a ligação como a CUT?

ANEXO C – Edital de convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os abaixo assinados convocam todos os produtores autônomos (pequenos proprietários e arrendatários e trabalhadores rurais autônomos, que explorem atividades rurais, sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva) do Município de Francisco Beltrão, para uma assembleia que se realizará no dia 23 (vinte e três de junho de 1963, às 14 horas, no salão Paroquial desta cidade, para tratar da fundação do SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS AUTÔNOMOS DE FRANCISCO BELTRÃO, obedecendo a seguinte ordem de dia:

1. Fundação do Sindicato e seu pedido de registro e consequente investidura sindical;
2. aprovação dos Estatutos sociais;
3. Eleição da Diretoria provisória; e
4. encerramento.

Francisco Beltrão, 23 de maio de 1963

Atalino Rossi
Yago Vitorio Semade
Germano Aljeja
Paulo Beal
Carmino Tesari

ANEXO D – Ata de fundação do sindicato dos produtores rurais autônomos de Francisco Beltrão

CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS AUTÔNOMOS DE FRANCISCO BELTRÃO. -

Aos vinte e três dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Francisco Beltrão, à Rua São Paulo, sem número, reuniram-se os trabalhadores rurais autônomos, para resolverem sobre a fundação e legalização do respectivo Sindicato e demais assuntos, constantes do edital de convocação. Haveria número legal, aclamado para presidir à sessão o Sr. Francisco Moacir Galogosi, que, ao assumir, convidou para Secretário o Sr. João Kopitovski. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente determinou ao Sr. Secretário que procedesse à leitura do edital de convocação, concebido nestes termos: "EDITAL DE CONVOCÇÃO - Os abaixo assinados convocam todos os produtores autônomos (pequenos proprietários e arrendatários e trabalhadores autônomos que explorem atividades rurais, sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva) do Município de Francisco Beltrão, para uma assembléia que se realizará no dia 23 de junho de 1963, às 14 horas, no Salão Paroquial desta cidade, para tratar da fundação do Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão, obedecendo a seguinte ordem do dia: 1) fundação do sindicato e seu pedido de registro e consequente investidura sindical; 2) aprovação dos estatutos sociais; 3) eleição da diretoria provisória; 4) contribuição. Francisco Beltrão, 23 de maio de 1963. assinado: Avelino Rossi, João Vitório Tomazi, Casimiro Casaril, Paulo Real, Germano Meyer. Em seguida, o Sr. Presidente fez algumas considerações em torno do objetivo da reunião e, após, ouviu a palavra a quem dela desejasse fazer uso. falou, então, o Sr. Revmo. José Caselbergh, um dos principais propugnadores da idéia de fundação do sindicato, o qual passou a fazer uma detalhada exposição sobre a conveniência da fundação de uma entidade de classe nos moldes da qual é projetada através da presente reunião, chamando a atenção dos presentes para as vantagens que decorreriam desta iniciativa em favor dos lavradores aqui congregados, atualmente ao desamparo da proteção que somente órgãos dessa natureza podem proporcionar. Fundada, a entidade de classe e obtida através do Ministério do Trabalho, a investidura sindical, acrescentou o orador, ela passará a desfrutar das prerrogativas e obrigações enumeradas nos artigos 3º e 4º do Decreto-lei n. 7036 de 10 de novembro de 1944, assistindo-nos em nossas reivindicações e propugnando pelos nossos direitos. Concluída a exposição do Sr. Revmo. Padre José Caselbergh, foi a palavra posta novamente a disposição dos presentes e, como ninguém se manifestasse, o Sr. Presidente pôs em votação a idéia de fundação do sindicato e da formulação de pedido, ao Ministério

rio do Trabalho, de reconhecimento e investidura sindical, sendo tudo aprovado por unanimidade. Passou-se, em seguida, à leitura dos estatutos, sua discussão e aprovação. Pediu a palavra o Sr. Dr. Edgar Távora, que chamou a atenção da Casa para o fato de serem os estatutos das entidades sindicais padronizados pelo Ministério do Trabalho, motivo porque entendia desnecessária sua discussão, motação e aprovação, artigo por artigo, propondo, por essa razão, que a mesa procedesse simplesmente à sua leitura e, se o plenário desejasse introduzir algum dispositivo permitido em lei, o fizesse no decorrer da mesma. A Casa aprovou essa sugestão, tendo Sr. Secretário passado à leitura dos estatutos, o qual foi aprovado integralmente, na forma como está redigido em exemplar cujas páginas estão rubricadas pelo Sr. Presidente desta assembleia. Procedeu-se a seguir à escolha de uma Diretoria provisória, para reger a entidade até a obtenção da sua investidura, sendo eleitos e imediatamente empossados, os seguintes colegas: Presidente: GERMANO MEYER; Secretários JOSÉ BAMBOLINI; Tesoureiro: JOÃO VITÓRIO TO MAZI; Suplentes da Diretoria: Srs.: 1) BIONISIO PAISI; 2) RICILRI PAFINI; 3) ALBERTO OLIVIO GAI; Conselho Fiscal: Srs. 1) PAULO BRAL; 2) AVELINO ROSSI; 3) GASIMIRO CASARIL; Para Suplentes do Conselho: 1) EGIDIO BORGESAN; 2) LEONARDO NAVARINI; 3) ALBINO MIZANSKI. Ao ato contínuo foi posta em votação a questão da contribuição. Por indicação do companheiro Sr. Antonio Barbieri, foi aprovada a proposta de R\$ 100,00, mensais. Na forma da lei, as votações, relativas ao estatuto social e à diretoria obedeceram ao sistema de escrutínio secreto, absteindo-se de votar os legalmente impedidos e funcionando como escrutinadores os Srs. Antonio Borgignon e Otaviano José Bertolini. Esgotada a matéria, objeto da ordem do dia, o Sr. Presidente pôs novamente a palavra à disposição de quem dela quizesse fazer uso. Como ninguém se manifestasse, congratulou-se como os presentes pela importante iniciativa que vinham de tomar ao se decidirem pela fundação do sindicato de classe, e após agradecer a honra da sua indicação para dirigir os trabalhos, foi encerrada a sessão, a qual, para constar, lavrei esta, que vai assinada por mim, secretário Ad-Hoc e pelos presentes. Francisco Beltrão, 23 de junho de 1963. a) João Kopitovaki, Secretário da Mesa, e Francisco Moacir Galoaze, Presidente da Mesa.

..-.-.-.-.-

ATESTADO

ATESTO que a presente é cópia autêntica, tirada do livro próprio, constante das fls. 1 e 2, do 2º dia do mês de junho de 1963.

Francisco Beltrão, 24 de junho de 1963

Presidente da Mesa

Francisco Moacir Galoaze

ANEXO E – Ata da reunião dos presidentes dos sindicatos vizinhos a Francisco Beltrão

ATA DA REUNIÃO DOS PRESIDENTES DOS SINDICATOS VIZINHOS A FRANCISCO BELTRÃO

Em 24 vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de 1964 mil e novecentos e noventa e quatro, na sede do Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Francisco Beltrão, sito na rua São Paulo, no Pavilhão Velho da Igreja Matriz, reuniram-se os Presidentes dos Sindicatos Rurais de Francisco Beltrão, Carmelito, Verê e Ampére, às 10 horas, para tratarem de assuntos abaixo descritos. De comum acordo foi escolhido para presidir a reunião o senhor Oscar Arend, sendo que a mesma convencionou o senhor Antão José Stankow como secretário. Logo a seguir o senhor Oscar Arend, deu a palavra ao presidente do Sindicato de Francisco Beltrão, que apresentou o relatório seguinte: A) - O Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Francisco Beltrão, foi fundado no dia 24 vinte e quatro de junho do ano de 1963 mil e novecentos e noventa e três, com 644 associados e quatro sócios. B) - Seu reconhecimento ocorreu no dia 29 de março do ano de 1964, e conta atualmente com mais de 4.500 associados. C) - O Sindicato de Francisco Beltrão pediu a Secretaria da Agricultura e do Comércio Rural a qual já está funcionando em nossa cidade. D) - Outras inovações conseguidas pelo Sindicato são: Dentista que atende no município de interior bem como os sócios da cidade. E) - Todos os sócios fizeram os fichas Censitários e a Carteira de Crédito Agrícola Industrial no Banco do Brasil S/A em São Paulo, sendo que a referida Equipe Volante do referido Banco já esteve em nossa cidade percorrendo também o interior. F) - O Sindicato Rural de Francisco Beltrão, está dividido em 15 Delegacias, e cada Delegacia é composta de 3 Delegados. G) - Durante o tempo de fundação até a presente data, foram remetidos os ofícios 25 telegramas e mais de 100 cartas a diversas instâncias. Finalizando o senhor presidente disse que a dificuldade que existe no Sindicato é obter as mensalidades de muitos associados em atraso. Carmelito - No Relatório do presidente de Carmelito, foram mencionados: A) - Fundação do Sindicato com 120 sócios. B) - Todos os documentos necessários já foram encaminhados a Delegacia de Trabalho em Curitiba, para fins de reconhecimento. D) - Foi contratado para o Sindicato de Carmelito um Dentista para atender aos associados. Ampére - Relatório apresentado pelo presidente. A) - O Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Ampére, ainda não foi reconhecido, mas já foram encaminhados os documentos a Delegacia de Trabalho, julga-se também que tenham sido remetidos ao Ministério do Trabalho. B) - O Sindicato de Ampére a ser de não foi ainda registrado, conseguiu para os sócios: semáforos, um dentista e um fotógrafo, tendo ainda sido encaminhados diversos pedidos dos associados de material de

Bague, N.º 1.000

CONTINUAÇÃO

MENTES etc, necessários a lavoura. Verê - Relatório apresentado pelo Presidente. A) - O Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Verê, conta atualmente com 300 sócios. B) - O senhor Presidente expôs alguma s das dificuldades existentes no Sindicato de Verê. 1º- Foi pedido a Câmara de Vereadores, para que elaborassem uma tabela de preços para os moinhos da região,mas o pedido não foi aceito por motivo de já existir uma tabela Federal. O projeto elaborado era de 60 quilos de trigo, por 40 quilos de farinha, sendo que os moinhos não aceitaram esta proposta, fazendo esta a seguir: 90 quilos de trigo por 60 quilos de farinha, ou então comprarão o referido produto. C) - O processo de reconhecimento já foi encaminhado a Delegacia do Trabalho em Curitiba e espera-se que o mesmo já tenha sido encaminhado ao Ministério do Trabalho. D) - Sobre as mudas para o reflorestamento, as mesmas podem ser encontradas em Francisco Beltrão, e se possível de ser feita uma lista de pedidos e encaminhar aos revendedores (GETZOP). E) - Foi resolvido também de ser feitos pedidos de medicamentos veterinários diretamente no laboratório. F) - Já foram adquiridas e distribuídas por colaboração do Sindicato, nas associações do Sindicato de Verê, mais de 60 sacas de milho híbrido. O senhor Presidente da mesa tomando a palavra, deu por encerrada a reunião, sendo que a próxima será efetuada dia 26 de janeiro de 1965. Nada mais havendo tratar eu Secretário lavrei a presente ata que lida e achada conforme vai por mim assinada e pelo Presidente.

Francisco Beltrão 24 de novembro de 1964.-

OSCAR ARNDT - Presidente

AMITO JOSÉ STEBBACK - Secretário.